



CIM-TTM

Terras de
Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE 2019

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS



APROVADO

Pelo Conselho Intermunicipal em reunião de 13 / 05 / 2020

Pela Assembleia Intermunicipal, em reunião de 29 / 06 / 2020

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

Introdução	3
Actividade da CIM-TTM	4
Análise da Execução Orçamental	70
Análise da Situação Económica e Financeira	74
Proposta de Aplicação de Resultados	77

CONTAS

Balanço	79
Demonstração de Resultados	83
Mapa de Controlo Orçamental da Receita e da Despesa	85
Fluxos de Caixa	93
Operações de Tesouraria	98

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caracterização da Entidade	101
Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados	104
Notas ao Processo Orçamental e Respectiva Execução	109
Contratação Administrativa	112
Síntese Reconciliações Bancárias	117
Certificação Legal das Contas	119

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 – INTRODUÇÃO

O presente relatório de Gestão e Contas visa dar a conhecer as principais atividades desenvolvidas no ano de 2019 pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, adiante designada por CIM-TTM, bem como a forma como os recursos disponíveis foram aplicados, em alinhamento com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial para o período 2014-2020.

A CIM das Terras de Trás-os-Montes foi criada em 2014, por cisão da CIM de Trás-os-Montes, pelo que o ano de 2019 representa o quinto ano completo de atividade.

Após a assinatura do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), em 5 de agosto de 2015, a atividade da CIM-TTM centrou-se na gestão das verbas afetas ao território, sem nunca descurar outras candidaturas e outras reivindicações para um território mais coeso, mais próximo e mais próspero. Para tal, foi necessário trabalhar em rede com os principais atores públicos, privados e associativos das Terras de Trás-os-Montes, na construção da Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE, na montagem técnica, financeira e institucional dos projetos do PDCT e na estruturação de parcerias e projetos de cooperação territorial, no âmbito do INTERREG VA e SUDOE, bem como na qualificação e internacionalização do território.

No tocante à afirmação do território e aumento da sua notoriedade, bem como no planeamento e aplicação contínua de uma estratégia de diferenciação desta região, com a criação e desenvolvimento da marca territorial “Terras de Trás-os-Montes”, que tem como objetivo afirmar-se de forma positiva na gestão territorial e no desenvolvimento local, criando oportunidades de geração de valor para todos os agentes que estão apostados no aproveitamento dos recursos endógenos regionais.

O ano 2019 ficou marcado pelo avanço de diversos projetos e terminus de outros que tinham arrancado nos anos 2017/18 e que abrangem as áreas da educação, transportes, proteção civil, incentivos ao emprego e ao empreendedorismo, turismo e desenvolvimento económico. Mais adiante será desenvolvida cada atividade de forma mais pormenorizada.

Importa referir que, com o esforço de todos, a CIM-TTM registou um resultado líquido positivo.

2 – CONSELHO INTERMUNICIPAL

O Conselho Intermunicipal realizou 11 reuniões ordinárias e 5 reuniões extraordinárias ao longo do ano 2019.

3 – ACTIVIDADE DA CIM-TTM

Durante o ano 2019, a CIM-TTM deu continuidade às atividades que tem vindo a desenvolver, e iniciou outras de carácter relevante. De seguida daremos informação dos diversos projetos/atividades, por área de atuação, de modo a facilitar a leitura do documento.

Assim, ao longo do ano 2019, a CIM-TTM afirmou-se enquanto organismo intermédio na gestão das candidaturas e avançou na execução das operações em que é promotora.

Foram analisadas diversas candidaturas e pedidos de pagamento, bem como reprogramações solicitadas pelos diferentes promotores.

No âmbito das verbas contratualizadas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT TTM) a evolução da execução das candidaturas ao longo do ano de 2019, ao nível das diferentes prioridades de investimento (PI) foi a que a seguir se descreve:

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No decorrer dos últimos anos tem-se intensificado a discussão sobre o papel da administração pública e sua proximidade ao cidadão. Estamos numa época em que se promove a desburocratização dos serviços prestados pelas administrações à sociedade com a descentralização do atendimento, através de meios informáticos, daí que se tornou comum ouvir falar em "modernização administrativa na administração pública". A expectativa é que a implementação destes mecanismos permitirá melhorar a eficiência das instituições públicas e aproximá-las dos cidadãos e das empresas.

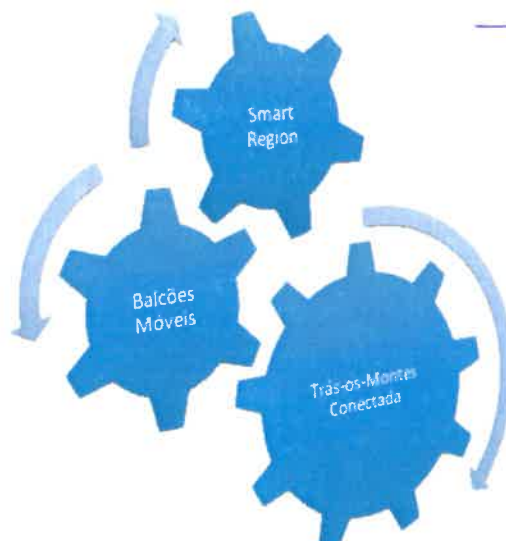
Consciente deste desafio e de forma completamente alinhada com os objetivos dos fundos comunitários para esta temática, a CIM-TTM continua a desenvolver alguns projetos que visam

aumentar o acesso aos serviços públicos digitais, promover e melhorar a eficiência interna das administrações/organismos públicos.

Neste sentido, as verbas contratualizadas no PDCT-TTM para esta temática assentam no desenvolvimento de três projetos na PI 2.3:

- 2.3 a) | “Trás-os-Montes Conectada” - Plataforma única de atendimento aos cidadãos
- 2.3 b) | SmartRegion Trás-os-Montes
- 2.3 c) | Balcão Móvel

Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás- os-Montes

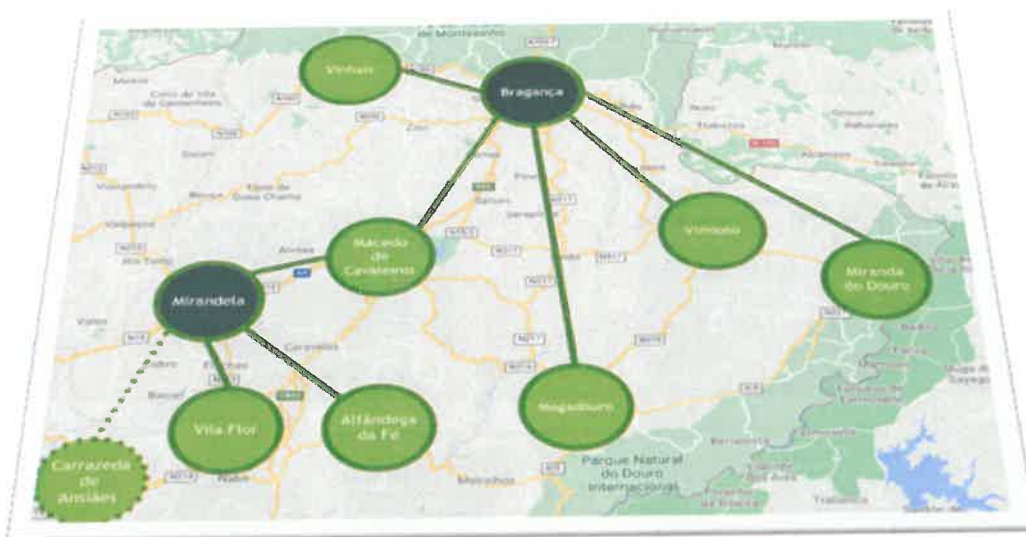


Destes três projetos, ainda não foi iniciado o “2.3 b) Smart Region Trás-os-Montes”, que deverá iniciar-se em junho de 2020, pois apenas foi possível a submissão da candidatura ao aviso específico em abril de 2020. Quanto aos restantes, “Trás-os-Montes Conectada” e “Balcão Móvel”, de seguida apresenta-se a descrição mais detalhada e o ponto de situação da sua execução ao longo do ano 2019.

TRÁS-OS-MONTES CONECTADA

A operação “Trás-os-Montes Conectada” consiste na implementação de uma estrutura tecnológica que permitirá aos Municípios o acesso a uma tecnologia emergente de forma a otimizar e centralizar os recursos e aumentar a capacidade de processamento e segurança da informação (Ação 1 - Estrutura Tecnológica de Apoio à CIM-TTM), que se traduz na

disponibilização de uma plataforma única que servirá os cidadãos (Ação 2 - Serviços Multicanal ao Cidadão) da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), que contempla os nove Municípios: Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, totalizando a área de 5.543,61 Km² e uma população correspondente a 117.527 habitantes (Censos 2011).



Rede CIM-TTM entre Municípios

“Trás-os-Montes Conectada” é uma operação enquadrável no Concurso para apresentação de Candidaturas “Promoção das TIC na administração e serviços públicos” - Aviso N.º NORTE-50-2016-12. Tendo em consideração as condições previstas no Aviso, este projeto alinha-se na Prioridade de Investimento PI 2.3 – O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha – e, nesta sequência, no Objetivo Específico OE 9.3.1 – Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

A operacionalização das ações previstas na operação “Trás-os-Montes Conectada” permitirá cumprir os objetivos preconizados em duas medidas previstas no PDCT-TTM, designadamente a plataforma única de atendimento aos cidadãos e consequente implementação de uma plataforma smart.

Pretende-se, estrategicamente, fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos público, assim como o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza



DataCenter Partilhado AMTQT / CIM-TTM

local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através de TIC's.

Neste enquadramento, a implementação da operação "Trás-os-Montes Conectada" permitirá alcançar os seguintes resultados:

- Aumentar o número de acessos e a utilização dos serviços públicos digitais;
- Aumentar a oferta e a procura de serviços coletivos em rede na região;
- Melhorar os processos organizacionais;
- Reduzir os custos de contexto;
- Melhorar a eficiência dos serviços da Administração Pública;
- Qualificar a prestação do serviço público.

Esta operação desenvolve-se nas seguintes ações:

Ação 1 - Perspetiva-se a criação de uma base sólida para a prestação digital de serviços públicos de forma integrada e totalmente desmaterializada, com recurso à identificação eletrónica a partir de qualquer local do território, garantindo, com assento nesta base, um serviço ao cidadão multicanal, que é o que se preconiza na ação 2. Neste contexto, por forma a facilitar e organizar o processo de operacionalização, esta divide-se nas seguintes subações, verificando-se o ponto de situação (PdS) em cada uma delas:

Subação 1.1: Cloud TTM (Cloud privada das Terras de Trás-os-Montes)

PdS: Foi aberto o procedimento concursal em setembro de 2019 e adjudicado o fornecimento em março de 2020, aguardando-se o fornecimento e implementação do equipamento;

Subação 1.2: Disponibilização de rede wi-fi nos municípios

PdS: Foi investido parte do valor total da ação para reforço da estrutura base existente no que concerne aos controladores de equipamento ativo e passivo. O restante valor não foi aplicado visto que os municípios aderiram ao programa do Turismo Porto e Norte que previa a aquisição de equipamentos similares, tendo o valor sobranter sido reprogramado;

Subação 1.3: Solução MPLS para o backbone da RCBL

PdS: Foi implementado em 2019 o reforço da estrutura tecnológica base da rede da CIM-TTM;

Subação 1.4: Solução VDI para os Municípios

PdS: Foi aberto o procedimento concursal em setembro de 2019 e adjudicado o fornecimento em março de 2020, aguardando-se o fornecimento e implementação do equipamento;

Subação 1.5: Segurança: Aquisição de Firewall

PdS: Foi implementado em 2018 o reforço da estrutura tecnológica base da rede da CIM-TTM;

Subação 1.6: Implementação do Regulamento (EU) 2016/679

PdS: Foi iniciada em 2018 a sua implementação. Faltam um conjunto de ações de formação em cada município para integrar as necessidades do RGPD com a realidade municipal;

Subação 1.7: Modernização no Planeamento e Gestão do Território

PdS: Foi implementado em 2017 com a aquisição de um hexacóptero e uma estação de processamento no sentido de colmatar a necessidade de levantamentos topográficos, atualização da carta de uso e ocupação de solo, atualização da CRIF (Cartografia de Risco de Incêndio Florestal), etc.;

Ação 2 - Decorrente da consolidação da ação 1, surge a base para implementar a ação 2, cujo objetivo é a disponibilização de serviços e a aproximação dos cidadãos e das empresas aos serviços municipais, de forma célere, intuitiva, segura e eficaz. As atividades a desenvolver no contexto desta ação dividem-se nas seguintes subações:

Subação 2.1 - Faturação Eletrónica

PdS: Foi iniciada a sua implementação em 2018, tendo sido concretizada a sua instalação tecnológica em 2019 e agendada formação para os colaboradores municipais em maio / junho de 2020;

Subação 2.2 - Implementação de Processos de Negócio

PdS: Foi iniciada a sua implementação em 2019 que prevê a implementação de serviços de automatização e reengenharia de processos gerais (otimização da utilização dos recursos com vista à implementação dos Serviços Online) e de Serviços de automatização e reengenharia de processos financeiros (Executar todos os procedimentos de equivalências do plano de contas do POCAL para o Plano de Contas Multidimensional de SNC-AP); Faltam executar alguns procedimentos relacionados com os serviços online, devido à complexidade de interoperabilidade entre diversos sistemas existentes nos municípios.

Subação 2.3 – Aplicações SIGMA

PdS: Foi adjudicada a sua implementação em final de 2019, prevendo-se a sua implementação total no final de junho de 2020;

Subação 2.4 – Aplicação de mobilidade do cidadão

PdS: Foi adjudicada a sua implementação em final de 2019, prevendo-se a sua implementação total no final de junho de 2020 através da publicação total nas AppStores IOS e Android;

Subação 2.5 – Plataformas de Ação Participativa

PdS: Foi implementado em 2019 a Plataforma de Gestão de Ocorrências, em 2018 as Plataformas de Orçamento Participativo e em 2017 a Plataforma PetCare para os CRO Municipais;

Em outubro e novembro de 2019, a Candidatura *Trás-os-Montes Conectada* foi alvo de uma auditoria de execução por parte da ADC, tendo sido deliberadas pequenas correções de âmbito administrativo e de publicidade da operação, tendo sido validado todo o procedimento.

Ainda em 2019, foi solicitada uma reprogramação física e financeira de toda a operação da *Trás-os-Montes Conectada*, tendo sido aceite em fevereiro de 2020. Nessa reprogramação encontram-se vigentes as seguintes implementações futuras que terão que ser realizadas até final de novembro de 2020:

- Subação 1.4: Solução VDI para os Municípios

Prevê-se o reforço desta infraestrutura por forma a reforçar o número de equipamentos fixos e portáteis para cada Município. A intervenção será previsivelmente colocada a concurso em junho de 2020;

Subação 1.5: Segurança: Aquisição de Firewall

PdS: Foi reforçada a verba existente para update da estrutura tecnológica de segurança base da rede da CIM-TTM; A intervenção será previsivelmente colocada a concurso em junho de 2020;

Subação 1.8: Implementação de normas do Centro Nacional de Cibersegurança

Prevê-se a aplicação de políticas enquadradas no âmbito do Quadro Nacional de Referência para a Cibersegurança, dotando os Municípios da CIMTTM dos instrumentos mais essenciais que lhe permitirão fazer face às ameaças e perigos do Mundo Digital e com definição de fases de aplicabilidade de segurança. A intervenção será previsivelmente colocada a concurso em julho de 2020;

Subação 2.5 – Plataformas de Ação Participativa

PdS: Foi reforçada a verba existente para albergar uma estrutura informática para gestão e monitorização de todas as reuniões municipais. A intervenção será previsivelmente colocada a concurso em julho de 2020;

Foi ainda adjudicado em 2020 um Sistema Integrado de Gestão Municipal e Autárquico para dotar a instituição CIM-TTM de um sistema de gestão centralizado para toda a documentação no âmbito de diversas áreas.

Perspetiva-se que estejam reunidas as condições para que o projeto finalize a sua execução em novembro de 2020.

SMARTREGION TRÁS-OS-MONTES

A Operação "SmartRegion Trás-os-Montes" consiste na implementação de uma estrutura tecnológica e respetiva parte integrante de uma nova série de normas internacionais em desenvolvimento para uma abordagem holística e integrada ao desenvolvimento sustentável e à resiliência, no que concerne a um conjunto de indicadores da Norma NP ISO 37120 (Economia, Educação, Energia, Ambiente, Finanças, Resposta a Incêndios e a Emergências, Governança, Saúde, Recreio, Segurança, Alojamento, Resíduos, Telecomunicações e Inovação, Transportes, Planeamento Urbano, Águas Residuais, Água e Saneamento) que fornece uma

abordagem uniforme ao que é medido e à forma como essa medição é realizada. Estes indicadores serão utilizados para acompanhar e monitorizar o progresso do desempenho da comunidade, de modo a obter um desenvolvimento sustentável caracterizado sobre todos os municípios que integram a CIM-TTM.

“SmartRegion Trás-os-Montes” é uma operação que integra o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes (PDCT-TTM), enquadrável no Concurso para apresentação de Candidaturas “Promoção das TIC na administração e serviços públicos” - Aviso N.º NORTE-50-2019-57. Tendo em consideração as condições previstas no Aviso, este projeto alinha-se na Prioridade de Investimento PI 2.3 – O reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha – e, nesta sequência, no Objetivo Específico OE 9.3.1 – Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC’s).

A operação “Smart Region Trás-os-Montes” enquadra-se na Tipologia de intervenção 50 – Promoção das TIC’s na administração e serviços públicos, abarcando as seguintes tipologias de ação: Aplicação de novos modelos de prestação de serviços coletivos na região, através de projetos inovadores de utilização das TIC na resposta a desafios sociais emergentes; Criação das condições técnicas e institucionais necessárias ao desenvolvimento do governo eletrónico na região e à articulação entre entidades em matéria de redes e serviços TIC, através da adoção de soluções que permitam construir serviços públicos digitais abertos, flexíveis e interoperáveis; Aplicação de TIC como instrumento de mudança para melhorar processos organizacionais, reduzir custos administrativos e minorar a pegada de carbono de entidades públicas da região, através da adoção de soluções que promovam uma maior eficiência interna dos serviços públicos.

A operacionalização das ações previstas na operação “SmartRegion Trás-os-Montes” permitirá cumprir os objetivos preconizados previstos no PDCT-TTM, designadamente a implementação de uma plataforma *Smart* por forma a medir o desempenho dos serviços urbanos e mensurar a sua qualidade de vida ao longo do tempo, acompanhando e monitorizando o progresso do desempenho da *EcoRegião* e apoiando a tomada de decisão dos principais atores da região, moldando a atual utilização e eficiência dos recursos de modo a planear melhor o amanhã.

Pretende-se, estrategicamente, fomentar a diferenciação, inovação, competitividade e coesão territorial, objetivando especificamente promover a eficiência das administrações e organismos públicos, assim como o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional, melhorando a eficiência interna da administração pública através de TIC's.

Em abril de 2020 foi submetida a candidatura (NORTE-09-0550-FEDER-000218) ao aviso específico, aguardando-se aprovação, para que possam ser executadas as ações previstas dentro do calendário definido, entre junho de 2020 e maio de 2022. Pretende-se ainda congrega esforços com submissão de outras candidaturas em vigor relacionadas com a execução dos Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas da região por forma a adquirir mais equipamentos de sensorização complementar para monitorização da região.

BALCÕES MÓVEIS

A operação “Balcões Móveis” consiste na implementação de um inovador serviço itinerante de atendimento descentralizado da Administração Pública, designado por Balcão Móvel, que servirá os cidadãos da área territorial da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).

O projeto “Balcões Móveis” tem por objetivo aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de TIC.

Os “Balcões Móveis” envolveram a aquisição e adaptação de 9 veículos automóveis 100% elétricos a utilizar como serviços itinerantes para a promoção de uma administração em rede e implicará o desenvolvimento e integração de equipamentos tecnológicos interativos de suporte ao novo modelo de atendimento e integração destes sistemas e infraestruturas tecnológicas com os existentes nas diferentes áreas e níveis de administração, que resultará em maior eficácia na interação da Administração Pública com os cidadãos.

Por conseguinte, a implementação da presente operação levará a um aumento do número de acessos aos serviços públicos digitais e o aumento da oferta de serviços.

A implementação da operação visa aumentar a proximidade dos serviços da Administração pública com os cidadãos e qualificar a prestação do serviço público através da disponibilização

na CIM-TTM de 9 unidades móveis de serviços públicos da Administração com as características do Balcão do Cidadão, integrando serviços de proximidade aos cidadãos deste território.

Esta operação foi executada em colaboração com a Agência para a Modernização Administrativa (AMA), através da colaboração necessária a que os “Balcões Móveis” permitam disponibilizar serviços da Administração Central. Considera-se a AMA um importante parceiro visto ser detentora de competências no domínio da administração eletrónica, designadamente na gestão dos Portais do Cidadão e da Empresa e no desenvolvimento de projetos infraestruturais como o Cartão de Cidadão ou a plataforma de interoperabilidade, necessárias a uma correta execução das atividades previstas.

Os “Balcões Móveis” constituem um modelo descentralizado de prestação de serviços, onde os utentes, especialmente as populações das zonas rurais e afastadas dos centros urbanos, podem aceder de forma cómoda e prática a serviços públicos eletrónicos diversificados do Município e da Administração Central.

Este inovador serviço facilitará igualmente o acesso de cidadãos com mobilidade reduzida aos serviços públicos, permitindo um atendimento acessível, integrado, de cariz territorial para pessoas com deficiência ou incapacidade.

Em dezembro de 2018 foram entregues as nove viaturas. Durante o mês de janeiro de 2019 realizaram-se ações de formação promovidas pela AMA para formar os funcionários/operadores que vão atuar nos balcões móveis nas aplicações que são da sua competência.



Em outubro de 2019 foram redistribuídos novos equipamentos informáticos por parte da AMA, por forma a colmatar algumas debilidades existentes, estando agora devidamente

equipados com possibilidade de prestação de 240 serviços de 18 entidades da administração central e municipal.

O projeto já se encontra em funcionamento desde o último trimestre de 2019, sendo que alguns municípios iniciaram os trabalhos em março de 2020.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Na vertente Economia de Baixo Teor de Carbono, importa promover uma região ambientalmente autossustentada e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas a partir das medidas:

4.3 a) | Eficiência energética nas infraestruturas públicas

Os principais resultados são melhorar e aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas, reduzir as emissões de CO₂ e os desperdícios de energia, promover o território enquanto eco região e a adoção de tecnologia/ fonte de energia mais sustentável e eficiente. Adicionalmente, devido à utilização de tecnologias de informação, prevê-se a melhoria das capacidades de planeamento, monitorização e comunicação face à eficiência energética.

Em termos de proteção do ambiente, para garantir a valorização dos resíduos e promover a região como ambientalmente autossustentada, importa operacionalizar a medida 6.1 a) - Eco+Valor. Com esta medida prevê-se o aumento da separação de resíduos e reciclagem, e a redução da quantidade de resíduos depositados em aterros.

No âmbito da prioridade de investimento 4.3 - a) Eficiência energética nas infraestruturas públicas foram aprovadas, durante o ano de 2019, 7 candidaturas e no primeiro trimestre de 2020, 8 candidaturas, conforme quadro abaixo.

Eficiência Energética em Infraestruturas Públicas PI 4.3					
Municípios	Designação Investimento	Investimento Total Elegível (€)	Fundo (€)	Código	Ano Aprovação
Alfândega da Fé	Segunda fase (IP)	585 500,40 €	556 225,38 €	NORTE-03-1203-FEDER-000358	2020
Bragança	(IP)II	549 473,91 €	522 000,21 €	NORTE-03-1203-FEDER-000161	2019
	Aeródromo Municipal	84 210,53 €	80 000,00 €	NORTE-03-1203-FEDER-000162	2019

	(IP)III	350 864,37 €	333 321,15 €	NORTE-03-1203-FEDER-000419	2020
Macedo de Cavaleiros	(IP)	584 856,24 €	555 613,43 €	NORTE-03-1203-FEDER-000198	2019
	(IP) Fase II	254 155,55 €	241 416,96 €	NORTE-03-1203-FEDER-000373	2020
Miranda do Douro	(IP) II	175 313,84 €	166 548,15 €	NORTE-03-1203-FEDER-000403	2020
Mirandela	(IP)	396 778,03 €	376 939,13 €	NORTE-03-1203-FEDER-000070	2019
	Fase II (IP)	274 757,40 €	261 019,53 €	NORTE-03-1203-FEDER-000350	2020
Mogadouro	Piscina Coberta	275 504,07 €	261 728,87 €	NORTE-03-1203-FEDER-000035	2019
	(IP) II	146 252,37 €	138 939,75 €	NORTE-03-1203-FEDER-000355	2020
Vila Flor	(IP)	263 808,71 €	250 618,28 €	NORTE-03-1203-FEDER-000170	2019
	Fase II (IP)	146 193,92 €	138 884,22 €	NORTE-03-1203-FEDER-000342	2020
Vinhais	(IP)	713 715,17 €	678 029,41 €	NORTE-03-1203-FEDER-000106	2019
	Paços do Concelho	146 500,00 €	139 175,00 €	NORTE-03-1203-FEDER-000345	2020

Esta Prioridade de Investimento foi reforçada, no ano de 2019, no montante de 1 881 900 euros.

EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

A conjugação das Prioridades de Investimento 8.3 d) e 8.8 b) | Sistema de Incentivos ao Emprego e Empreendedorismo (SIE) do Pacto, pretendem afirmar-se como um incentivo à criação do próprio emprego e de novos postos de trabalho.

O SIE é um instrumento destinado a apoiar pequenos investimentos empresariais de âmbito local para a *“criação, modernização e expansão de micro e pequenas empresas”*, desde que o investimento fosse superior a 100.000 Euros e inferior a 235.000 Euros. Este Aviso destinava-se a qualquer entidade que exercesse uma atividade económica, com exceção das previstas no artigo 5.º da Portaria 105/2017, de 10 de março.

No âmbito desta prioridade de investimento foi aberto o Aviso para apresentação de candidaturas n.º NORTE-M7-2017-13 em junho de 2017, compreendendo duas fases com a seguinte dotação:

	FSE (P.I. 8.3)	FEDER (P.I. 8.8)
Fase 1: até 15.09.2017	5.200.000 Euros	3.478.623,22 Euros
Fase 2: até 28.02.2018		

Os dados e informação sobre a 1ª fase do aviso mencionado foram enunciados no Relatório do ano passado.

Aqui vamos apenas incidir na 2ª fase do aviso que teve por data limite de apresentação de candidaturas o dia 28/02/2018, tendo ocorrido a sua aprovação definitiva no segundo trimestre de 2019. A 2ª fase do Aviso tinha uma dotação FEDER de 1.865.102,41€ tendo sido submetidas 119 candidaturas, 72 FEDER e 47 FSE, com um investimento solicitado de 13.0006.419,90€ e 970.221,18€ respetivamente. Foram aprovadas 17 candidaturas FEDER e FSE com um investimento elegível de 3.309.194,23€ e 239.536,38€ respetivamente. A estes projetos corresponde a criação de 44 postos de trabalho.

As candidaturas apresentadas ultrapassaram em muito as verbas FEDER disponíveis no Aviso. Por outro lado registou-se um montante de verbas FSE que não foram comprometidas.

Tendo em conta a disponibilidade de verbas nesta PI e dado tratar-se de uma área importante para o desenvolvimento económico e social da região aguarda-se a abertura de novo Aviso com as verbas FSE alocadas ao PDCT TTM.

AÇÃO SOCIAL

Na vertente de Inclusão Social e Pobreza é pretendido rentabilizar os recursos existentes e aumentar a cooperação entre parceiros para projetos conjuntos e inovadores, melhorar o acesso e a gestão dos serviços e das respostas sociais, e promover o desenvolvimento de competências nos grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social e o desemprego a partir das medidas:

- 9.1 a) | Contratos de Emprego Inserção
- 9.1 d) | Bolsa Especializada de Voluntariado
- 9.4 b) | Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo
- 9.7 a) | Intervenções em equipamentos sociais



Os principais resultados esperados são reforçar as competências pessoais, sociais e profissionais visando a integração ativa e a empregabilidade de desempregados e outros grupos vulneráveis, reduzir a exclusão social, promover o envelhecimento ativo, reforçar as parcerias existentes, melhorar a oferta e procura de serviços sociais e aumentar o acompanhamento de pessoas que necessitam de cuidados de saúde.

Em termos de promoção da sustentabilidade económica e social, com vista ao repovoamento do território, importa garantir a proteção das crianças, o fomento do ensino sustentável, a equidade no acesso e qualidade à educação (reduzindo assimetrias intraregionais) e melhoria do sucesso educativo. Os principais resultados são suprir as fragilidades do sistema educativo e assegurar o acesso e a igualdade de oportunidades.

CONTRATOS DE EMPREGO INSERÇÃO

Esta medida tem como beneficiário o Instituto do Emprego e Formação Profissional e contempla o apoio financeiro às pessoas que se encontram desempregadas e beneficiárias de subsídio de desemprego ou de subsídio social de desemprego (CEI e CEI+).

Com uma dotação significativa de cerca de 11 milhões de euros, coma realização do último Aviso toda a verba está comprometida tendo permitido apoiar um número significativo de pessoas que, neste período, beneficiaram de programas de emprego e inserção de inúmeras instituições que visaram a realização de trabalhos socialmente necessários.

EQUIPAMENTOS SOCIAIS

Neste eixo, concretamente na prioridade de investimento 9.7 - a) Intervenções em Equipamentos Sociais, no âmbito do Aviso NORTE-42-2018-18, foram aprovadas, até ao fim do ano de 2019, as candidaturas constantes do mapa abaixo.

Designação do Investimento	Código	Investimento Total Elegível	Fundo	Concelho
Requalificação da Resposta Social "LEQUE"	NORTE-07-4842-FEDER-000314	39 000,00 €	33 150,00 €	Alfândega da Fé
Melhoria da Eficiência Energética do Equipamento Social	NORTE-07-4842-FEDER-000117	51 764,71 €	44 000,00 €	Bragança
Requalificação do Centro Social e Paroquial de São Tomé - Quintanilha	NORTE-07-4842-FEDER-000241	57 647,06 €	49 000,00 €	Bragança
Requalificação da ERPI, SAD e Centro de Dia da Fundação Betânia	NORTE-07-4842-FEDER-000217	102 407,06 €	87 046,00 €	Bragança
Melhoria da Eficiência Energética e Aquisição de Equipamentos para a ERPI	NORTE-07-4842-FEDER-000077	75 882,35 €	64 500,00 €	Bragança
Melhoria da Eficiência Energética da ERPI	NORTE-07-4842-FEDER-000099	62 941,18 €	53 500,00 €	Bragança
Requalificação do Centro Paroquial Santo Cristo	NORTE-07-4842-FEDER-000122	46 823,53 €	39 800,00 €	Bragança
Requalificação de Equipamento Social e Aquisição de Viatura	NORTE-07-4842-FEDER-000100	34 117,65 €	29 000,00 €	Bragança
Criação de Infraestrutura de Atividades Físicas e Motoras	NORTE-07-4842-FEDER-000141	29 411,76 €	25 000,00 €	Bragança
Requalificação do Equipamento Social e Aquisição de Viatura	NORTE-07-4842-FEDER-000098	29 411,76 €	25 000,00 €	Bragança
Requalificação do Equipamento Social	NORTE-07-4842-FEDER-000101	67 058,82 €	57 000,00 €	Bragança
Requalificação do Lar Residencial, CAO e Residência Autónoma	NORTE-07-4842-FEDER-000047	152 475,00 €	129 603,75 €	Bragança
Aquisição de Equipamentos para o CAO	NORTE-07-4842-FEDER-000090	95 294,12 €	81 000,00 €	Bragança
Requalificação do ERPI, SAD E CD de Baçal	NORTE-07-4842-FEDER-000097	42 352,94 €	36 000,00 €	Bragança
Construção da ERPI de Talhas	NORTE-07-4842-FEDER-000341	941 400,00 €	800 190,00 €	Macedo de Cavaleiros
Aquisição de Equipamento para o CAO	NORTE-07-4842-FEDER-000321	87 000,00 €	73 950,00 €	Mirandela
Requalificação do Centro de Dia	NORTE-07-4842-FEDER-000048	16 529,41 €	14 050,00 €	Mirandela
Requalificação e Aquisição de Equipamento para a ERPI, SAD e Centro de Dia	NORTE-07-4842-FEDER-000096	36 979,64 €	31 432,69 €	Mirandela
Requalificação e Aquisição de Equipamento para a ERPI, SAD e Centro de Dia e Camtina Social	NORTE-07-4842-FEDER-000119	30 671,29 €	26 070,60 €	Mirandela
Requalificação da Creche	NORTE-07-4842-FEDER-000216	16 345,96 €	13 894,07 €	Mirandela
Construção de uma sala de Atividades Física/Lúdica	NORTE-07-4842-FEDER-000079	62 900,00 €	53 465,00 €	Mirandela
Requalificação da ERPI "O Bom Samaritano"	NORTE-07-4842-FEDER-000112	300 000,00 €	255 000,00 €	Mirandela
Remodelação e Beneficiação da ERPI S. João de Deus	NORTE-07-4842-FEDER-000231	300 487,49 €	255 414,37 €	Mogadouro
Remodelação/Adaptação do Centro de Dia e ERPI da ACSSU	NORTE-07-4842-FEDER-000308	70 000,00 €	59 500,00 €	Mogadouro
Remodelação/Adaptação do Centro de Dia do Centro Paroquial de Bemposta	NORTE-07-4842-FEDER-000082	79 974,93 €	67 978,69 €	Mogadouro
Remodelação do Centro de Dia de CSCRT	NORTE-07-4842-FEDER-000309	40 542,34 €	34 460,99 €	Mogadouro
Remodelação e Adaptação da ERPI Santa Maria Madalena	NORTE-07-4842-FEDER-000322	116 708,36 €	99 202,11 €	Vila Flor
ERPI Nossa Senhora da Lapa	NORTE-07-4842-FEDER-000323	173 875,56 €	147 794,23 €	Vila Flor

Remodelação e Adaptação da Creche de Vimioso	NORTE-07-4842-FEDER-000040	154 494,85 €	131 320,62 €	Vimioso
Reabilitação do Lar de S. José - Vimioso	NORTE-07-4842-FEDER-000221	276 635,40 €	235 140,09 €	Vimioso
Reabilitação do Centro Cultural e Social de Edral	NORTE-07-4842-FEDER-000332	97 000,00 €	82 450,00 €	Vinhais
Beneficiação do Centro Social e Paroquial de S. Martinho Ervedosa	NORTE-07-4842-FEDER-000302	65 000,00 €	55 250,00 €	Vinhais
Beneficiação do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora do Carmo Moimenta	NORTE-07-4842-FEDER-000319	10 000,00 €	8 500,00 €	Vinhais
Requalificação do Centro Social e Paroquial de Vila Boa	NORTE-07-4842-FEDER-000330	290 328,48 €	246 779,21 €	Vinhais

Em resultado do reforço verificado nesta PI, no ano de 2019, no montante de 3 321 000 euros, foram já aprovadas 18 candidaturas novas e 5 reforços.

As verbas previstas nas PI's 9.1 d) | Bolsa Especializada de Voluntariado e 9.4 b) | Idade Mais - Projecto Envelhecimento + Activo foram transferidas para a PI 9.1 c) | Cultura para Todos com um montante de 1 786 487,12 euros tendo a CIM-TTM apresentado uma candidatura bem como todos os municípios.

EDUCAÇÃO

Entendendo a educação como a pedra basilar para o desenvolvimento a médio e longo prazo dos territórios, a CIM-TTM alinhada com a estratégia europeia e nacional neste campo, tem vindo a atuar de modo a promover a qualificação da população do território.

Apesar de nos últimos anos terem sido efetuados investimentos elevados no setor da educação, quer em infraestruturas quer ao nível da qualificação e formação da população o que é facto é que a região ainda apresenta números superiores à média nacional no que concerne às taxas de analfabetismo, abandono e insucesso escolar.

Este cenário reflete a necessidade de continuar a reforçar os investimentos no setor da educação, melhorando as condições e qualidade do sistema de ensino com o objetivo de capacitar a região de população qualificada, contribuir para a fixação de pessoas influenciando positivamente o desenvolvimento económico e social do território.

Tendo em linha de conta estes objetivos a CIM-TTM está a desenvolver projetos que visam combater o abandono e insucesso escolar; aumentar as habilitações literárias da população; otimizar a rede de oferta formativa profissional; requalificar/modernizar infraestruturas.

No âmbito da educação, o PDCT-TTM prevê duas formas de atuação:

- Medida 10.1 a): Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar.
- Medida 10.5 a): Requalificação/modernização das infraestruturas educativas;

PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR

O PLANO INTEGRADO E INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR [PIICIE] assenta no trabalho colaborativo e em rede entre a CIM-Terras de Trás-os-Montes, os Municípios, os Agrupamentos Escolares e outros parceiros institucionais. Com a sua implementação reforçou-se esta rede colaborativa na convicção de que só com a cooperação e o empenho de todos é que o sucesso escolar registará valores positivos impulsionadores do desenvolvimento económico e social da região.

O PIICIE expressa uma vontade estratégica da região em reforçar a atuação junto da comunidade educativa de forma a alterar a realidade que caracteriza as terras de Trás-os-Montes ao nível do insucesso e do abandono escolar no território.

O objetivo é atingir valores abaixo dos 6% na taxa de retenção e desistência no ensino básico e alcançar os 15,2% no ensino Secundário. Este plano tem como meta mínima atingir cerca de 3 mil alunos, num universo de 11 mil que frequentam as escolas públicas da região.

No terreno estão implementados 22 projetos, 7 de dimensão supramunicipal – transversais a todos os municípios - e 15 promovidos pelos municípios.

Os projetos de dimensão supramunicipal são geridos por uma técnica superior com larga experiência na carreira docente, que tem como missão implementá-los e acompanhá-los de forma articulada com todos os parceiros. Estes projetos são os seguintes:

a) CIÊNCIA ITINERANTE NAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES. Este projeto tem como objetivo promover uma nova abordagem metodológica no ensino-aprendizagem das ciências fundamentais e naturais, reforçando o seu ensino em práticas experimentais e em metodologias de ação/investigação e de projeto (métodos colaborativos) e apetrechar os laboratórios bem como o fornecimento de outros equipamentos de apoio ao projeto.

A dimensão financeira do projeto é de 899.000 Euros.

O projeto iniciou-se em dezembro de 2018, encontrando-se as ações 1 e 2 em execução e concluídas todas as contratações a efetuar no âmbito das mesmas.

b) PROMOVER A LEITURA E A ESCRITA. Este projeto visa contribuir para um ensino mais eficaz da leitura, apostando-se na elaboração de um diagnóstico (com suporte metodológico e científico de referência, envolvendo instituições do ensino superior) dos alunos do pré-escolar e do 1º ciclo da região, bem como assegurar a implementação de novas metodologias e de novos recursos (com suporte em novas tecnologias) e apetrechar as bibliotecas escolares as escolas com recursos adequados e pertinentes.

O valor aprovado para a execução do projeto é de 397.000 Euros.

O projeto iniciou-se em setembro de 2018. Neste momento, as suas 3 ações/medidas encontram-se em execução, tendo sido apresentado pedido de alteração temporal e financeiro devidamente aprovado. Foram realizadas todas as contratações previstas.

c) PLANO DE AÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO | FORMAÇÃO JOVEM. Este projeto tem como objetivo reestruturar a rede de ensino profissional, alargando o leque de ofertas formativas, assim como aumentar o número de alunos a escolher esta opção, sem penalizar as escolas e concelhos de origem do aluno e aplicar o conceito de "Turmas Partilhadas": o mesmo aluno recebe a formação geral na escola de origem e a componente vocacional na escola profissional da sua escolha.

A dimensão financeira do projeto é de 353 000 Euros.

A operação iniciou-se em setembro de 2018. Tem apenas uma ação/medida. Decorre o "Estudo Base de Suporte ao Plano de Ação para a Valorização da Educação e Formação de Jovens", que

sofreu 3 pedidos de prorrogação devido a múltiplos fatores, nomeadamente a sua complexidade. Falta desenvolver as restantes atividades: a realização de um programa de intercâmbio com as escolas envolvidas em projetos semelhantes, a feira das profissões e os *workshops* com os empregadores bem como a implementação do projeto-piloto com base no conceito de “Turmas partilhadas”. Foi efetuado pedido de alteração temporal e financeiro aprovado.

d) REDE DE RECURSOS TÉCNICOS E PEDAGÓGICOS PARA O SUCESSO ESCOLAR. Este projeto tem como objetivo dotar de capacidades/conhecimentos os técnicos das equipas multidisciplinares de modo a responderem eficazmente à multiplicidade de situações e fatores associados quer à prevenção quer à remediação das dificuldades dos alunos/ famílias sinalizadas pelos Agrupamentos, bem como facultar recursos e instrumentos de apoio aos técnicos das equipas multidisciplinares e aos Agrupamentos de modo a responder à multiplicidade desses fatores numa lógica de prevenção do risco e da partilha de dados para uma melhor atuação junto dos alunos e famílias em risco.

A dimensão financeira deste projeto é de 140.000 Euros.

A execução do projeto iniciou-se em dezembro de 2018 e decorre a ação/medida 1 com a capacitação dos técnicos das equipas multidisciplinares. Foi decidido apresentar-se uma nova ação/medida 2 “PISA nas Escolas nos Municípios” pelo Grupo Técnico de Acompanhamento em pedido de alteração a apresentar em 2020.

e) PROMOÇÃO DE EMPREENDEDORISMO. Este projeto visa desenvolver o espírito empreendedor, dinamizando competências de criatividade, espírito crítico, capacidade de tomada de decisões e autonomia, bem como implementar novas metodologias associadas a práticas colaborativas que facultam aprendizagens transversais e, por isso, transferíveis para outras áreas do saber e promover o surgimento de projetos empreendedores através de concursos.

O valor global previsto para o projeto é de 72.000 Euros.

O projeto tem uma única ação/medida em execução, mas com alguns atrasos. Foi apresentado pedido de alteração temporal e financeiro devidamente aprovado.

f) DINAMIZAÇÃO DA REDE EDUCATIVA E QUALIFICAÇÃO DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES. Este projeto visa garantir o cumprimento da vertente "integradora" do Plano através da criação de um Grupo Técnico de Acompanhamento (que envolverá os parceiros de relevo envolvidos na concretização do PIICIE). É também objetivo deste projeto assegurar a continuidade das dinâmicas e conhecimentos induzidos pelo Plano no pós-operações pela capacitação das lideranças através de seminários e visitas de estudo das lideranças.

O projeto apresenta a dimensão financeira de 200.000 Euros.

Esta operação iniciou em 2018. Tem duas ações/medidas, ambas em execução com 5 reuniões do Grupo Técnico de Acompanhamento, ações de divulgação do PIICIE-TTM e a realização da primeira capacitação para lideranças intermédias. Foi realizado pedido de alteração temporal e financeiro devidamente aprovado.

g) ESTUDOS, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO. Este projeto tem como objetivo produzir conhecimento sobre a realidade educativa dos concelhos da CIM-TTM através de um estudo, bem como conhecer e intervir de forma mais sustentada e eficaz no decurso e no pós-operações (pela sua divulgação pública) e monitorizar e avaliar o Plano de modo a aferir o cumprimento das metas, a necessidade de reajustamentos e o balanço final do PIICIE.

A dimensão financeira deste projeto é de 395.645 Euros.

Este projeto iniciou-se em julho de 2019. Tem apenas uma ação/medida com 3 atividades, estando duas em execução: o *Estudo sobre as Crenças, Saberes e Práticas dos Professores*, e a Monitorização do PIICIE-TTM, ambas desenvolvidas pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. Finalmente, foram lançados os procedimentos concursais referentes à avaliação do PIICIE-TTM. Não existem mais contratações no âmbito desta operação. Foi apresentado pedido de alteração temporal, físico e financeiro.

EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS ESCOLARES

A implementação da medida 10.5 a) | "Equipamentos e infraestruturas escolares" que visa a promoção do ensino sustentável e requalificação/modernização das infraestruturas educativas. Os resultados esperados são a melhoria do nível de qualidade e de cobertura da

rede de infraestruturas de educação e ensino, das condições de ensino e aprendizagem, e a promoção do acesso e incremento do sucesso escolar.

No âmbito desta prioridade de investimento foi aprovada em 2019 a candidatura “Escola Básica e Secundária D. Afonso III, Vinhais” do Município de Vinhais, que encontrava prevista no mapeamento anexo ao PDCT-TTM.

Esta medida foi objeto de reforço financeiro no ano de 2019 no montante de 2 767 500 euros que permitiu aumentar o apoio às operações em execução nos diferentes municípios bem como o mapeamento de novos investimentos.

PROTEÇÃO CIVIL

No âmbito da proteção civil, a CIM-TTM tem em desenvolvimento dois projetos diretamente ligados ao apoio à gestão de risco.

Tratando-se os incêndios florestais de uma preocupação nacional, devidos aos trágicos incêndios que decorreram no verão de 2017, a CIM-TTM também apresentou uma candidatura para a manutenção do gabinete técnico florestal intermunicipal que tem como principal missão a articulação de medidas transversais a todos os gabinetes florestais municipais.

De modo a melhor informar sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da Proteção Civil, apresenta-se, de seguida, a descrição dos projetos.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA E APOIO À DECISÃO OPERACIONAL

A problemática dos fogos florestais constitui uma preocupação permanente de todos os responsáveis e munícipes dos concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes, uma vez que esta região apresenta elevada densidade florestal, com um histórico de registos de incêndios florestais e área ardida elevados.

Neste sentido, e estando já previsto no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial das Terras de Trás-os-Montes, na Prioridade de Investimento 5.2, no âmbito do aviso de abertura POSEUR-10-2016-43 - Instrumentos de Planeamento, Monitorização e Comunicação - Pactos para o Desenvolvimento e Coesão, a CIM-TTM viu aprovada, no ano de 2018, a operação

denominada “Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional”, tendo como objetivo principal a videovigilância florestal.

Tendo em conta o risco elevado de incêndio, assim como o histórico de incêndios florestais e área ardida que esta região apresenta, a implementação de um sistema integrado de vigilância e apoio à decisão operacional, reveste-se de relevância estratégica, uma vez que permite um reforço da gestão no combate aos incêndios florestais, diminuindo as vulnerabilidades do território em causa, aumentando e gerindo as capacidades operacionais, ao permitir uma rápida coordenação e reação dos meios e agentes envolvidos no combate a incêndios florestais, diminuindo os recursos a utilizar.

Os locais escolhidos, para a instalação do sistema, foram locais estratégicos, que possuem uma maior bacia de visibilidade sobre as áreas a proteger, e são eles as Serras de Bornes, Nogueira e Castanheira. Na Serra de Bornes foi aproveitado o Posto de Vigia, pertencente à Rede Nacional de Postos de Vigia, sob a alçada da GNR, para a colocação da câmara de vídeo. Nas Serras de Nogueira e Castanheira foi feito o aproveitamento de antenas de rádio existentes, onde foram colocadas as respetivas câmaras.

As mais-valias da implementação desta solução, na vigilância e apoio à decisão operacional no âmbito dos fogos florestais, em termos operacionais, são as seguintes:

- Vigilância permanente, em tempo real, 24h por dia durante todo o ano;
- Menor intervenção humana no processo de despiste e monitorização, tendo por base o acesso remoto, centralizado e em tempo real às ocorrências;
- Redução do número de falsos alertas e aumento da fiabilidade dos alertas confirmados;
- Maior precisão na localização dos focos das ocorrências detetadas;
- Melhor e mais rápido dimensionamento dos meios deslocados para o combate, pela tomada de decisão mais e melhor informada;
- Redução das missões dos meios aéreos vãmente deslocados para o combate inicial do incêndio;
- Combate mais rápido e eficaz, uma vez que o despiste e avaliação precoces implicam menos homens necessários e menor permanência dos meios de combate no local de incêndio, conseguindo-se assim menores áreas ardidas;

Tecnicamente o Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional, compõe-se essencialmente de estações de dois tipos: as Torres de Vigilância e Aquisição de Dados (TVAD), instaladas nos locais anteriormente referidos, um Centro de Gestão e Controlo (CGC), instalado no Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Bragança e outro instalado no Comando Territorial de Bragança da GNR.

As TVAD servem de suporte às câmaras de vídeo, orientáveis em azimute e elevação, a partir dos Centros de Gestão e Controlo. Os CGC's dispõem de monitores de vídeo onde as imagens das câmaras são apresentadas em simultâneo e em tempo real, com elevadas qualidade e taxa de atualização.

O sistema garante uma cobertura de 164.530ha, na área de intervenção da CIM-TTM e zonas limítrofes. A análise de cobertura tem em conta um alcance efetivo máximo das câmaras de 20Km e uma altura da coluna de fumo de 10 metros.

O Sistema de Vigilância e Apoio à Decisão Operacional encontra-se em pleno funcionamento desde o mês de Setembro de 2018. Em termos de execução financeira da operação, após realização do Relatório Final, serão restituídos os 5% que ficaram retidos após a submissão do último Pedido de Pagamento.

A CIM-TTM manifestou já, junto do Ministério da Administração Interna, a necessidade de reforçar o sistema com mais 3 câmaras de vigilância para melhorar o grau de cobertura.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL INTERMUNICIPAL

O Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, doravante designado de (GTFI-TTM), foi constituído ao abrigo de uma candidatura ao Fundo Florestal Permanente (FFP), mais concretamente ao Eixo II – Defesa da Floresta Contra Incêndios, à Ação – “Apoio ao Funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais”. O GTFI-TTM, iniciou funções a 01 de julho de 2018, a área de atuação corresponde à região das Terras de Trás-os-Montes, com uma área administrativa de 5538 km². Tendo em conta a definição de espaços florestais do Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, 64,6% do território da CIM-TTM é ocupado por espaços florestais. Abrange nove municípios, todos eles com Gabinete Técnico Florestal (GTF) em funcionamento (Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais).

O GTFI tem como missão contribuir para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos Gabinetes Técnicos Florestais municipais, através da divulgação das políticas florestais, disponibilização e difusão de informação técnica de âmbito florestal.

As atribuições do GTFI são:

- Acompanhamento das políticas florestais;
- Promover a articulação e compatibilização dos instrumentos de planeamento florestal de âmbito municipal;
- Acompanhar e promover a transposição homogénea dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal [PROF] para os Planos Diretores Municipais [PDM];
- Promover a articulação e funcionamento integrado dos GTF municipais;
- Acompanhamento dos Planos de Defesa da Floresta Contra Incêndios [PDFCI] e Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios [PMDFCI];
- Identificação, para efeito de planeamento e intervenções integradas de âmbito florestal à escala intermunicipal, de unidades de planeamento e gestão;
- Produção e disponibilização de informação agregada de âmbito florestal, nomeadamente cartográfica;
- Difusão de informação de âmbito florestal junto dos GTF municipais;

As atribuições a desenvolver pelo GTFI, foram definidas através de anúncio de abertura de procedimento concursal n.º 01/0122/2018.

Durante o ano de 2019 foram desenvolvidas diversas ações, quer de forma individual (pesquisa bibliográfica, compilação de legislação, compilação de informação cartografia do território, contatos com as Organizações de Produtores Florestais locais, contatos com os Gabinetes Técnicos Florestais dos Municípios e Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais, contatos com o ICNF, em particular com o Coordenador de Prevenção Estrutural), quer de forma conjunta com os demais GTF's dos municípios, como reuniões de trabalho com vista a promover a articulação e o funcionamento integrado dos GTF's Municipais, uniformizando procedimentos e fazendo cumprir o estabelecido nas políticas florestais.

1- IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES ESTABELECIDAS NOS DIVERSOS DIPLOMAS LEGAIS E PLANOS

RELATIVOS A POLÍTICAS FLORESTAIS

Com o objetivo de contribuir para uma melhor articulação e funcionamento integrado dos GTF's municipais da área de intervenção da CIM-TTM foram promovidas reuniões conjuntas e individuais com os técnicos dos GTF's e produzidas orientações técnicas pelo GTFI-TTM, através da apresentação de propostas ao conselho intermunicipal, para uniformização de critérios. Orientações Técnicas conjuntas.

O GTFI promoveu a realização de duas reuniões conjuntas com os GTF's dos municípios da CIM com o objetivo de partilhar e delinear

No âmbito do acompanhamento das políticas florestais foram ainda realizadas as seguintes ações:

- ✓ Elaboração do Plano de atividades do GTFI da CIM-TTM para o ano 2019, que explana as atividades que se pretendem desenvolver;
- ✓ Apoio à instrução dos pedidos de parecer ao ICNF, no âmbito da construção de edifícios fora das áreas edificadas a todos os municípios da CIM-TTM;
- ✓ Construção de um procedimento/modelo de parecer para o licenciamento de edifícios fora das áreas consolidadas, no âmbito de defesa de pessoas e bens, nos termos e para os efeitos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, que estrutura o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tendo este diploma sido recentemente alterado, através do Decreto-Lei n.º 14/2019, de 21 de janeiro, valorizando e reforçando o papel das autarquias locais neste processo;
- ✓ Promoção de uma ação de formação "O Papel dos Municípios na Defesa da Floresta Contra Incêndios", dirigida a todos os técnicos dos GTF's e aos técnicos responsáveis pelo licenciamento de todos os municípios da CIM-TTM;
- ✓ Apoio na elaboração da candidatura ao Fundo Florestal Permanente, denominada "Queima Segura" – Aviso 03/0126/2019, aos municípios da CIM-TTM;
- ✓ Pedido de esclarecimento ao ICNF, sobre a cartografia de áreas ardidas a usar na atualização anual da carta de condicionantes do PDM;
- ✓ Foram alertados os GTF's para a necessidade de integração, da carta de perigosidade aprovada em PMDFCI, no PDM, para cumprimento do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação;
- ✓ Reunião com o ICNF, CCDR-N, ANEPC, DRAPN e o técnico do GTF do município de Macedo de Cavaleiros, para análise e discussão da proposta da Orientação Técnica n.º 2/2019/GTFI-CIM-TTM- Critérios a considerar nos processos enquadrados no n.º 4, n.

96, n.º 10 e n.º 11 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho na sua atual redação, a apresentar nas CMDF, par aprovação;

- ✓ Produção de um modelo de Relatório de Atividades, que reporta as ações estabelecidas nos diversos diplomas legais e planos relativos a políticas florestais, a preencher pelos GTF's Municipais, trimestralmente;
- ✓ Participação como oradora no Seminário Técnico sobre o Fogo e a paisagem, integrado na III Semana da Gestão da Gestão Agroflorestal Sustentável, realizado em Vimioso no dia 10 e 11 de abril no Parque Ibérico de Natureza, Turismo e Aventura;
- ✓ Criação de um modelo de "Plano de Controlo das Operações Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios – PCOMDFCI-DFCI" que define e quantifica as obrigações/competências das Câmaras Municipais em matéria de DFCI;
- ✓ Elaboração do Relatório/Resumo das reuniões individuais com os GTF's dos municípios da CIM-TTM, relativas ao 4.º trimestre de 2019;
- ✓ Organização da ação de formação "Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da Vespa Velutina em Portugal" a nível da CIM-TTM;
- ✓ Elaboração de um pedido de esclarecimentos ao ICNF sobre alguns aspetos de planeamento de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- ✓ Apoio trimestral ao GTF de Alfândega da Fé, Vila Flor e Vinhais na atualização da informação a inserir nos Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SGIF);
- ✓ Elaboração dos mapas de gestão de combustível da faixa de proteção aos aglomerados populacionais de todos os aglomerados do concelho de Vila Flor;
- ✓ Apoio/esclarecimentos sobre o anúncio de abertura – Gestão de Combustível com Recurso à Pastorícia;
- ✓ Promoção de reuniões com o ICNF, onde estiveram presentes os técnicos dos GTF's dos Municípios da CIM-TTM, para esclarecimentos sobre o anúncio de abertura – Gestão de Combustível com Recurso à Pastorícia.
- ✓ Pedido de esclarecimento à Guarda Nacional Republicana, sobre a aplicabilidade do artigo 27.º e 28.º, do DL n.º 124/2006 de 28 de junho na sua atual redação sobre a realização de queimas e queimadas em espaço urbano;
- ✓ Instrução e apresentação à CMDF de cinco processos de construção de edifícios fora das áreas edificadas consolidadas, do Município de Vila Flor;

- ✓ Instrução e apresentação à CMDF de três processos de construção de edifícios fora das áreas edificadas consolidadas, do Município de Vinhais;
- ✓ Instrução e apresentação à CMDF de um processo de construção de edifícios fora das áreas edificadas consolidadas, de Vila Flor;
- ✓ Formação às técnicas dos GTF's de Vila Flor e Carrazeda de Ansiães, pelo período de 4 meses;
- ✓ Apoio aos técnicos de Urbanismo e técnico do GTF do município de Bragança e Miranda do Douro, no âmbito da instrução de pedidos de construção/ampliação de edifícios fora das áreas edificadas consolidadas;
- ✓ Elaboração de resposta a um pedido de audiência prévia relativo ao ano 2018 e à comunicação de decisão final relativa ao ano 2017, de apoio ao financiamento dos Gabinetes Técnicos Florestais, do Município de Alfândega da Fé. Reunião com o diretor do FFP e elaboração de relatório de atividades destes dois anos de funcionamento do GTF;
- ✓ Participação da reunião Anual do Conselho Florestal do Nordeste;
- ✓ Participação nas jornadas técnicas da AGIF;
- ✓ Participação na reunião sobre o plano de ação do "Grupo de trabalho do Norte para a Redução de Ignições em Espaço Rural", promovida pelo Inspetor Jorge Guiomar.
- ✓ Reuniões com os Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais da Região Norte, realizado dia 7 de agosto, com a seguinte ordem de trabalhos: 1- Atividades a desenvolver pelos Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais); 2- Dificuldades sentidas para cumprimento dos objetivos; 3- Outros assuntos.
- ✓ Reuniões com os Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais da Região Norte, realizado dia 2 de dezembro, com a seguinte ordem de trabalhos: 1- Articulação de procedimentos e orientações entre as Comunidades Intermunicipais e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (Arq.ª Sandra Sarmento); 2- Partilha de experiências no trabalho desenvolvido pelos Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais, 3- Outros assuntos.
- ✓ Apoio na emissão de pareceres no âmbito de candidaturas ao PDR2020, relativas a operações florestais de terras não agrícolas, ao município de Bragança e Alfândega da Fé.
- ✓ Reunião com a ANEPC, para análise/viabilidade da proposta de candidatura ao AVISO N.º NORTE -14-2019-26, Proteção Contra Riscos de Incêndios;

- ✓ Elaboração da candidatura ao AVISO N.º NORTE -14-2019-26, Proteção Contra Riscos de Incêndios;
- ✓ Elaboração das candidaturas - Apoio ao funcionamento dos gabinetes técnicos florestais 2019, Eixo Defesa da Floresta Contra Incêndios e Agentes Bióticos, do município de Alfândega da Fé, Vinhais e Vila Flor;

2- ESTABELECER PROCEDIMENTOS PARA VERIFICAÇÃO E COMPATIBILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CARTOGRÁFICA DOS PLANOS DE ÂMBITO FLORESTAL A NÍVEL MUNICIPAL.

Relativamente a esta tarefa, no ano de 2019, o GTFI-TTM, fez recolha de toda a informação cartográfica dos diferentes PMDFCI, que foi inserida na base de dados da CIM-TTM, procedeu à sua leitura e análise dos planos.

A CIM-TTM desenvolveu uma Infraestrutura de Dados Espaciais – IDE, que consiste num conjunto de tecnologias, políticas, padrões e recursos humanos necessários para adquirir, processar, armazenar e distribuir a utilização de dados espaciais.

Esta infraestrutura, transversal aos municípios, e baseada em software aberto, promove a modernização das autarquias com uma estrutura de gestão de informação geográfica centralizada, de âmbito regional, que apoia atividades de gestão e desenvolvimento do território.

Os objetivos principais desta IDE são:

- Facilitar o acesso aos recursos de informação geográfica;
- Criar um repositório central de Informação Geográfica;
- Racionalizar o parque informático de apoio aos Sistemas de Informação Geográfica;
- Abandonar softwares proprietários, com custos de licenciamento associados;
- Definir um modelo de dados SIG comum a todos os parceiros;
- Normalização da informação geográfica produzida;
- Criar visualizadores de informação geográfica.

A existência de informação geográfica centralizada em bases de dados, permite um maior conhecimento do território, servindo muitas vezes de base para a sua preservação, valorização e desenvolvimento, ao facilitar as tomadas de decisão das diversas entidades com intervenção direta no território.

Atualmente, foram introduzidos na base dados da CIM-TTM a informação geográfica, em formato shapefile, de todos os PMDFCI, do território da CIM-TTM. A informação foi convertida para o sistema PT-TM06/ETRS89 de forma a que todos os técnicos iniciem o projeto com toda a informação uniformizada e centralizada.

3- TRANSPOSIÇÃO DOS PROF PARA OS PDM.

Relativamente a este ponto foram remetidos contributos/sugestões sobre os documentos que compõem o PROF-TMAD, aquando da discussão pública deste instrumento sectorial. Foram ainda enviados contributos/sugestões sobre a portaria de incompatibilidades e sobre a portaria do PROF, aquando da Audição do mesmo.

Análise dos documentos que compõem o Programa Regional de ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF TMAD) aprovado a 11 de fevereiro 2019, no que respeita o território abrangido pela CIM-TTM;

Participação no Seminário “Os PROF’s e os Desafios do Ordenamento e Gestão Florestal em Portugal”, realizada dia 13 de maio, organizada pela Sociedade Portuguesa de Ciências Florestais”;

Na reunião realizada no passado dia 2 de dezembro entre os GTFI’s da região norte, foi abordada a forma como dever ser feita a transposição dos PROF’s para os Planos Diretores Municipais, tendo o Chefe de Divisão de Ordenamento do Território, do ICNF, Eng. Mário Duro, referido que embora esta seja uma responsabilidade dos municípios, os Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais podem ter um papel importante no apoio nesta tarefa e deu algumas orientações sobre esta transposição. Ficando de enviar aos GTFI’s um documento que compilasse as orientações relativas à transposição os PROF’s para os PDM’s.

Na referida reunião realçou-se ainda a importância de existir uma orientação única do ICNF, que permita por questões de homogeneidade, que a transposição do PROF para cada PDM seja standardizada. Assim, ficamos a aguardar o envio dessa orientação, por parte do ICNF, para dar início à produção de propostas de normativos para a transposição dos PROF’s para os PDM’s com o objetivo de incorporar orientações e regras claras sobre o ordenamento florestal.

4- AÇÕES DE FORMAÇÃO NO ÂMBITO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA (SIG)

Formação em SIG, com recurso ao QGIS, às técnicas dos GTF’s de Vila Flor e Carrazeda de Ansiães, pelo período de 4 meses, três dias por semana (janeiro a abril).

Formação em SIG com recurso ao QGIS em gabinete aos técnicos do município de Bragança, Miranda do Douro, Vinhais, Alfândega da Fé e Vila Flor, são ainda dados apoios pontuais através do telefone, sempre que solicitados.

Regularmente são verificadas oportunidades de formação que ocorrem na região em SIG, e dado conhecimento via email ou contacto telefónico aos técnicos.

Foi feito um levantamento das necessidades de formação em SIG com os GTF's do território da CIM e em função da informação recolhida foi planeada uma ação de formação que foi agendada para 2020 de QGIS inicial e QGIS avançado.

5- ACOMPANHAMENTO DOS PMDFCI E PMDFCI.

Relativamente a este ponto foi solicitado aos GTF's o Relatório Anual de execução do PMDFCI. Para além disso, foi ainda solicitado o envio trimestralmente do relatório de atividades, com a identificação das ações previstas, as metas definidas em plano, a execução das ações e a entidade responsável, de acordo com o definido no PMDFCI, para que se possa acompanhar e avaliar a taxa de execução de cada ação e alertar as entidades responsáveis para a necessidade de cumprirem o estipulado.

Ao abrigo do ponto 1 na alínea j) do artigo 3.º D, do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho na sua atual redação, que define a composição das comissões municipais de defesa da floresta, a participação do GTFI nas reuniões da CMDFCI, é possível como convidado. Neste contexto, foi enviado um email a todos os Presidentes de Câmara da CIM-TTM, a dar conta do interesse da técnica do GTFI estar presente nas reuniões da comissão com o objetivo de acompanhar os PMDFCI.

Assim, fui convidada a participar em 13 reuniões da CMDF.

A CIM-TTM, em abril de 2020 apresentou nova candidatura ao Fundo Florestal permanente, para apoio financeiro ao funcionamento do GTFI, para o biénio 2020/2021, tendo já sido aprovada e contratualizada.

AVALIAÇÃO DE RISCOS ASSOCIADOS ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA

Esta operação visa a elaboração de um conjunto de estudos, análises e cartografia para identificar os locais particularmente vulneráveis aos impactos climáticos atuais e/ou futuros das alterações climáticas, denominados de *hotspots*, e onde a segurança de pessoas e bens poderá estar condicionada. A sua identificação constitui uma ferramenta importante na definição de prioridades de intervenção e no planeamento estratégico das medidas de adaptação.

Prevê a execução de seis fases, que se irão desenvolver de forma sequencial. A operação inicia-se com a identificação e contextualização dos riscos climáticos traduzindo-se no diagnóstico de referência que será o manancial de informação sobre o qual assentará a avaliação dos riscos climáticos. Após esta avaliação dos riscos a que a região se encontra exposta proceder-se-á à identificação dos locais e elementos mais vulneráveis às alterações climáticas, os quais são denominados de *hotspots*. Com a materialização espacial dos *hotspots* encontram-se reunidas as condições para definir um programa de medidas de mitigação/adaptação às alterações climáticas a implementar na região da CIM-TTM. Este programa priorizará os locais e as medidas de acordo com a escala de risco.

De forma de promover o conhecimento alargado desta operação, toda a informação produzida será integrada na Plataforma Colaborativa de Proteção Civil da CIM-TTM. Após a integração da informação serão realizados seminários e workshops como forma de promoção do conhecimento produzido no âmbito desta operação.

O projeto já viu concluída a fase I, onde é elaborado um diagnóstico de referência no qual assentará a avaliação dos riscos climáticos, identificando a metodologia e informação base, documental e cartográfica, que será necessária para a execução dos trabalhos.

Atualmente, encontra-se em desenvolvimento dos trabalhos referentes à segunda fase, "Identificação e contextualização dos riscos climáticos", no sentido de:

- ✓ Caracterizar a situação de referência dos planos em vigor, nomeadamente os Planos Intermunicipais de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) da Terra Quente Transmontana e Terra Fria do Nordeste Transmontano, os Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) e os Atlas de Riscos existentes para a região,

garantindo uma complementaridade, conexão entre trabalhos e identificação dos riscos climáticos mais importante na região;

- ✓ Identificar as principais vulnerabilidades climáticas do território da CIM-TTM, baseadas na sua frequência, com destaque para a precipitação excessiva, as ondas de calor, as secas e os nevões.

PATRIMÓNIO NATURAL E TURISMO

PROVERE DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Uma política de desenvolvimento dos espaços de baixa densidade da Região do Norte tem de assumir como objetivo a ocupação sustentável dos territórios, para o que não bastará o incentivo às atividades agro-silvo-pastoris. De facto, os territórios de baixa densidade têm hoje

múltiplos usos económicos e sociais, visto que a sua sustentabilidade passa muito pela valorização económica desses usos, com destaque para o turismo. Esta sustentabilidade depende sempre da capacidade de apropriação das externalidades positivas e dos bens públicos produzidos.

Os PROVERE são, assim, instrumentos de política pública dirigidos especificamente para os espaços de baixa densidade, com o objetivo central de fomentar a sua competitividade através da dinamização de atividades de base económica (bens e serviços), inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos, com sustentabilidade e com a preocupação de geração de efeitos de irradiação noutras atividades (efeito motor), contribuindo para criar condições para os espaços de baixa densidade da Região do Norte são detentores de um importante património paisagístico, histórico, cultural ou natural que importa preservar, promover e valorizar. Só que o êxodo populacional destes territórios contribui para a erosão ou mesmo destruição do capital social necessário à mobilização produtiva desse património. Enfim, os recursos endógenos que esses territórios, apesar de todas as dificuldades, foram capazes de reservar ao longo do(s) tempo(s) dispõem hoje de um mercado significativo e, por esse facto, constituem o seu principal ativo em matéria de desenvolvimento. Será através da mobilização destes recursos que, cada vez mais, se tornará possível envolver as populações em atividades

crescentemente mais qualificadas, o que evitará ou pelo menos atenuará os constantes fluxos migratórios que marcaram as gerações precedentes.

A preservação dos recursos e dos produtos endógenos gerará a oportunidade da sua valorização e rentabilização, em mercados que têm por eles uma apetência crescente, implicando uma maior ocupação das populações locais em atividades mais qualificadas e com níveis de rendimento acrescidos, o que evitará, por sua vez, o aprofundamento do processo de despovoamento. A fixação da população, por fim, não deixará de contribuir para a continuação deste processo de preservação dos recursos endógenos. Por esta via, pode-se construir um novo círculo virtuoso de desenvolvimento económico e social, fundamental para a consolidação da rede de pequenos centros urbanos do interior e dos territórios de mais baixa densidade.

A candidatura do PROVERE das Terras de Trás-os-Montes assenta na estratégia comum de valorização económica para um território em que todos os diagnósticos convergem em concordar que são exigentes os desafios que se colocam à sustentabilidade demográfica, social e económica do território.

Na área produtiva, constata-se a permanência de um tecido empresarial desagregado, diminuto, pouco competitivo e pouco empreendedor, embora com provas dadas de resiliência. Na esfera demográfica, verifica-se uma população decrescente e envelhecida, com baixos níveis de formação e cada vez mais exaurida, que obriga a um exercício ambicioso de fixação. A cooperação empresarial em torno da valorização de recursos endógenos, a melhoria de condições de contexto para fomentar o empreendedorismo e a criação de emprego e, finalmente, o combate ao “inverno” demográfico são os três grandes desafios em matéria de sustentabilidade para as Terras de Trás-os-Montes.

Assim, a estratégia de desenvolvimento para as Terras de Trás-os-Montes deve ter uma natureza efetivamente coletiva e transversal ao território, promovendo atuações conjuntas e articulando as atuações individuais de modo a valorizar os seus recursos endógenos de modo integrado.

Nos últimos anos, o território tem conhecido algumas atuações coletivas que merecem atenção, pois são reveladoras que a criação e redes de cooperação institucional e empresarial

pode de facto contribuir para a criação de novas oportunidades de desenvolvimento com base nos recursos endógenos do território. Na vertente institucional, destacamos a Rota da Terra Fria Transmontana, projeto apoiado no quadro do anterior PROVERE, que mobilizou uma rede muito significativa de agentes turísticos locais e que permitiu aumentar significativamente a atratividade turística do território da Terra Fria e já com tradução real nos indicadores turísticos, embora ainda seja muito cedo para tirar conclusões. Na vertente empresarial, e num âmbito territorial e setorial distinto, podemos destacar a Rota do Azeite, iniciativa acolhida também no PROVERE de primeira geração e projeto em rede de orientação privada que tem conseguido resultados muito relevantes em matéria de distribuição e comercialização internacional (espaço da lusofonia) do azeite e de outros produtos locais de grande qualidade, em particular da Terra Quente.

Estes dois exemplos são reveladores da importância da organização da oferta tanto na área do turismo como na dos produtos locais. A criação de redes colaborativas nas esferas institucional, empresarial ou mista podem ser apontadas hoje em dia como boas práticas de valorização económica de recursos endógenos nas Terras de Trás-os-Montes. Há aprendizagens realizadas pelos agentes locais, há capacidades e experiências adquiridas em matéria de organização coletiva em rede, mas há obviamente ainda muito a realizar e a consolidar.

A parceria estratégica que se está a construir no contexto do Consórcio, que será consubstanciada na Comissão Executiva do modelo de governança do PROVERE, também ela é tributária de um processo de aprendizagem que deixa sinais positivos para a execução da EEC. Obviamente, a Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes, as associações de municípios, os grupos de ação local e as instituições do ensino superior e da ciência e investigação que estão emparceiradas neste PROVERE têm que dar ainda muitos passos para que estas lógicas colaborativas e estas metodologias organizativas em rede passem a fazer parte das suas praxis. No entanto, a região iniciou um caminho e serão os resultados dessa sua caminhada que mostrarão a bondade e oportunidade do caminho iniciado.

Neste sentido, a fixação do foco-temático deste projeto no turismo justifica-se pela capacidade do setor induzir fatores de inovação na economia local e tirar partido do valor intangível de um conjunto de recursos endógenos que, de outro modo, teriam mais dificuldades de valorização económica. Estão neste caso os recursos endógenos relacionados com a biodiversidade, os recursos naturais, as áreas protegidas, os ofícios tradicionais, cultura e a tradição, a

singularidade dos lugares e das suas comunidades, todos eles recursos que também se situam dentro do perímetro dos bens públicos.

Por sua vez, o turismo acaba por potenciar outros focos temáticos, que assim assumem um papel complementar da EEC, nomeadamente: 1) os produtos locais e o agroalimentar; e 2) a identidade, cultura e criação artística, setores de atividade que nos últimos anos viram nascer várias iniciativas de valorização de recursos endógenos por via da incorporação de novos fatores de inovação e marketing e de novos conceitos de negócio, como ferramentas para a modernização das atividades tradicionais.

Neste sentido, as operações âncora propostas na EEC do PROVERE TTM não são tributárias de meros projetos turísticos. Elas são operações em que o turismo se desenvolve transversalmente ao território e cria sinergias e complementaridades com outros setores de atividade, sejam eles mais tradicionais ou mais inovadores. E o modo de garantir eficientemente essa transversalidade reside precisamente na capacidade de envolver e comprometer os agentes locais relevantes, turísticos e conexos, em lógicas de cooperação empresarial e institucional, que são o substrato das Rotas de temática turística que são candidatas neste PROVERE.

A pertinência desta candidatura justifica-se por todo o contexto económico e social existente no território, o qual continua a revelar inúmeros constrangimentos de desenvolvimento, já oportunamente identificados e diagnosticados em maior detalhe na secção anterior, entre os quais se destacam o crescente saldo migratório negativo, a saída dos jovens, o envelhecimento da população, a baixa qualificação dos recursos humanos, a reduzida capacidade empresarial, os baixos índices de inovação e desenvolvimento e a falta de tradição de cooperação estratégica entre os setores público e privado.

Mas existe também o reverso da moeda, pois esta região reúne também inúmeras potencialidades e competências. As TTM são detentoras de excelentes ativos paisagísticos, naturais, culturais, agrícolas e gastronómicos que a tornam singular e com enorme potencial de se afirmar no contexto nacional e até internacional, assim os agentes locais tenham engenho e sabedoria para os valorizar e rentabilizar.

É nesse contexto que a EEC PROVERE pode desempenhar um papel crucial, fazendo a ponte entre as duas realidades. O turismo, pela sua transversalidade, atratividade, rentabilidade,

responsabilidade, complementaridade, efeito multiplicador e unificador, é a ferramenta indispensável à execução dos objetivos pretendidos. O setor é também o espaço da concretização de sonhos pessoais, de manifestações de entusiasmo e voluntarismo e de realização de negócios, pelo que congrega um conjunto muito diversificado de interesses que facilita o estabelecimento de pontos de convergência entre os *stakeholders*.

Em 2017 a Estratégia de Eficiência Coletiva PROVERE das Terras de Trás-os-Montes foi aprovada com uma dotação total de 4.137.746,79 Euros, que engloba cinco projetos âncora, com as seguintes dotações parciais:

PROJETO ÂNCORA	DOTAÇÃO
E-mob – Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes	300.000,00 €
Rota da Terra Quente Transmontana	1.090.839,49 €
Rota da Terra Fria Transmontana	1.363.549,37 €
Marketing das Terras de Trás-os-Montes	1.176.470,59 €
Gestão e Dinamização do Consórcio EEC PROVERE TTM	206.887,34 €

E-MOB – REDE DE PERCURSOS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

O território das Terras de Trás-os-Montes apresenta características naturais, de ocupação humana e paisagísticas que proporcionam um quadro de enorme potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas ao ar livre. Mais a mais, existe um conjunto de linhas de caminho-de-ferro desativadas (os troços das linhas do Tua, a montante da cidade de Mirandela, e do Sabor, a montante do limite do concelho de Mogadouro) que constituem recursos endógenos que neste território estão claramente desaproveitados. Por outro lado, as atividades turísticas de ar livre, em contacto com a natureza e as comunidades locais, são um dos vetores mais dinâmicos do mercado turístico internacional e também uma tendência forte no mercado turístico nacional, sendo que as Terras de Trás-os-Montes reúnem vantagens competitivas que devem ser potenciadas neste contexto. Acresce que a EEC deste PROVERE identifica outra necessidade específica de intervenção, que é a interligação entre as duas Rotas da Terra Quente e da Terra Fria, sendo um projeto de mobilidade turística suave uma excelente oportunidade para a suprir. Ora, a presente operação vem ao encontro destas necessidades do território e do mercado turístico, integrando dois domínios de atuação:

1. Um domínio de inovação territorial: a CIM TTM estabeleceu uma parceria com o fabricante de bicicletas ORBITA para lançar nas Terras de Trás-os-Montes um ecossistema pioneiro de BTT elétrico, aproveitando as linhas de caminho-de-ferro desativadas e os respetivos patrimónios ferroviários. O BTT elétrico apresenta uma vantagem operacional muito significativa, pois implica níveis de investimento muito ligeiros ao nível das plataformas, dado que o traçado irregular faz parte da experiência. A criação de uma oferta turística baseada no BTT elétrico é um projeto inovador em Portugal e, nos termos em que está pensado, será mesmo inovador a nível mundial, pelo que tem o potencial para constituir um fator de enorme atratividade turística no território, com impacto internacional. O ecossistema de BTT elétrico inclui as bicicletas de montanha elétricas e as respetivas estações de guarda e carregamento, assim como o desenvolvimento de dispositivos eletrónicos de apoio à navegação e visitação turística, criando assim uma experiência turística diferenciada e única no país;

2. Um domínio de estruturação da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes: o aproveitamento turístico das linhas de caminho-de-ferro desativadas na região tem o potencial de se constituir como um projeto verdadeiramente transversal à organização da oferta turística deste território. Com efeito, o E-mob - rede de percursos das TTM pressupõe a criação de uma hierarquia de percursos que será clara tanto para os agentes turísticos locais como também para os turistas:

i) os percursos estruturantes, a criar, que aproveitam os canais das linhas de Caminho de Ferro desativadas, que se constituirão como os grandes percursos de ligação e de integração da oferta turística regional. Nesta operação será dada prioridade, em face do investimento disponível, à linha do Tua, promovendo a sua classificação como grande rota (GR) e a sua articulação (interfaces) com a Rota da Terra Fria e a Rota da Terra Quente;

ii) e os percursos complementares, a reorganizar com base nos percursos pedestres existentes, que têm vindo a ser criados no âmbito municipal, mas que carecem de um levantamento, de uma hierarquização e de uma seleção com base num trabalho técnico subordinado a uma lógica supramunicipal, a realizar pelo IPB.

A articulação entre os percursos estruturantes e complementares será estudada do ponto de vista técnico, de modo a otimizar os pontos de contacto e a maximizar a cobertura do território.

Este projeto tem como objetivo:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, com a criação de um produto turístico transversal ao território, aglutinador dos outros dois projetos âncora de vocação turística deste PROVERE, com forte potencial atrativo e alinhado com os segmentos de mercado mais pujantes nos mercados turístico nacional e internacional;
- ✓ Criar novos fatores de atratividade direcionados para os segmentos de mercado do turismo ativo, do *touring* cultural e paisagístico e do turismo de natureza;
- ✓ Promover a internacionalização das TTM junto de segmentos de mercado especializados no turismo ativo, no *touring* cultural e paisagístico e no turismo de natureza e junto do mercado turístico de proximidade (mercado espanhol transfronteiriço);
- ✓ Promover lógicas de *cross selling* com destinos turísticos regionais relevantes: Douro e Gerês;
- ✓ Proporcionar aos turistas uma experiência turística inovadora e profundamente diferenciada no mercado, por via da introdução de um ecossistema de BTT elétrico apoiado na Rede de Percursos;
- ✓ Dinamizar a rede de percursos do ponto de vista turístico, mas também social, promovendo a apropriação desta pelas populações e promovendo dimensões transversais ao território como a promoção do envelhecimento ativo, da educação ambiental, da saúde preventiva, das artes paisagísticas, etc.;
- ✓ Atrair turistas com um perfil mais jovem através da introdução de uma linguagem turística alinhada com lifestyles mais irreverentes, ambientalmente conscientes e ativos;
- ✓ Promover o aumento do tempo de permanência de permanência dos turistas na região, de modo a aumentar as receitas turísticas e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego;
- ✓ Alavancar a criação de competências de gestão e tecnológicas na área da mobilidade elétrica nos centros de investigação & tecnologia da região, através do estabelecimento de parcerias com entidades líder a nível nacional.

ROTAS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – ROTA DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA

Este projeto terá como promotor a Associação de Desenvolvimento da Terra Quente (DESTEQUE) que possui um histórico de intervenção de mais de 20 anos nos municípios da

Terra Quente e integra os concelhos de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Vila Flor e ainda Carrazeda de Ansiães, que não pertence à NUTS III Terras de Trás-os-Montes e que por essa razão não integra o território de intervenção desta operação. A Desteque é um ator relevante do desenvolvimento turístico das Terras de Trás-os-Montes e possui uma experiência no terreno e um capital técnico e relacional que soube construir ao longo dos anos na área do turismo que pode e deve ser colocado, agora, ao serviço de um projeto de desenvolvimento turístico que é transversal ao seu território de intervenção. Aproveitando o capital desta experiência, a Rota da Terra Quente vem ocupar uma necessidade de intervenção recenseada no território dos 4 municípios da chamada Terra Quente que pertencem às Terras de Trás-os-Montes, que é ausência de um produto turístico integrador das cadeias de valor locais, e simultaneamente transversal ao território, oferecendo aos turistas experiências mais completas do ponto de vista dos serviços propostos e mais imersivas no território. Para chegar à organização integrada e transversal da oferta turística local, a Desteque pretende aproveitar o seu conhecimento do terreno e dos seus atores, que muitas vezes são também os seus parceiros, para criar uma verdadeira rede cooperativa de agentes locais da área do turismo e dos setores conexos, ultrapassando dessa forma as atuações individuais muitas vezes desgarradas do território que têm sido habituais na região. Pretende-se que essa rede colaborativa seja a base para a definição e estruturação da Rota da Terra Quente, aproveitando os recursos turísticos endógenos e específicos deste território, que se distingue nas Terras de Trás-os-Montes pela influência mediterrânica. Em complemento à Rota da Terra Fria, a rota que se pretende criar vem assim suprir a carência de um produto turístico territorial organizado no território da Terra Quente e oferecer aos turistas que demandam as Terras de Trás-os-Montes. Trata-se, assim, de um novo produto turístico, assente nos valores identitários específicos da Terra Quente, mas simultaneamente com um papel estruturante na organização da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes.

Os objetivos deste projeto são:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, pela criação de um novo produto turístico fortemente identificado com uma realidade identitária específica, que até aqui não tem correspondência num produto turístico transversalmente organizado no terreno, contribuindo assim para reforçar o marketing-mix da Marca Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Organizar a oferta turística do subespaço da Terra Quente com base nos seus recursos turísticos e agentes locais específicos e num alinhamento com a identidade específica

deste território e as dinâmicas turísticas já instaladas, contribuindo dessa forma para uma organização mais perceptível da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes;

- ✓ Segmentar a procura turística para a qual o território da Terra Quente Transmontana reúne melhor potencial de recursos e melhores condições de organização da oferta turística, nas vertentes da gastronomia e vinhos, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural, gerando assim condições para organizar a oferta turística de forma mais eficiente e eficaz, tendo em vista o potencial de mercado;
- ✓ Proporcionar aos turistas uma rede de experiências turísticas verdadeiramente diferenciadoras no mercado, por via da sua autenticidade (alinhadas com os valores do território), atratividade (competitivas no mercado em termos de relação preço/qualidade) e profissionalismo (orientadas para a criação de valor);
- ✓ Criar, a montante da oferta, a rede de cooperação empresarial que é vital para oferecer essa rede de experiências e convocar para esta rede outras entidades de carácter público e associativo que sejam relevantes do ponto de vista da organização turística;
- ✓ Atrair turistas com capacidade económica e elevado nível sócio-cultural e promover o aumento do seu tempo de permanência, de modo a aumentar as receitas turísticas na região e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego.

A concretização da operação/projeto desenvolve-se em cinco atividade:

Atividade 1. Organização da oferta e engenharia de produto para definir e estruturar a Rota da Terra Quente desenvolvimento de trabalhos técnicos conceptuais e trabalhos de aplicação com carácter piloto com os agentes locais parceiros, a envolver no projeto, com vista a criar propostas turísticas em rede para os segmentos da gastronomia e vinhos, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural de modo a distinguir a oferta turística baseada na cultura, na tradição e na gastronomia das Terras de Trás-os-Montes e de Portugal;

Atividade 2. Instituição do modelo organizativo da Rota: elaboração de estudo do modelo de gestão do produto turístico e sua implementação, de modo a promover a participação alargada de uma rede de aderentes, dentro de um quadro organizada e estável de governança e promotor de condições económico-financeiras que ofereçam sustentabilidade pós-financiamento comunitário;

Atividades 3. Animação turística da Rota: desenvolvimento de atividades de animação da Rota, de modo a proporcionar uma rede organizada de experiências turísticas fortemente criativas e identitárias, contribuindo para a valorização da oferta turística das TTM;

Atividades 4. Criação da Rede de Portas da Terra Quente: desenvolvimento do conceito da rede de "Portas da Terra Quente", nos concelhos envolvidos na operação - Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vila Flor - e, finalmente, a sua animação, dinamização e gestão em rede; complementa-se assim a rede de Portas da Terra Fria, criando condições para que estas duas redes de hospitalidade venham a ser promovidas, dinamizadas e geridas em conjunto sob a marca das Terras de Trás-os-Montes num futuro próximo;

Atividades 5. Dinamização social e turística da Rota junto dos seus turistas-alvo: inclui ações de incentivo da Rota nas redes sociais virtuais e *bloggers* especializados nas viagens e turismo e na gastronomia e também a representação em feiras e certames relevantes nos seus mercados-alvo.

ROTAS DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES – ROTA DA TERRA FRIA TRANSMONTANA

Este projeto terá como promotor a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano que desenvolveu nos últimos anos o projeto da Rota da Terra Fria, com bons resultados em termos da organização da oferta e do ganho de notoriedade da marca e do território nos segmentos em que se posiciona. No quadro da primeira geração de PROVERE foi realizada a consolidação da Rota nos concelhos de Bragança, Miranda do Douro, Vimioso e Vinhais e a sua expansão ao concelho de Mogadouro. Por outro lado, foi realizado um forte investimento na criação de uma rede de Portas que abrange todos os concelhos e concretizou-se uma forte aposta na notoriedade da Rota através da campanha das escapadinhas. No quadro desta campanha, lançou-se, ainda a título experimental, uma rede de parceiros turísticos que envolveu mais de 50 aderentes. A campanha assentou num esforço de organização da oferta turística da Rota, em que colaboraram agentes de *incoming* e animação turística, pelo que foi também o campo de experimentação de uma abordagem mais profissionalizada da engenharia de produto e da distribuição e comercialização da Rota enquanto produto turístico. É este capital de competências, experiência e resultados que importa agora valorizar e projetar do ponto de vista da evolução do projeto no sentido de uma maior qualificação, profissionalização e internacionalização. Desta forma, a Rota da Terra Fria pode continuar a suprir duas necessidade de intervenção recenseadas no território específico dos municípios associados da AMTFNT, que são a fragilidade da integração do turismo nas

cadeias de valor locais e a crescente necessidade de colocar no mercado novas experiências para dotar o produto de mais e melhores atrativos, sendo necessário criar e organizar experiências turísticas mais completas do ponto de vista dos serviços propostos e mais imersivas no território. A AMTFNT pretende aproveitar o seu conhecimento do terreno e dos seus atores, alguns dos quais já constituídos em parceiros no quadro da campanha das escapadinhas, de modo a criar uma verdadeira rede cooperativa de agentes locais da área do turismo e dos setores conexos, ultrapassando dessa forma as atuações individuais muitas vezes desgarradas do território que não contribuem para a qualificação, a profissionalização e a internacionalização da sua oferta turística, fragilidades que devem ser agora debeladas. Sendo hoje um dos produtos turísticos mais consolidados da marca "Terras de Trás-os-Montes", a Rota da Terra Fria, assente nos valores identitários específicos da Terra Fria, onde releva a extensão da área territorial classificada como património natural (com destaque para os dois Parques Naturais de Montesinho e do Douro Internacional), terá um papel estruturante na organização da oferta turística das TTM, complementando a Rota da Terra Quente que será definida e estruturada também no quadro deste PROVERE.

Os objetivos principais na concretização deste projeto são:

- ✓ Contribuir para a engenharia da oferta turística Terras de Trás-os-Montes, pela dinamização de um produto turístico fortemente identificado com uma realidade identitária específica, contribuindo assim para reforçar o marketing-mix da Marca Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Capacitação de novo modelo organizativo da Rota da Terra Fria (RTF), assente numa participação efetiva e responsabilizante dos agentes turísticos locais e conexos num alinhamento com a identidade própria deste território, contribuindo dessa forma para uma organização mais profissional da oferta turística das Terras de Trás-os-Montes;
- ✓ Qualificar a oferta turística da RTF, criando novos fatores de atratividade direcionados para os segmentos de mercado em que a Rota se posiciona;
- ✓ Segmentar a procura turística para a qual o território da Terra Fria reúne melhor potencial de recursos e melhores condições de organização da oferta turística, nas vertentes do Turismo de Natureza, do touring cultural e paisagístico e do turismo rural, gerando assim condições para organizar a oferta turística de forma mais eficiente e eficaz, tendo em vista o potencial de mercado;

- ✓ Estimular a internacionalização da RTF junto de segmentos de mercado especializados no turismo de natureza e junto do mercado turístico de proximidade (mercado espanhol transfronteiriço);
- ✓ Proporcionar aos turistas uma rede de experiências turísticas verdadeiramente diferenciadoras no mercado, por via da sua autenticidade (alinhadas com os valores do território), atratividade (competitivas no mercado em termos de relação preço/qualidade) e profissionalismo (orientadas para a criação de valor);
- ✓ Capacitar, a montante da oferta, a rede de cooperação empresarial que é vital para oferecer essa rede de experiências e convocar para esta rede outras entidades de carácter público e associativo que sejam relevantes do ponto de vista da organização turística;
- ✓ Atrair turistas com capacidade económica e elevado nível sócio-cultural e promover o aumento do seu tempo de permanência, de modo a aumentar as receitas turísticas na região e a estimular a economia local por via dos rendimentos diretos e indiretos e da geração de emprego.

A concretização da operação/projeto desenvolve-se em cinco atividade:

Atividade 1. Capacitação do modelo organizativo implementado: adequação do modelo de gestão da RTF à atual realidade do projeto, mais participado pelos parceiros aderentes e mais profissionalizado, com vista a responsabilizar progressivamente os agentes locais parceiros na gestão operacional da RTF;

Atividade 2. Reforço da atratividade turística da Rota: criação de novas atrações turísticas no contexto da RTF de modo a torná-la mais atrativa, mais satisfatória e mais memorável para os turistas. Nos concelhos do Parque Natural de Montesinho, as novas atrações turísticas estão relacionadas com a criação de parques de atividades ligadas à natureza (na cidade de Bragança e no Parque Biológico de Vinhais). Nos concelhos do planalto mirandês, os investimentos estão relacionados com a ruralidade e com a tradição identitária da pecuária e visam a criação de atrações ligadas ao turismo rural (Centro Interpretativo das raças autóctones de Trás-os-Montes do Posto zootécnico de Malhadas / recintos tradicionais de feiras de gado de Mogadouro). No caso de Vimioso, pretende-se melhorar as condições de oferta das Termas da Terronha, em face da crescente procura existente;

Atividade 3. Profissionalização da dinamização turística da Rota: desenvolvimento de atividades de dinamização e animação da oferta turística de modo a proporcionar uma rede

organizada de experiências turísticas fortemente criativas e identitárias, contribuindo para a capacitação e a profissionalização da oferta turística regional;

Atividade 4. Dinamização da Rede de Portas da Rota: animação, dinamização e gestão em rede das Portas de modo a torná-las espaços vivos da oferta turística da Rota e locais privilegiados para a representação das comunidades e para a promoção dos produtores locais de produtos de qualidade; com a criação da rede de Portas da Terra Quente serão geradas condições para que estas duas redes de hospitalidade venham a ser promovidas, dinamizadas e geridas em conjunto sob a marca das Terras de Trás-os-Montes;

Atividade 5. Dinamização social e turística da Rota junto dos seus turistas-alvo: inclui ações de incentivo da RTF nas redes sociais virtuais, bloggers e órgãos de comunicação social tradicionais especializados nas viagens e turismo e na natureza assim como ações de relações públicas, representação (feiras, certames promocionais...) e incentivos (famtrips, visitas educacionais...) direcionados aos targets específicos do projeto, de modo a obter a visibilidade e o reconhecimento dos mercados-alvo da Rota e a iniciar uma presença internacional.

MARKETING DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Este projeto será desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. O principal objetivo desta operação prende-se, de forma inequívoca, com a valorização da marca "Trás-os-Montes" e com a criação de novas oportunidades de geração de valor para todos os agentes institucionais e empresariais que estão apostados no aproveitamento dos recursos endógenos regionais através de um veículo comunicacional e promocional de forte perfil identitário.

Paralelamente, é também objetivo da operação o aumento dos níveis de notoriedade do território e dos seus produtos de qualidade, de modo a atrair mais turistas e visitantes, a captar mais investimentos e iniciativas e a promover a subida sustentada na escala de valor dos produtos locais que vierem a identificar-se com um certo modo de ser e de estar (lifestyle) transmontano projetado com modernidade.

Secundariamente, há também um propósito de experimentação de uma abordagem de comunicação e marketing inovador e num certo sentido disruptivo relativamente às práticas seguidas na região. De facto, pretende-se profissionalizar a abordagem de comunicação e marketing, criando na CIM TTM um centro de competências nestas áreas que fará uso de abordagens de comunicação e marketing inovadoras e que, simultaneamente, será partilhado

com os membros do consórcio de modo a articular atuações comunicacionais e promocionais verdadeiramente coletivas.

A operação articula-se em torno de três atividades principais:

Atividade 1. Criação de competências de comunicação e marketing na CIM TTM, através do enquadramento, da capacitação e da alocação à EEC do PROVERE de profissionais nas áreas da comunicação social, do marketing, das relações públicas e das relações internacionais;

Atividade 2. Estabelecimento de parcerias estratégicas com as entidades de âmbito regional e nacional que sejam preponderantes para a projeção externa das TTM nas áreas estratégicas do turismo, dos produtos locais e da cultura (AICEP, ERT Porto e Norte de Portugal, Agências de Promoção Turística do Norte, etc.) de modo a partilhar custos de promoção interna e externa e a favorecer uma abordagem mais profissionalizada aos mercados estratégicos da região;

Atividade 3. Execução do Plano de Marketing Territorial das TTM, já elaborado pela CIM, onde se incluem ações relevantes para a projeção e a percetibilidade da região, ações de relações públicas, ações de captação de investimentos e iniciativas e a presença seletiva em feiras nacionais e internacionais. Exemplos destas ações, elencadas no Plano, são:

- ✓ Criação da identidade da marca das Terras de Trás-os-Montes, "umbrella" dos produtos e serviços, das iniciativas e atividades e dos projetos promovidos pela CIM e pelos respetivos municípios, pelas entidades públicas regionais e mesmo pelos agentes privados nos vários sectores de atividade, que poderiam passar a integrar nos seus instrumentos de comunicação e marketing a marca unificadora das "Terras de Trás-os-Montes". Esta identidade seria um fator conciliador e integrador das estratégias de comunicação e marketing dos projetos âncora deste PROVERE;
- ✓ Promoção da imagem de marca "Trás-os-Montes" tendo em vista a sua aplicabilidade nos mais diversos suportes e produtos;
- ✓ Criação dos embaixadores de Trás-os-Montes (anualmente deve-se selecionar duas figuras públicas, preferencialmente com ligações à região, que pela sua exposição mediática sejam veículos da marca);
- ✓ Criação de linha de merchandising atrativa e inovadora baseada na marca Trás-os-Montes que vá além do habitual merchandising, podendo convidar para o efeito vários artistas transmontanos e outros com créditos no mercado para reforçar a marca (p.ex: pintores, designers);

- ✓ Criação e edição de bibliografia temática (gastronomia, cultura, etc) com apoio de escritores transmontanos (p.ex: José Rentes de Carvalho);
- ✓ Criação e produção de documentários ligados à natureza e vida selvagem em Trás-os-Montes por equipas experientes que possam colocar esses conteúdos em programas dessa temática em canais de sinal aberto e canais por cabo (p.ex: SIC e National Geographic);
- ✓ Recolha e interpretação do património material e imaterial de Trás-os-Montes, com enfoque sobre as manifestações diretamente relacionadas com os produtos locais, a gastronomia e os vinhos, com o intuito de enquadrar as ações de promoção integrada, promovendo a transferência de conhecimento e uma melhor interação com os diferentes públicos;
- ✓ Identificar e promover ações de representação, interna e externa, em certames e eventos do setor, otimizando meios e recursos na projeção da marca Trás-os-Montes;
- ✓ Promoção integrada dos produtos locais de qualidade da região (azeite, vinho, frutos secos e frutos frescos, castanha, enchidos, mel, pão e doçaria, etc.);
- ✓ Promoção dos produtos turísticos organizados em redes de agentes turísticos locais (turismo ativo, turismo de natureza, pedestrianismo, turismo em espaço rural, gastronomia e vinhos, turismo cultural, etc.);
- ✓ Organização de vários eventos, tais como workshops, fóruns de inovação, mercados de rua, feiras tradicionais, concursos gastronómicos, provas, concertos, exposições, organização de visitas a quintas e produtores da região
- ✓ Divulgação dos eventos e atividades relacionadas com este projeto através dos meios de comunicação social, dos canais web e pela conceção de desdobráveis informativos.

GESTÃO E DINAMIZAÇÃO DO CONSÓRCIO EEC PROVERE TTM

A presente candidatura tem como promotor a CIM das Terras de Trás-os-Montes.

Trata-se de uma operação relevante para o bom funcionamento do modelo de governação do Consórcio que suporta a EEC do PROVERE TTM, como aliás está implicitamente reconhecido no próprio aviso do PROVERE, que prevê explicitamente a elegibilidade dos custos e despesas relacionados com a gestão, coordenação e avaliação dos consórcios. A otimização do modelo de governação do Consórcio, definindo papéis e responsabilidades dos órgãos de gestão e dos próprios membros do Consórcio, permite melhorar a eficiência da articulação entre os

promotores das operações âncora entre si, no seio do Conselho Intermunicipal, e entre estes e os promotores de operações complementares, no quadro global do Programa de Ação. A estabilização das relações de liderança, atribuindo ao Chefe de Consórcio um papel mais coordenador e dinamizador e menos centralizador e controlador, constitui uma condição para a responsabilização do consórcio no contexto das parcerias público-privadas, público-público e privadas-privadas que vierem a ser desenvolvidas no seio da rede de atores do consórcio. Trata-se, afinal, de gerar competências de trabalho e decisão em rede que são fundamentais para a capacitação institucional de TTM, promovendo uma estratégia de especialização inteligente no território, capaz de lidar com a realidade diagnosticada da baixa densidade.

As principais atividades desta operação são:

Atividade 1: Dinamização e gestão do Consórcio da Estratégia de Eficiência Coletiva do PROVERE TTM:

Esta primeira atividade está centrada na governança do consórcio do PROVERE e tem como principal função a dinamização do trabalho coletivo em rede entre os vários órgãos e parceiros subscritores deste PROVERE, estimulando as práticas de networking entre os consortes e o envolvimento responsável de um núcleo duro de consortes, envolvidos especialmente na execução das operações âncora, a quem serão atribuídas funções executivas no quadro da gestão, coordenação e avaliação do PROVERE;

Atividade 2: Promoção e divulgação da Estratégia de Eficiência Coletiva do PROVERE TTM:

Esta atividade tem como foco principal as tarefas relacionadas com a promoção e divulgação do PROVERE TTM, internamente, junto dos membros do consórcio e, externamente, no território de intervenção, de forma abrangente e transversal aos seus vários setores de interesse;

Atividade 3: Acompanhamento, monitorização e auto-avaliação:

O sucesso da EEC do PROVERE está também dependente da reunião de informação crítica com vista a melhorar, a corrigir e a acomodar as várias dimensões do Projeto, pelo que se considera importante individualizar as tarefas de acompanhamento, monitorização e auto-avaliação, envolvendo e responsabilizando todos os membros do consórcio. Subsidiariamente, esta atividade tem também a finalidade de assegurar informação pertinente e atualizada com vista a assegurar todo o reporte com a Autoridade de Gestão.

Dos vários projetos âncora, apenas falta submeter o projeto “E-mob Rede de Percursos das Terras de Trás-os-Montes”, estando os restantes em execução à exceção de alguns projetos municipais integrados nos projetos âncora da Rota da Terra Fria e Rota da Terra Quente.

Durante o ano de 2019 o Provere das TTM foi reforçado em 2 512 000 euros tendo estas verbas sido afetas aos projetos municipais.

No final de 2019 foi despoletado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte o processo de Avaliação e reprogramação das EEC PROVERE na Região do Norte, tendo sido submetido o relatório de execução e iniciada a preparação da reprogramação do programa de ação do PROVERE das Terras de Trás-os-Montes.

No ano de 2020 este Programa terá um incremento significativo na sua execução.

CARTA INTERMUNICIPAL DE DESPORTO DE NATUREZA DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

No âmbito do Aviso aberto pelo Norte 2020, para apresentação de candidaturas, a CIM candidatou uma operação designada “Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes (CIDN TTM)” – Operação Norte 04-2114 – FEDER-000231

A CIDN TTM pretende ser um instrumento de ordenamento e planeamento dedicado às práticas desportivas em contacto com a Natureza que inaugura uma visão à escala intermunicipal desta problemática nas Terras de Trás-os-Montes, que a CIM TTM considera a mais adequada para cumprir dois objetivos centrais: 1) potenciar o crescimento destas modalidades em termos de fluxos de praticantes e de realizações, de modo a promover o desenvolvimento turístico e económico e social em geral; e 2) promover valores de sustentabilidade e de responsabilidade entre os praticantes e as várias entidades envolvidas nestas práticas, de modo assegurar duravelmente a preservação dos ecossistemas e a valorização do património natural.

A CIDN TTM contempla, no âmbito do seu desenvolvimento metodológico, a realização de um conjunto de trabalhos de diagnóstico, de elaboração de propostas específicas com base descritiva e cartográfica e de formulação de recomendações para o desenvolvimento harmonioso das modalidades desportivas de natureza.

A CIDN TTM é precedida de um Estudo Prévio que pretende ser um momento 0 de validação de metodologias e de fontes de informação tendentes à elaboração das várias propostas

específicas, em formato descritivo ou cartográfico (ocupação do solo, declives, exposição de vertentes, bacias de visão, modalidades desportivas e desporto de natureza da CIM-TTM).

Num primeiro momento, de diagnóstico, pretende-se:

- 1) a identificação e a localização das áreas com maior aptidão para a prática desportiva nas várias modalidades de desporto de natureza com potencial nas Terras de Trás-os-Montes;
- 2) o recenseamento das instalações desportivas e de infraestruturas relevantes, como sejam os acessos, os locais de estacionamento e algumas infraestruturas de qualificação da fruição desportiva na Natureza (parques de merendas, zonas de lazer e descanso, pontos de interesse paisagístico, praias fluviais, etc.);
- 3) e, igualmente, os equipamentos de suporte aos praticantes destas modalidades, como sejam o alojamento e a restauração, os postos de informação turística e os postos de combustível, entre outros que na elaboração do estudo deverão ser identificados.

Num momento de elaboração de propostas específicas, e tendo em conta: 1) o potencial dos territórios para as várias modalidades; e 2) a defesa e preservação dos ecossistemas mais sensíveis; a Carta deve referenciar os locais inseridos em meio natural mais propícios – e também aqueles que devem estar interditos/ condicionados – à prática desportiva.

No quadro de elaboração de propostas, deverá também ser elaborada cartografia específica de caracterização e utilização do solo, à escala de 1/25.000, com indicação de georreferenciação e baseada em programas e ferramentas de SIG.

Em suma, perspetivando-se a identificação de um elevado leque de atividades, urge:

- 1) Hierarquizar as mesmas em função do seu potencial / restrição de concretização;
- 2) Programá-las de acordo com as épocas mais adequadas à sua prática;
- 3) Estabelecer critérios e limites de fruição desportiva, face à capacidade de carga dos locais; e
- 4) Identificar todas as necessidades de sinalética, de infraestruturização “verde” e de homologação / certificação.

Da candidatura a ação 1 encontra-se totalmente concluída tendo sido efetuada a carta intermunicipal de desporto de natureza das terras de Trás-os-Montes juntamente com o seu relatório.

A ação 2 deverá ser executada até setembro, (estando sujeito a alteração devido à pandemia do COVID 19), e diz respeito ao Festival de Natureza inicialmente proposto na candidatura e que, será adaptado e melhorado reforçando a componente da promoção do desporto de natureza para o evento Norcha Adventure Race nas Terras de Trás-os-Montes. Trata-se de um evento que tem como objetivo principal a promoção da CIDN TTM - Carta Intermunicipal de Desporto de Natureza das Terras de Trás-os-Montes com destaque para a divulgação e dinamização do Desporto de Natureza que ao percorrer os nove municípios da CIM-TTM vai promover a nível nacional e internacional as potencialidades do território no desporto de natureza, através da prática das modalidades indicadas na referida CIDN TTM que melhor se identificam com cada concelho e com cada espaço natural classificado.

Nos dois dias que antecedem a prova as equipas vão participar em ações educativas a realizar nas Escolas e também num congresso a realizar em Mirandela com a presença de alunos do curso de turismo do Instituto Politécnico de Bragança e de operadores e agentes de animação turística locais e regionais e técnicos especializados no turismo de natureza.

Pretende-se com a realização deste evento promover a riqueza natural deste vasto território e potenciar os produtos turísticos existentes alcançando assim o objetivo específico de promover a valorizar a excelência do património cultural e natural.

De notar que o evento tem data prevista de realização 22 a 28 de setembro de 2020 estando sujeito a alteração devido à pandemia da COVID 19.

TRÁS-OS-MONTES NATURA

A operação NORTE-04-2114-FEDER-000399, denominada “Trás-os-Montes Natura”, procura definir uma rede de locais de visita por excelência, onde a probabilidade de observação de elementos de elevado valor ecológico, característicos da região e das a(s) área(s) classificada(s) onde se insere (espécies como veados, aves rupícolas, espécies florísticas raras de grande valor estético e conservacionista, bosques autóctones bem conservados e específicos desta região ou paisagens extraordinárias), é elevada.

Por forma a garantir a adequada seleção dos locais de visita, a definição das melhores épocas, horários e condições para visita, e simultaneamente preservar os pontos mais importantes para a conservação da biodiversidade e detetar potenciais ameaças, serão

realizadas caracterizações atualizadas da biodiversidade das áreas de visitação, contribuindo deste modo para o aumento do conhecimento sobre a biodiversidade local e para a avaliação do seu atual estado de conservação.

No âmbito desta operação é proposto a definição de 9 elementos de elevado valor ecológico, associados a 9 percursos pedestres e 9 pontos de visitação (um por município). Todos os percursos e locais de visitação definidos encontram-se localizados em zonas classificadas. A definição destes locais específicos permitirá fornecer aos visitantes um local de referência para a interpretação da área classificada, tendo como ponto de partida uma espécie, habitat ou paisagem singulares, definidoras da área em questão.

A recolha desta informação servirá de base para a elaboração de conteúdos e implementação de um plano completo de comunicação capaz de alcançar públicos variados, nacionais e estrangeiros, bem como agentes turísticos interessados em trabalhar na região. Esta recolha será igualmente importante para a elaboração de um modelo de gestão com vista   conservação dos valores naturais identificados e manutenção das infraestruturas turísticas promovidas no âmbito da operação.

Serão desenvolvidos esforços no sentido de captar todos os potenciais públicos-alvo do turismo de natureza (turismo ecológico, touring e pedestrianismo em espaço natural e turismo de aventura), com particular ênfase para o público estrangeiro.

No âmbito da operação, encontra-se concluída a ação 1 referente à “Caraterização Biofísica dos Trilhos e Pontos de Observação” bem como o modelo de gestão.

Relativamente à ação 2 - plano de comunicação encontra-se em fase de finalização estando apenas em falta efetuar a contratação de serviços para Impressão de materiais físicos do plano de comunicação do projeto com vista   implementação de um conjunto articulado de ações de comunicação e de marketing territorial de promoção do património natural, envolvendo a sua promoção turística dirigida ao mercado nacional e internacional.

Estava prevista a apresentação pública do projeto a operadores turísticos e imprensa para finais de maio, mas dada situação de pandemia que o país atravessa, somos obrigados a adiar a apresentação para data a definir.

PROMOÇÃO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

A competitividade da economia regional encontra-se dependente da sua capacidade de renovar o tecido económico e de fomentar a emergência de novas atividades económicas. O apoio ao empreendedorismo desempenha um papel muito relevante neste âmbito, mas apresenta resultados pouco expressivos no contexto regional (de acordo com o INE, a proporção de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia é de 1,49% na região Norte e de 0,55% na região das Terras de Trás-os-Montes em 2013).

Neste sentido, uma das diretivas do Norte 2020, é que a região deve dispor de instrumentos adequados de suporte e fomento do empreendedorismo de forma a potenciar a dimensão económica, em particular, nos domínios da estratégia regional de especialização inteligente.

Face a este contexto, a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM TTM), juntamente com a Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana (AMTQT) e a Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano (AMTFNT), desenvolveram três projetos para qualificar as Terras de Trás-os-Montes, bem como potenciar a internacionalização e o empreendedorismo.

PROMOÇÃO DO ESPÍRITO EMPRESARIAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

A CIM-TTM (líder do projeto) em co-promoção com a AMTQT e AMTFNT promoveram este programa, com vista a detetar, estimular e apoiar o empreendedorismo qualificado e criativo das Terras de Trás-os-Montes

A promoção do espírito empresarial visou a dinamização de iniciativas de deteção, estímulo e apoio ao empreendedorismo qualificado e criativo nas Terras de Trás-os-Montes. Este projeto pretendeu complementar iniciativas e atividades previstas ou já presentes no terreno, tendo como objetivo a criação de ações concertadas entre os agentes locais e regionais, com enfoque no território, nomeadamente, nas suas potencialidades e constrangimentos, dinamizando e potenciando as estruturas existentes, com vista ao reforço da competitividade e coesão regional.

A concretização deste objetivo envolveu o desenvolvimento das seguintes ações:

Ação 1. Mapeamento e estruturação da oferta e procura de serviços de apoio ao empreendedorismo e desenvolvimento empresarial

Ação 2. Prospeção estratégica e gestão de conhecimento

Ação 3. Análise de *benchmarking* internacional e local

Ação 4. Plataforma regional de promoção do espírito empresarial @TTM

Ação 5. Programa de dinamização da rede de apoio ao desenvolvimento empresarial

Ação 6. Programa de sensibilização e capacitação dos empreendedores das TTM

Ação 7. Programa integrado de estímulo a ideias inovadoras

Ação 8. Gestão, acompanhamento e avaliação do projeto

Ação 9. Comunicação e disseminação do projeto

A ação 4 ficou concretizada no ano de 2018, tendo todas as outras sido concluídas durante o ano 2019.

ESTRATÉGIA DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A CIM TTM em co promoção com a AMTQT e a AMTFNT promoveram o Programa de apoio à definição da estratégia de internacionalização e abordagem a mercados prioritários para os recursos endógenos e produtos turísticos das Terras de Trás-os-Montes, visando aumentar a sua competitividade e progressão na cadeia de valor, bem como reforçar a visibilidade internacional da região.

Importa referir que durante o ano 2018 foi efetuada a avaliação da capacidade produtiva, bem como ações de *benckmarking* nacional e internacional, que contou com a presença dos representantes das associações do setor agroalimentar, do NERBA e dos municípios associados da CIM-TTM.

Estas ações tiveram como objetivo conhecer e analisar as boas práticas implementadas a nível nacional e internacional no setor agroalimentar. Por sugestão da SPI, S.A. (adjudicatário) foram identificados/visitados os casos Inovcluster em Castelo Branco, CATAA - Centro de Apoio Tecnológico Agroalimentar em Castelo Branco, Tagusvalley em Abrantes e Portugal Foods na Maia, pois constituem-se como exemplos por excelência, quer em termos do estabelecimento

de dinâmicas colaborativas, quer do ponto de vista da inovação e da internacionalização no setor agroalimentar nacional.

A nível internacional realizou-se uma visita ao SIAL – Salão Internacional da Alimentação, em Paris, que contou com uma comitiva de dezasseis empresários.

Já no início de 2019, foi efetuada uma visita a Valladolid, concretamente ao VITARTIS, que é um cluster que se assume como porta voz da região de Castela e Leão no setor agroalimentar; ao CARTIF, que é um centro tecnológico que, na fileira do agroalimentar, oferece soluções inovadoras para a melhoria dos sistemas e produtos e à iniciativa Tierra de Sabor, que tem o propósito de colocar sob a mesma marca chapéu os produtos agroalimentares de referência produzidos na região de Castela e Leão. Esta visita contou praticamente com os mesmos participantes das visitas efetuadas no território nacional.

Ainda no âmbito desta operação, com o objetivo de analisar a situação atual dos setores em questão no que concerne à internacionalização, foram realizados 4 encontros temáticos para debater as principais questões estratégicas relacionadas com a abordagem a mercados externos:

- "Azeite e Vinhos", no dia 26.02.2019 | 10:30-12:30 | Centro Cultural de Vila Flor;
- "Carne e Enchidos", no dia 26.02.2019 | 15:30-17:30 | Solar dos Condes;
- "Queijo, Mel e Frutos Secos" no dia 27.02.2019 | 10:30-12:30 | Biblioteca Municipal de Alfândega da Fé;
- "Turismo", no dia 27.02.2019 | 15:30-17:30 | Auditório Municipal de Mirandela.

A candidatura permitiu que fossem produzidos vários documentos de suporte: o catálogo dos produtos DOP e IGP das TTM, tendo-se tornado numa ferramenta de promoção e divulgação dos produtos com potencial de internacionalização, junto de potenciais compradores em feiras e eventos, foram também elaborados guias práticos de capacitação para a internacionalização sobre os 6 setores identificados na estratégia e foram ainda produzidos vídeos temáticos dos 6 setores identificados, apesar de não terem sido elegíveis financeiramente. Dado o sucesso destas publicações prevê-se que as mesmas sejam reeditadas.

QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PRODUTOS ENDÓGENOS

O presente projeto enquadra-se no concurso para apresentação de candidaturas Aviso NORTE 53-2015-20, SIAC "Qualificação" (Intermunicipal), nos termos do Regulamento Específico do Domínio Competitividade e Internacionalização (RECI), mais concretamente na Prioridade de Investimento 3.3. Concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.

De acordo com a Estratégia de Especialização Inteligente da Região Norte (RIS3), o território dispõe de uma riqueza assinalável de recursos e produtos endógenos que se podem constituir enquanto fatores de diferenciação da região. Pela diversidade e qualidade dos seus produtos endógenos, urge qualificar o tecido económico envolvido nos processos de produção, comercialização e promoção, capacitando-o para contribuir ativamente para o desenvolvimento da economia regional, lançando produtos inovadores e suprimindo falhas de mercado.

Também a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) reforça a estruturação da oferta de produtos endógenos e a melhoria dos instrumentos de valorização e promoção enquanto fatores essenciais à estratégia de desenvolvimento territorial da região.

Neste contexto, é importante uma abordagem territorial que permita um posicionamento assertivo das sub-regiões, com uma estratégia de qualificação do tecido económico que atue em setores chave intimamente relacionados com as perspetivas de desenvolvimento regional. O presente projeto teve este enquadramento e objetivou a criação de um programa de apoio à qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes, visando estruturar a oferta existente, promover a cooperação interempresarial, fomentar a inovação nos processos de produção e comercialização dos produtos endógenos, bem como reforçar a sua visibilidade externa.

A concretização deste objetivo envolveu as seguintes ações:

Ação 1. Análise das práticas associadas à produção e comercialização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes

Ação 2: Análise de benchmarking a nível nacional e internacional

Ação 3. Criação da unidade de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes (fazia parte da candidatura mas após reformulação não foi efetuado)

Ação 4. Definição da estratégia de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes

Ação 5. Desenvolvimento de marca(s) agregadora(s) dos produtos endógenos de Trás-os-Montes

Ação 6. Implementação da estratégia de qualificação e valorização dos produtos endógenos de Trás-os-Montes

Ação 7. Gestão, acompanhamento e avaliação do projeto

Este projeto terminado em 2019, permitiu realizar um conjunto de estudos nos quais foram analisadas as práticas associadas à produção e comercialização dos produtos endógenos e efetuar o diagnóstico das realidades atuais. Assim foi efetuado o estudo da produção e comercialização da amêndoa nas Terras de Trás-os-Montes, o Estudo sobre a Oferta e Procura de Carnes de Suínos, Caprinos e Ovinos das TTM e o Plano estratégico para o complexo agroindustrial do Cachão.

FRONTUR

O projeto FRONTUR, designado “Cooperação para a Promoção dos Recursos Turísticos da Fronteira”, é um projeto de Cooperação transfronteiriça Espanha – Portugal, enquadrado no Objetivo Específico 6C: “Proteger e valorizar o património cultural e natural, como suporte de base económica da região transfronteiriça”, dentro da área de cooperação 2: NORTE DE PORTUGAL – CASTELA E LEÃO.

O objetivo geral do projeto FRONTUR é desenvolver e valorizar este território de fronteira como destino turístico, através da valorização dos seus produtos endógenos, da cultura, do património e dos recursos naturais, como fatores de desenvolvimento económico.

Espera-se com a concretização do projeto, a valorização dos espaços naturais, do património histórico e cultural, melhoria dos serviços associados aos espaços naturais; a elaboração de um inventário e mapa turístico Zamora / Trás-os-Montes; a criação de uma agência de congressos com ligação ao turismo de Fronteira; a Promoção integrada (Turismo de natureza, produtos

locais, património, cultura), promoção do trabalho em Rede através da capacitação dos produtores e comercialização dos produtos locais.

Os Beneficiários do projecto FRONTUR, são a Diputación de Zamora e a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes. O âmbito geográfico do projeto abrange todos os municípios da província de Zamora e os municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro, Mirandela, Vila Flor, Vimioso e Vinhais.

É co-financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020.

O custo total do projeto é de 435.117,33€, sendo 326.338,00€ FEDER. A CIM-TTM conta com 121.217,33€ aprovados.

No ano de 2019 deu-se por concluída a edição do guia das praias fluviais Zamora/Trás-os-Montes, foi realizado o congresso de turismo rural transfronteiriço, realizou-se a primeira ação da promoção do trabalho em rede que se traduziu numa visita de produtores espanhóis ao território das Terras Trás-os-Montes sob o tema da castanha, foram realizadas ações de capacitação destinadas a produtores de castanha, que incluíram a realização de largadas para combate à vespa do castanheiro e a realização de uma manual de boas práticas do castanheiro.

Atualmente e em fase de finalização está a execução do Inventário e mapa Turístico Zamora Trás-os-Montes e a gestão e dinamização das redes sociais do projeto;

No ano de 2020 serão efetuadas as seguintes contratações:

- Atividade 1

- . Jornadas de promoção de produtos autóctones;
- . Desenho de programas turísticos familiares transfronteiriços;

- Atividade 3

- . Promoção do trabalho em rede (2ª ação);
- . Ações conjuntas de proteção e conservação e valorização dos recursos naturais;

- Atividade 4

- . Realização de 4 atividades de formação para valorizar economicamente os recursos: amêndoa e azeitona;

- Atividade 6

- . seminário de encerramento do projeto e apresentação dos seus resultados.

TRANSPORTES

O setor dos transportes assumiu uma relevante importância, pelo que foi adjudicada a elaboração do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável [PAMUS]. Este plano visa promover as estratégias de baixo teor de carbono, nomeadamente, nas zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável. O Plano tem ainda como objetivo assumir-se como um documento de referência para o desenvolvimento dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano dos municípios da região. O plano será composto por uma caracterização e diagnóstico do território, identificação de cenários, objetivos e estratégia global para a mobilidade do território, sendo uma referência para a proposta de intervenção no âmbito do Portugal 2020. O plano será monitorizado e acompanhado, sendo a participação pública uma garantia da adesão dos agentes locais ao plano. O Plano está a ser preparado para dar resposta ao convite dirigido aos municípios para apresentação dos respetivos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU). (Aviso EIDT-99-2015-03 - Portugal 2020), os quais pressupõem a integração das componentes dos Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) elaborados ao nível das NUTS III. Este processo ficou concluído em 31 de março de 2016 com a entrega do Relatório Final e aprovação do quadro de investimentos.

Ainda no âmbito dos transportes, com a entrada em vigor da Lei n.º 50/2015, de 9 de junho, que aprova o Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros e revoga a Lei n.º 1/2009, de 5 de janeiro, e o Regulamento de Transportes em Automóveis (Decreto n.º 37272, de 31 de dezembro de 1948), a CIM-TTM é autoridade de transportes, para as carreiras intermunicipais, e recebeu a competência de alguns municípios da CIM que delegaram a responsabilidade de Autoridade de Transportes Municipais na CIM-TTM, nomeadamente, os municípios de Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros, Mirandela, Miranda do Douro, Mogadouro, Vila Flor e Vimioso.

No dia 22 de março de 2018 foi assinado o contrato de prestação de serviços de assessoria técnica para a "Elaboração do Plano Operacional de Transportes Públicos das Terras de Trás-os-Montes".

Em 2019 foi submetido para parecer vinculativo por parte da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT), as peças do procedimento Concursal, para o serviço de Transportes Públicos no território sob a jurisdição da CIM-TTM, em 2 de Dezembro de 2019, de acordo com o Decreto-Lei n.º 169-A/2019 de 29 de novembro. As peças supramencionadas, foram

elaboradas no âmbito do Plano Operacional de Transportes Públicos das Terras de Trás-os-Montes. Desde então algumas peças do procedimento, têm sido objeto de aperfeiçoamento, de acordo com recomendações da AMT. Estando de momento a ser ultimadas algumas alterações, por forma a ser obtido o parecer favorável da AMT.

GESTÃO INTERMUNICIPAL DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

Os municípios da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM) integram atualmente o sistema intermunicipal de gestão de resíduos urbanos, geridos pela empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., em atividade desde 2003, constituindo um exemplo concreto e com avaliação positiva na promoção da integração e partilha de serviços e competências municipais. Fruto dessa experiência da gestão partilhada na área dos resíduos urbanos, os municípios da CIM-TTM pretenderam, no desenvolvimento das suas atribuições e competências, após o desenvolvimento dos respetivos estudos, nomeadamente do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), entretanto realizado, corporizar o projeto em epígrafe. Para o efeito, procedeu-se a uma análise dos respetivos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, traçando caminhos de futuro quanto às formas de gestão desses mesmos sistemas. Pretendeu-se que os estudos fossem bastante abrangentes, cumprindo, designadamente, os seguintes pontos que se consideram essenciais para a análise em apreço:

- ✓ Fundamentação da decisão sobre qual o modelo de gestão que melhor defende os interesses dos municípios envolvidos;
- ✓ Avaliação da prossecução do interesse público associado à prestação por parte de uma empresa local de natureza intermunicipal, nos termos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto e do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, das atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais;
- ✓ Avaliação, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento quanto à viabilidade e sustentabilidade económica e financeira do projeto, aferindo, concretamente o risco de insustentabilidade financeira nos termos do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 50/2012;



- ✓ Avaliação dos efeitos da atividade da empresa sobre as contas e a estrutura organizacional e recursos humanos.
- ✓ Aferir do risco de insustentabilidade financeira nos termos do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 50/2012;
- ✓ Caracterizar sumariamente os municípios e respetivos sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- ✓ Levantar e identificar o estado geral das infraestruturas e sistemas afetos ao serviço de abastecimento de água e saneamento de cada um dos municípios envolvidos;
- ✓ Proceder ao levantamento das necessidades de investimento de expansão e de remodelação das respetivas redes e sistemas envolvidos, visando a definição do Plano de investimentos a realizar;
- ✓ Analisar os atuais resultados de exploração do serviço de abastecimento de água e saneamento, por cada município;
- ✓ Analisar a viabilidade económica e financeira dos projetos de investimento de expansão/remodelação no âmbito da gestão direta, por parte dos municípios, dos respetivos sistemas de abastecimento de água e saneamento;
- ✓ Analisar as especificidades, os riscos e os problemas que envolvem a prestação, em regime de gestão direta, do serviço de abastecimento de água e saneamento no âmbito dos respetivos municípios;
- ✓ Análise da viabilidade económica e financeira dos projetos de investimento de expansão/remodelação dos sistemas no âmbito do modelo de parceria institucional, envolvendo os 9 municípios da CIM-TTM;
- ✓ Análise de vantagens e desvantagens do modelo de parceria institucional (benefícios e riscos envolvidos);
- ✓ Análise do processo de verticalização dos 9 municípios, com identificação dos principais riscos e benefícios;
- ✓ Conclusões sobre as alternativas: modelo de gestão direta, gestão delegada e verticalização /análise comparativa.

O estudo elaborado permitiu à CIM-TTM a obtenção de informação que habilitasse a uma gestão eficiente dos recursos e ativos existentes, bem como a uma aposta na qualidade dos serviços prestados, apontando caminhos para uma sustentabilidade abrangente através da apreciação de benefícios a obter em resultado de economias de escala e de gama que resultem da eventual integração dos municípios que compõem a CIM-TTM.

De referir ainda que a estratégia em apreciação se encontra alinhada com os objetivos que se perspetivam para o Pensaar 2020, permitindo uma otimização do investimento na perspetiva do interesse público e dos benefícios esperados, procurando-se demonstrar a viabilidade e sustentabilidade das soluções a desenvolver, através de uma análise custo-benefício dos possíveis modelos e soluções de gestão integrada.

Dada a limitação dos recursos humanos que integram a estrutura dos municípios e da própria CIM-TTM e o elevado volume de informação a recolher e analisar para a elaboração do estudo em questão, recorreu-se à prestação de serviços para a sua realização através de entidade externa, com experiência na matéria, designadamente a Empresa Intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A..

O “Estudo de Viabilidade Económica e Financeira” relativo à gestão intermunicipal dos sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais (gestão da água “em baixa”) dos Municípios que integram a CIM-TTM permitiu que fosse já constituído um Memorando de Entendimento, tendo em vista a agregação dos municípios num sistema para a gestão do abastecimento de água e saneamento de águas residuais “em baixa”.

Este estudo deu início ao processo de alteração dos estatutos da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., entretanto devidamente formalizado após aprovação em todos os órgãos municipais, e a diversos passos no sentido de avaliar convenientemente a agregação dos sistemas, bem como o melhor modelo de gestão.

Ponto de situação

Atualmente, fruto da maturidade do projeto, entenderam os municípios que integram a CIM-TTM elaborar um novo Memorando de Entendimento que por facilidade se transcreve:

«MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

AGREGAÇÃO DOS SISTEMAS DE ÁGUA E SANEAMENTO DOS MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES

Constituição de um Sistema Verticalizado (integração da "alta e baixa") dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas dos Municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais, através de delegação na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A.

Considerando que:

Os municípios de Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais (doravante conjuntamente designados por MUNICÍPIOS) que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM), pretendem desenvolver um projeto de gestão e exploração integrado, com verticalização (integração da "alta e baixa"), dos respetivos sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas;

A forma de gestão intermunicipal dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento segue o modelo de gestão delegada na empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., (adiante designada apenas por Resíduos do Nordeste);

A Resíduos do Nordeste foi constituída em 30 de outubro de 2002, ao abrigo da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, tendo iniciado a sua atividade em 1 de abril de 2003, com capitais 100% municipais e na qual os MUNICÍPIOS já participam;

Nos termos da redação atual dos seus estatutos, a Resíduos do Nordeste tem por objeto a gestão de serviços de interesse geral, designadamente dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão dos resíduos urbanos na área dos MUNICÍPIOS;

A decisão de alteração do objeto social da Resíduos do Nordeste, passando a incluir os serviços municipais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, foi precedida de todos os estudos técnicos necessários, nomeadamente do plano do projeto, na ótica do investimento, da exploração e do financiamento, demonstrando-se a viabilidade económica e financeira, através de uma entidade empresarial - a Resíduos do Nordeste - com apreciação e deliberação favorável dos respetivos órgãos municipais e posteriormente obtida a respetiva verificação de conformidade legal pelo Tribunal de Contas;

Por força do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a delegação destes serviços deve ser regulada através de um contrato de gestão delegada a celebrar entre os MUNICÍPIOS e a Resíduos do Nordeste;

As atuais exigências impostas pela legislação aplicável e pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), ao nível da gestão daqueles serviços são pautadas por um controlo cada vez mais exigente, impondo a todas as entidades gestoras as mesmas regras e princípios, independentemente da sua dimensão ou tipologia, obrigando os municípios de menor dimensão a práticas de gestão desadequadas à sua estrutura de recursos humanos e materiais;

O Programa do XXII Governo Constitucional (2019-2023) propõe, para a melhoria da gestão do ciclo urbano da água, «garantir o equilíbrio económico e financeiro dos sistemas municipais, nomeadamente através da agregação dos sistemas de menor dimensão»;

Os MUNICÍPIOS estão profundamente empenhados e interessados em congregar esforços no âmbito da exploração dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de modo a beneficiar de uma economia de escala em benefício das suas populações;

Os MUNICÍPIOS entendem que agregar apenas a gestão em “baixa” é limitador das suas competências de gestão e que só com a integração da “alta” é possível gerir adequadamente um Sistema de Água e Saneamento;

Acrece que os municípios de Miranda do Douro e Vimioso não integram o atual Sistema “em alta” gerido pela empresa Águas do Norte, S.A.;

Por outro lado, a exploração e gestão dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais do território da CIM-TTM é constituída por uma estrutura territorial única e exclusivamente afeta aos MUNICÍPIOS, de natureza eminentemente operacional e por uma estrutura global e partilhada das funções conexas com a respetiva gestão;

No sentido de avaliar a integração da “alta e baixa” (verticalização) dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas, foi constituído pelo Despacho n.º 38/SEAMB/2018, de 29 de agosto, de S. Exa o Secretário de Estado do Ambiente, um Grupo de Trabalho, cujo Relatório Final (versão consolidada) aqui se dá por integralmente reproduzido e que foi objeto de uma reunião com S. Exa o Senhor Secretário de Estado do Ambiente (18-06-2019) para a qual foram convidados todos os MUNICÍPIOS;

O citado Relatório Final deve agora ser objeto dos pertinentes desenvolvimentos e tomada de decisões por parte dos MUNICÍPIOS e do Governo pois os trabalhos ficaram pendentes para a atual legislatura;

As decisões a tomar, conforme pressuposto definido no Relatório, em nada afetam o restante território da empresa Águas do Norte, S.A., pretendendo-se que o destaque do território da CIM-TTM seja neutral para os outros municípios utilizadores do Sistema;

A criação de um Sistema verticalizado tem como principais objetivos a eficiência, a eficácia, viabilidade económica e a potenciação do sentido empresarial e, bem assim, a harmonização de tarifas, conforme expresso em Memorando anteriormente aprovado no âmbito da CIM-TTM;

Assim sendo e face ao exposto, os MUNICÍPIOS, reunidos em Mirandela na sede da Resíduos do Nordeste, no dia 30 de outubro de 2019, decidiram, por unanimidade, o seguinte:

1. Promover as diligências necessárias e desenvolver todos os esforços para a gestão conjunta dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, em modelo verticalizado (integração da "alta e baixa"), através da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A., solução que reconhecem como a mais vantajosa para os respetivos municípios;

2. Solicitar, com carácter urgente, uma audiência a S. Exa. o Ministro do Ambiente e da Ação Climática.

Documento visto e aprovado, por unanimidade, pelos MUNICÍPIOS signatários.

Mirandela, 30 de outubro de 2019.»

Em conformidade com o consagrado nesse Memorando foi realizada, no passado dia 20 de janeiro de 2020, uma reunião com o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática (MAAC), onde ficou acordada a realização de um estudo sobre os "Sistemas de Abastecimento de Água e Saneamento dos Municípios que integram a CIM das Terras de Trás os Montes".

Este Estudo deve contemplar:

- Análise dos estudos desenvolvidos para a agregação do sistema em "baixa" pela Resíduos do Nordeste, comentando os números apresentados.
- Propostas de elementos que permitam a sustentação da decisão quanto ao modelo a adotar para a região. Neste âmbito deverão ser estudados os seguintes cenários:
 - Sem verticalização: empresa intermunicipal para a gestão das baixas, mantendo o Sistema Multimunicipal gerido pela Águas do Norte.
 - Com verticalização (gestão das componentes em alta e em baixa por uma só entidade):
 - Através de uma Parceria similar à Águas do Alto Minho.
 - Através da empresa intermunicipal (os municípios saíam da AdNorte pagando o custo devido).

Saliente-se que na referida reunião, o Senhor Ministro lembrou que relativamente aos estudos desenvolvidos para os municípios da CIM-TTM é importante rever alguns aspetos tais como:

- Relativamente à agregação em baixa: o quadro de investimento estimado (investimentos, custos, taxas de substituição, etc.) é limitado face às responsabilidades associadas à empresa;
- Relativamente à análise da possível verticalização dos serviços é fundamental atender-se ao seguinte:
 - Devem ser analisados os impactos associados à integração dos empreendimentos hidráulicos da região;
 - Na tarifa praticada (em “alta”) está incluída Contribuição Tarifária Acrescida (CTA) paga pelos municípios do litoral à AdNorte. O Senhor MAAC não assegura que esta CTA possa permanecer caso haja uma saída dos municípios da CIM TTM da AdNorte.

Ficou ainda acordado que este Estudo desenvolvido pela AdP, Águas do Norte e Resíduos do Nordeste.

Nestes termos, os trabalhos encontram-se em curso, com algum atraso devido ao contexto da pandemia motivada pelo COVID-19, prevendo-se no novo cronograma de trabalhos a conclusão dos estudos em julho de 2020.

OUTRAS CANDIDATURAS

No âmbito de Avisos abertos pelo PO Norte 2020:

- na Prioridade de Investimento 11.1 – “Investimento na capacidade institucional e na referência das administrações e dos serviços públicos, a nível nacional, regional e local, tendo em vista a realização de reformas, uma melhor regulamentação e uma boa governação” a CIM-TTM apresentou uma candidatura no montante de 323 164,24 euros destinada a apoiar ações de formação profissional para os trabalhadores da CIM e dos Municípios. A candidatura foi aprovada em 7/02/2020.
- na Prioridade de Investimento 6.3 – “Conservação, proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural” a CIM-TTM apresentou uma candidatura ao Aviso do

Património Natural em copromoção com a AETUR - Associação de Empresários Turísticos de Trás-os-Montes. Esta candidatura obteve parecer de não admissão. Apresentou uma candidatura ao Aviso do Património Cultural, para valorização do património construído, tendo sido aprovada em maio de 2020.

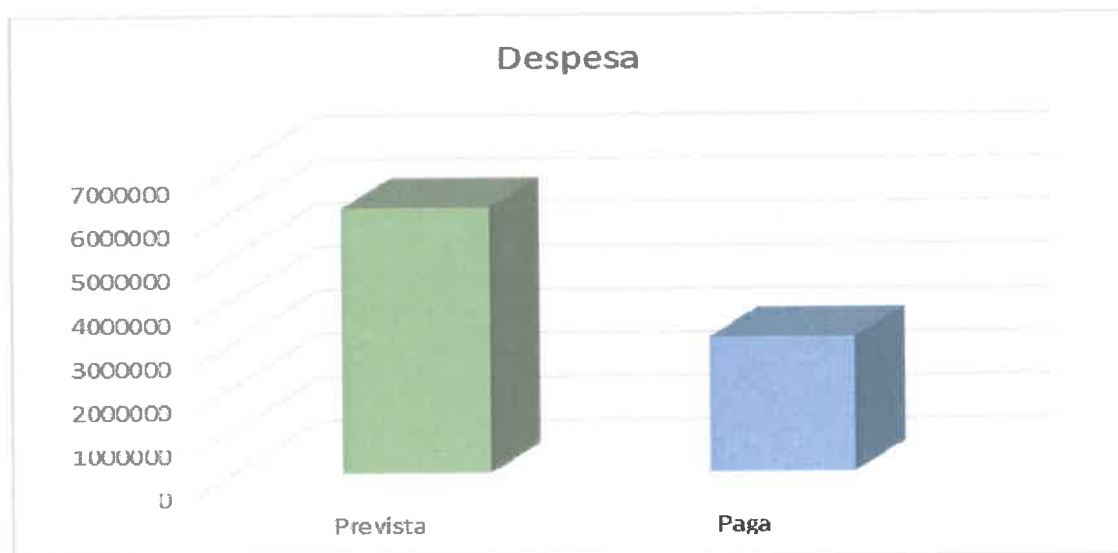
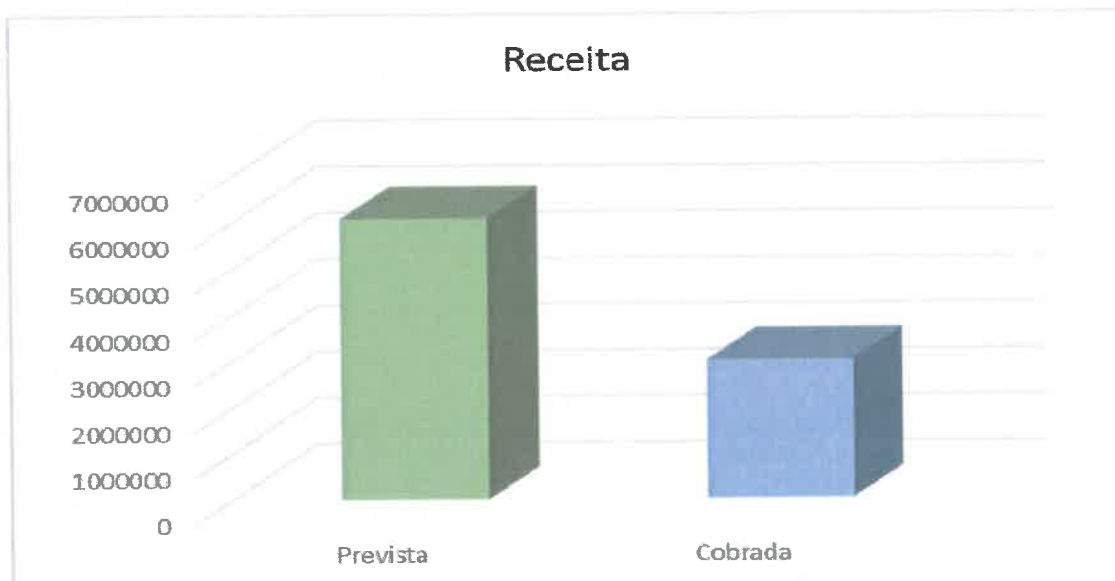
OUTRAS ATIVIDADES

Ao nível da **promoção do território** das Terras de Trás-os-Montes e atendendo à importância do setor do turismo a CIM-TTM participou na “Expo Trás-os-Montes”, na FITUR – Feira Internacional de Turismo em Madrid, na BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, e na Gala da CAP MAGELLAN, em Paris.

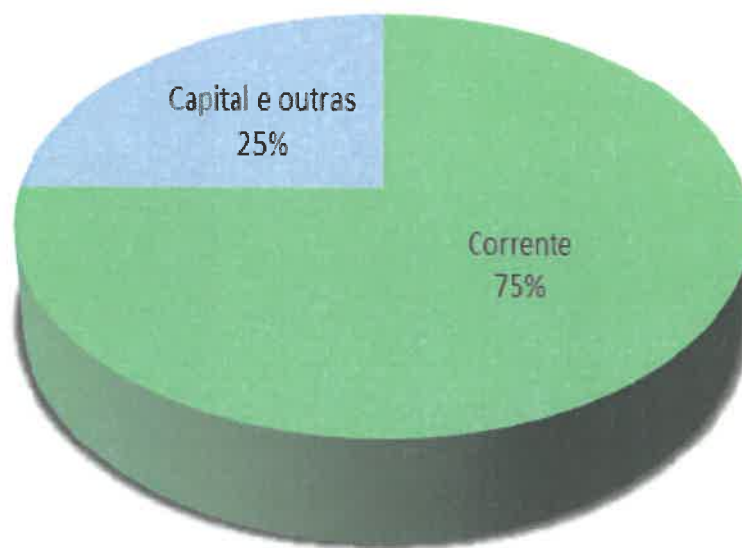
A CIM-TTM integra a Comissão Permanente do Conselho Regional, que tem por missão acompanhar as atividades da CCDR-N e a execução dos programas operacionais de financiamento comunitário, pronunciando-se sobre os planos e programas de desenvolvimento regional.

4 – ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O orçamento da receita teve uma execução correspondente a 49.2% e a despesa apresentou uma execução correspondente a 50.66%. Poder-se-á dizer que apresenta um nível de execução baixo, mas em crescendo comparativamente com os anos anteriores. A baixa execução deve-se ao facto de se ter iniciado várias contratações, para iniciar as operações que foram transcritas neste relatório, mas que não chegaram à formação do contrato, transitando para o ano de 2020.

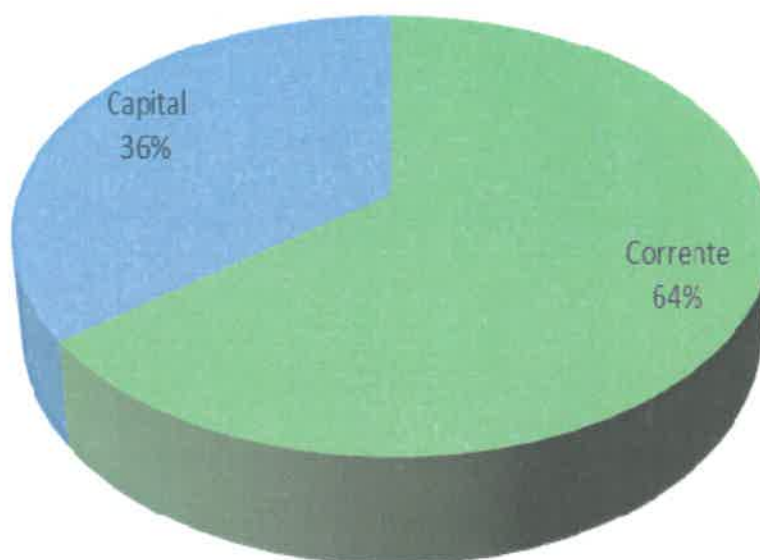


Distribuição da receita

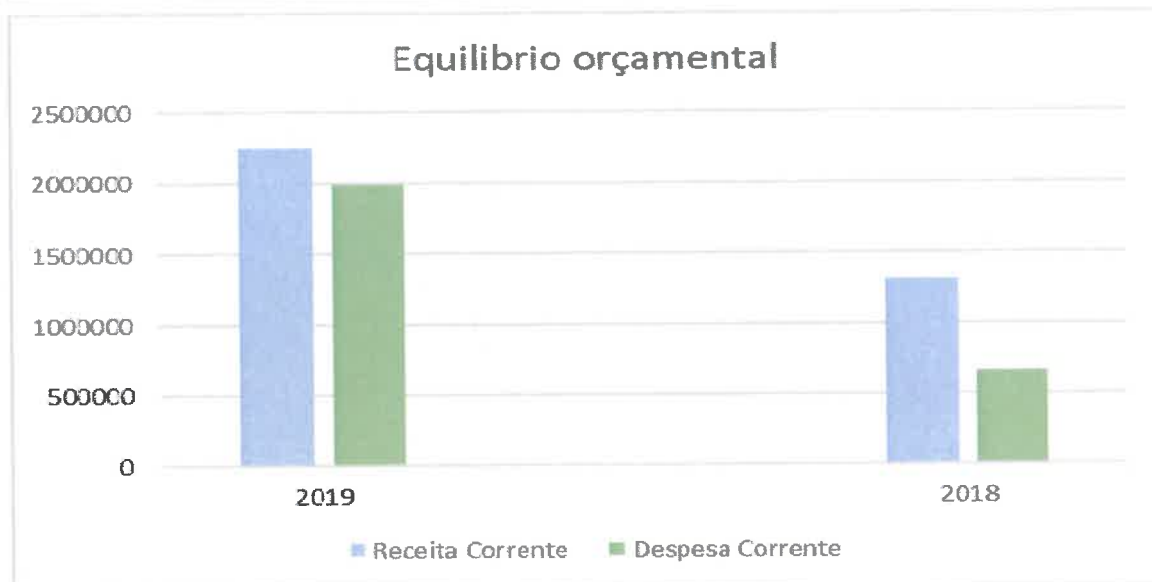
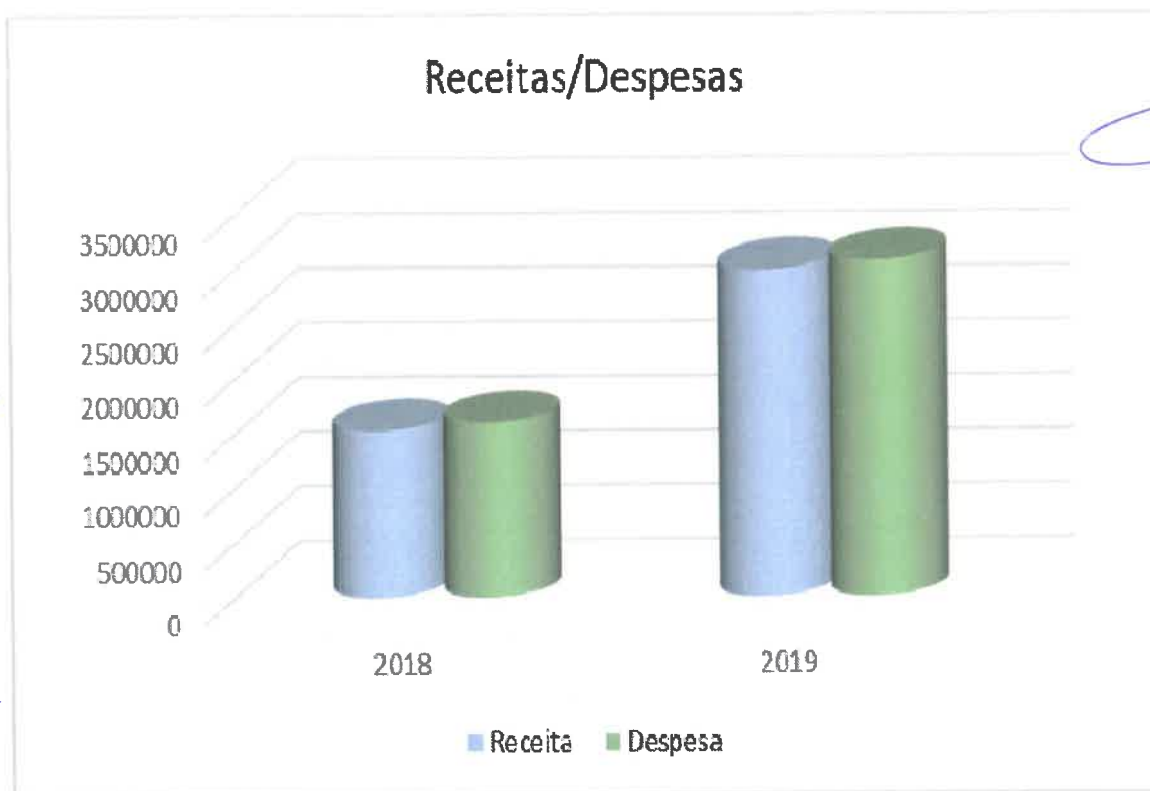


■ Corrente ■ Capital e outras

Distribuição da Despesa



■ Corrente ■ Capital



Observando o Princípio do Equilíbrio Orçamental Corrente, Previsto na alínea e) do ponto 3.1.1 do decreto lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro (POCAL), verifica-se que as Receitas correntes são superiores às Despesas Correntes.

5 – ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económica e financeira sintetiza os resultados obtidos pela CIM-TTM, bem como a sua situação patrimonial e financeira a 31 de dezembro de 2019.

5.1. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As contas relativas ao exercício económico de 2019 foram encerradas tendo sido apurado um **resultado líquido positivo de 209 697,42Euros**, registando um acréscimo face ao ano anterior de **43,76%**.

O **Resultado Líquido** é formado pelas seguintes componentes:

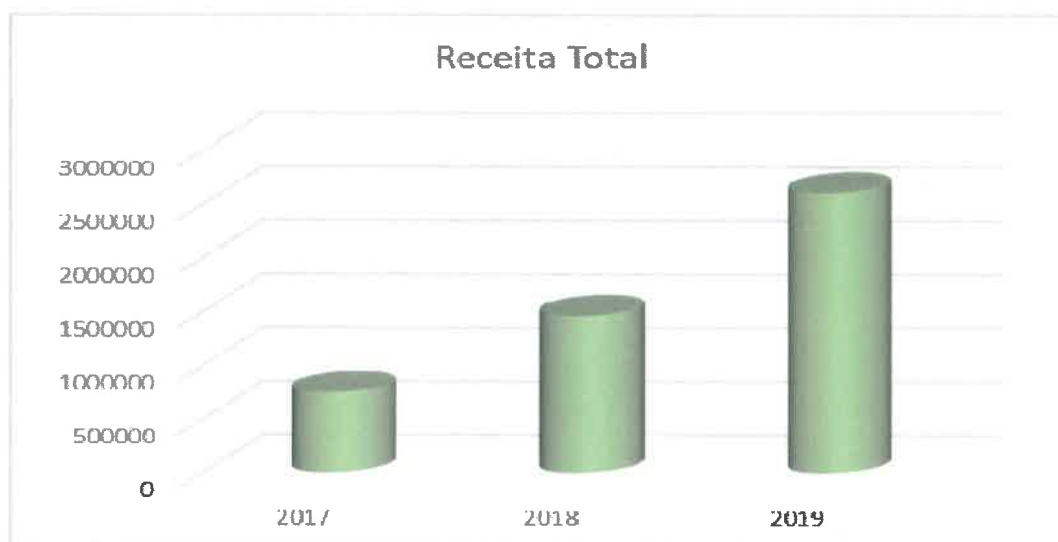
Designação	31.12.2018	31.12.2019	Var
Resultados Operacionais	-269 363,15	-353 582,30	-31,27%
Resultados Financeiros	0,53	-551,63	-104 181%
Resultados Correntes	-269 362,62	-354 133,93	-31,48%
Resultados Extraordinários	415 237,53	563 831,35	35,79%
Resultado Líquido do Exercício	145 874,91	209 697,42	43,76%



5.1.1. RESULTADOS OPERACIONAIS

Os Resultados Operacionais têm a seguinte composição:

Designação	31.12.2018	31.12.2019
Custos Operacionais		
Fornecimentos e Serviços Externos	494 372,25€	1 238 373,44€
Custos com Pessoal	291 767,21€	267 281,74€
Transferências e Subs. Concedidos	89 771,44€	312 047,95€
Amortizações	440 028,21€	583 717,12€
Outros custos e perdas operacionais		102,00€
Total Custos Operacionais	1 315 939,11€	2 401 522,25€
Proveitos Operacionais		
Vendas e Prestações de Serviços		
Impostos e taxas		
Transferências e Subsídios Obtidos	1 046 575,96€	2 047 939,95€
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais		
Total dos Proveitos Operacionais	1 046 575,96€	2 047 939,95€
RESULTADOS OPERACIONAIS	-269 363,15€	-353 582,30€



Da análise do quadro acima, verifica-se um decréscimo dos resultados operacionais, justificado pelo acréscimo do valor das Amortizações, das Transferências e Subsídios concedidos e essencialmente pelo valor dos fornecimentos e serviços externos. Este decréscimo é provocado relativamente às amortizações pelo investimento no âmbito da execução das operações “Trás-os-Montes Conectada” e “Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar”,

no caso das Transferências este aumento prende-se com o Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) e com as transferências para a AMTQT devido à afetação de um técnico a 95% ao Programa PART.

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento considerável, justificado por uma maior atividade da CIM-TTM, no que respeita à execução dos projetos.

Não podemos esquecer o esforço assinalável na justificação dos custos junto das Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais tendo-se registado um aumento de quase 100%.

5.1.2. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros foram de -354,60 Euros, os quais têm a seguinte composição:

Designação	31.12.2018	31.12.2019
Proveitos Financeiros		
Proveitos e ganhos financeiros	2,58€	2,59€
Total de Proveitos Financeiros	2,58€	2,59€
Custos Financeiros		
Custos e Perdas Financeiras	2,05€	554,22€
Total dos Custos Financeiros	122,34€	-354,60€

Da análise do quadro acima regista-se uma diminuição dos resultados financeiros. Os custos financeiros apresentados respeitam à aquisição de livros de cheques para a CIM-TTM e outras comissões bancárias.

Quanto aos proveitos financeiros, no valor de 2,59€, resulta da remuneração do saldo médio da conta à ordem.

5.1.3. RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários correspondem ao valor do co-financiamento comunitário associado ao imobilizado. Este valor tem correspondência direta com as amortizações, isto é, à amortização corresponde um custo e ao co-financiamento das aquisições de imobilizado corresponde um proveito. Neste sentido, em correspondência direta com as amortizações, os resultados extraordinários registaram um aumento, tendo sido de 563 831,35 Euros.

5.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA A TERCEIROS

Designação	31.12.2018	31.12.2019
Dívidas de Curto Prazo		
Empréstimos de curto prazo		
Fornecedores c/c	214 935,51€	112 418,43€
Fornecedores de imobilizado	179 272,50€	84 259,14€
Estado e outros entes públicos	5 829,56€	5 105,95€
Outros Credores	14 776,42€	14 776,42€
Total	414 813,99€	214 559,94€

Este quadro apresenta as dividas a 31.12.2019 na sua totalidade de curto prazo.

INDICADORES DE GESTÃO

	31.12.2018	31.12.2019
Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo total líquido)	0,21	0,28
Solvabilidade (Total de fundos próprios / Total do Passivo)	0,26	0,39
Liquidez Geral (Existências + Disponibilidades + Dividas de Terceiros a c.p. /Passivo de c.p.)	0,37	0,31

Pela análise dos indicadores de gestão acima indicados pode concluir-se que a situação financeira da CIM-TTM é aceitável tendo em conta o tipo de entidade. A autonomia financeira que mede a solvabilidade da entidade através da determinação da proporção dos ativos que são financiados com capital próprio apresenta um valor aceitável, melhorando em relação ao ano anterior. Quanto à solvabilidade, que evidencia a capacidade de cumprir os seus compromissos a médio longo prazo, o valor de 0,39 é inferior a 1 indicando alguma vulnerabilidade no médio longo prazo. A liquidez geral que mede a capacidade de a entidade fazer face às suas responsabilidades de curto prazo apresenta igualmente um valor inferior 1. Quanto mais baixo maior a vulnerabilidade. Contudo, como já referido, tendo em conta o tipo de entidade o valor pode ser considerado aceitável.

6 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A CIM-TTM apresenta um resultado líquido positivo, no valor de 209 697,42 Euros pelo que se propõe a seguinte aplicação de resultados:

Reforço do Património: 199 212,55

Constituição de Reservas Legais: 10 484,87€

7 – Avaliação da Continuidade da Atividade Desenvolvida em Função da Pandemia COVID-19

A pandemia da Covid 19 está a gerar uma crise económica sem precedentes, nunca houve uma crise assim por isso é difícil antecipar como irá acabar e quais as verdadeiras consequências económicas que teremos. Os cenários apontam para uma recessão global que poderá ser tão ou mais grave que a crise financeira de 2008, esta recessão muito provavelmente irá afetar a alocação de verbas da CIM e a Reprogramação dos fundos Comunitários. No ano de 2020 a CIM já gastou 24.350,00€ na aquisição de máscaras para distribuir pela IPSS's e muito provavelmente outras medidas se seguirão.



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

[Handwritten signature]

CONTAS BALANÇO

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



BALANÇO

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

2019/01/01 a 2019/12/31

Ano 2019
PAG. 1

CÓDIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais				
452	Edifícios				
453	Outras construções e infra-estruturas				
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público				
465	Imobilizações em curso				
466	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	27.675,00	27.675,00		260.976,27
433	Propriedade industrial e outros direitos	660.004,89	420.482,85	247.522,84	103.578,30
443	Imobilizações em curso				
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		695.679,89	448.157,85	247.522,84	364.554,57
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais				
422	Edifícios e outras construções				
423	Equipamento básico	293.225,04	76.256,49	216.968,55	93.873,60
424	Equipamento de transporte	409.368,60	204.684,30	204.684,30	307.026,45
425	Ferramentas e utensílios				
426	Equipamento administrativo	1.251.240,10	671.988,26	579.251,84	86.033,91
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	44.335,35	35.468,28	8.867,07	17.734,14
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		1.990.169,09	988.397,33	1.009.771,76	504.668,10
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	1.364,60		1.364,60	734,92
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		1.364,60		1.364,60	734,92
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo				
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Merchandises				
37	Adiantamentos por conta de compras				
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo: (a)				
282	Empréstimos concedidos de a/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				



ANEXO

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

2019/01/01 a 2019/12/31

ANO 2019
Pág. 2

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
211	Clientes c/c				
212	Contribuintes c/c				
213	Utentes c/c				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança devidosa				
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Ajuntamentos a fornecedores				
2619	Ajuntamentos a fornecedores de inabilitado				
24	Estado e outros entes públicos				
264	Administração autárquica				
252+263+266+267 +268+269+2612?	Outros devedores				
151	Títulos negociáveis:				
152	Ações				
153	Obrigações e títulos de participação				
159	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
12	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:	60.831,97		60.831,97	147.492,89
11	Depósitos em instituições financeiras	272,74		272,74	272,75
	Caixa	61.204,71		61.204,71	147.765,64
271	Acréscimos e diferimentos:	736.557,09		736.557,09	750.767,97
272	Acréscimos de proventos	1.391,00		1.391,00	1.444,84
	Custos diferidos	737.948,09		737.948,09	752.212,81
	Total de amortizações		1.436.554,38		
	Total de provisões				
	Total do activo	3.494.366,38	1.436.554,38	2.057.812,00	1.769.935,34

ENTIDADE: CIM-TTM Ano: 2019
Cin Das Terras de Trás - Os - Montes 2019/01/01 a 2019/12/31 Pág. 3

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
51	Fundos próprios:		
55	Património	222.342,45	83.761,29
56	Ajustamento de partes de capital em empresas		
571	Reservas de reavaliação		
572	Reservas:		
573	Reservas legais	27.959,04	20.665,29
574	Reservas estatutárias		
575	Reservas contratuais		
576	Reservas livres		
577	Subsídios		
59	Doações		
60	Reservas decorrentes de transferências de activos		
61	Resultados transitados	115.594,50	115.594,50
62	Resultado líquido em exercício	209.697,42	145.874,91
		575.593,49	365.896,07
282	Passivo:		
23.1.2	Provisões para riscos e encargos		
22.3	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2637	Empréstimo de médio e longo prazo		
26897	Fornecedores c/c, alp		
2311	Fornecedores imobilizado - contratos futuros		
269	Credores diversos - contratos futuros		
221	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
228	Empréstimos de curto prazo		
252	Adiantamentos por conta de vendas		
219	Fornecedores c/c	112.410,43	214.935,51
2611	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
24	Credores pela execução do orçamento		
264	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
	Fornecedores de imobilizado c/c	84.259,14	179.272,50
	Estado e outros entes públicos	5.105,95	5.829,56
	Administração autárquica		
		201.783,52	400.037,57
262+263+266a+269+2	Outros credores	14.776,42	14.776,42
217	Clientes e Utentes Com Cauções		
		14.776,42	14.776,42
273	Acréscimos e diferimentos:		
274	Acréscimos de custos	55.844,81	150.455,07
	Proveitos diferidos	1.209.813,76	830.769,41
		1.265.658,57	989.225,28
	Total do passivo	1.482.210,51	1.404.039,27
	Total dos fundos próprios e do passivo	2.057.812,00	1.769.935,34

OPÇÃO EXECUTIVO
Em ____ de ____ de ____

OPÇÃO DELIBERATIVO
Em ____ de ____ de ____



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

[Handwritten signature in blue ink]

**DEMONSTRAÇÃO DE
RESULTADOS**



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Junho 2019
Pág. 1

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

2019/01/01 a 2019/12/31

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
61	Costos e perdas				
	Costos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias				
	Matérias		1.230.373,44		494.372,25
62	Fornecimentos e serviços externos:				
	Costos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	215.034,75		237.970,44	291.767,21
643 e 648	Encargos sociais	51.446,99	267.281,74	53.788,77	89.771,44
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		312.047,95		440.020,21
66	Amortizações do exercício		583.717,12		
67	Provisões do exercício				
65	Outros custos operacionais		102,00		
	(A)		2.401.522,25		1.315.939,11
68	Costos e perdas financeiros		554,22		2,05
	(C)		2.402.076,47		1.315.941,16
69	Costos e perdas extraordinários				
	(E)		2.402.076,47		1.315.941,16
68	Resultado líquido do exercício.....		209.697,42		145.074,91
	(X)		2.611.773,89		1.461.016,07
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos				
712	Prestações de serviços				
72	Impostos e taxas				
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares		2.047.939,95		1.046.575,96
74	Transferências e subsídios obtidos				
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		2.047.939,95		1.046.575,96
78	Proveitos e ganhos financeiros		2,59		2,58
	(D)		2.047.942,54		1.046.578,54
79	Proveitos extraordinários		563.831,35		415.237,53
	(F)		2.611.773,89		1.461.016,07
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		-353.582,30		-269.363,15
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)		-551,63		0,53
	Resultados Correntes: (D - C)		-354.133,93		-269.362,62
	Resultado Líquido do Exercício: (F - E)		209.697,42		145.074,91

CRÊDITO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

CRÉDITO DEBENTURATIVO

Em ____ de ____ de ____



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

[Handwritten signature in blue ink]

[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in black ink]
[Handwritten signature in black ink]
[Handwritten signature in black ink]
[Handwritten signature in blue ink]
[Handwritten signature in blue ink]

**MAPA DE CONTROLO ORÇAMENTAL
RECEITA E DA DESPESA**



ANEXO DO CONTROLO ORÇAMENTAL DA REGIÃO

ENTIDADE

CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

Período: 2019/01/01 a 2019/12/31

ANO 2019
PÁG. 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA		PREVISÕES CORRETIVAS	RECEITAS POR CONTAS NO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS CORRETIVAS RENTAS	REEMBOLÇOS/RESTITUIÇÕES		RECEITAS CORRETIVAS LIQUIDADAS	RECEITAS POR CONTAS NO FIM DO ANO	GRAD. EXEC. FINANÇ. DAS REC. [12]a
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)						INÍCIOS (8)	PAGOS (9)			
		(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7 - 9)	(11 = 4 + 5 - 6 - 7)	
	RECEITAS CORRETIVAS	3.360.400,00		2.240.329,93		2.240.329,93			2.240.329,93		63.1
04	TAIXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	99,00									
0402	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	99,00									
040201	JUROS DE MORA	50,00				2,59			2,59		5.2
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADES	30,00		2,59		2,59			2,59		5.2
0502	JUROS - SOCIEDADES	30,00		2,59		2,59			2,59		5.2
050201	FINANÇEIRAS				2,59	2,59			2,59		5.2
	BANCO E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	50,00									
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.560.570,00		2.240.343,27		2.240.343,27			2.240.343,27		63.1
0603	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3.151.479,00		1.845.993,89		1.845.993,89			1.845.993,89		58.6
060301	ESTADO	602.972,70		474.509,50		474.509,50			474.509,50		78.7
06030109	OUTRAS	602.972,70		474.509,50		474.509,50			474.509,50		78.7
0603010901	LOCAL	227.799,00		227.799,00		227.799,00			227.799,00		100.0
0603010902	OUTRAS	375.172,70		246.790,50		246.790,50			246.790,50		65.8
060306	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	2.548.506,30		1.370.964,39		1.370.964,39			1.370.964,39		53.8
06030601	FIDEJ (CORRENTES)	1.724.059,44		1.209.219,72		1.209.219,72			1.209.219,72		78.1
06030602	FSR (CORRENTES)	824.446,46		161.744,67		161.744,67			161.744,67		19.6
0605	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	409.092,00		401.089,30		401.089,30			401.089,30		98.2
060501	CONTINGENTES	409.092,00		401.089,30		401.089,30			401.089,30		98.2
06050101	MUNICÍPIOS	409.092,00		401.089,30		401.089,30			401.089,30		98.2
0605010101	MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA PÉ	29.506,00		22.189,50		22.189,50			22.189,50		75.0
0605010102	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	88.500,00		88.500,00		88.500,00			88.500,00		100.0
0605010103	MUNICÍPIO DE MUCIÃO DE CAVALINHOS	49.000,00		48.999,96		48.999,96			48.999,96		100.0
0605010104	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO ALTO	33.000,00		33.000,00		33.000,00			33.000,00		100.0
0605010105	MUNICÍPIO DE MURÇA	64.000,00		63.999,96		63.999,96			63.999,96		100.0
0605010106	MUNICÍPIO DE NOGALHO	42.000,00		42.000,00		42.000,00			42.000,00		100.0
0605010107	MUNICÍPIO DE VILA PLAZA	31.000,00		30.999,96		30.999,96			30.999,96		100.0
0605010108	MUNICÍPIO DE VIMPO	30.000,00		30.000,00		30.000,00			30.000,00		100.0
0605010109	MUNICÍPIO DE VIMPAIS	42.000,00		42.000,00		42.000,00			42.000,00		100.0
06050102	ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS	6,00									
06	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30,00		1.004,07		1.004,07			1.004,07		100.0
0601	OUTRAS	30,00		1.004,07		1.004,07			1.004,07		100.0
060109	OUTRAS	30,00		1.004,07		1.004,07			1.004,07		100.0
06019999	DIVERSAS	10,00		1.004,07		1.004,07			1.004,07		100.0
	RECEITAS DE CAPITAL	2.525.185,00		740.699,19		740.699,19			740.699,19		29.6
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.525.185,00		740.699,19		740.699,19			740.699,19		29.6
1003	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.151.482,00		640.581,77		640.581,77			640.581,77		30.7
100307	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	2.151.482,00		640.581,77		640.581,77			640.581,77		30.7
10030701	FIDEJ (CAPITAL)	1.566.343,70		640.581,77		640.581,77			640.581,77		42.2
10030702	FSR	585.138,30									
1005	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	373.703,00		99.117,42		99.117,42			99.117,42		23.6
100501	CONTINGENTES	373.703,00		99.117,42		99.117,42			99.117,42		23.6
10050101	MUNICÍPIOS	373.703,00		99.117,42		99.117,42			99.117,42		23.6
1005010101	MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA PÉ	27.120,00		20.670,78		20.670,78			20.670,78		29.8
1005010102	MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	69.269,00		14.508,43		14.508,43			14.508,43		29.8
1005010103	MUNICÍPIO DE MUCIÃO DE CAVALINHOS	48.619,00		9.868,86		9.868,86			9.868,86		29.8
1005010104	MUNICÍPIO DE MIRANDA DO ALTO	33.072,00									

[a] [12 = 10 / 3 + 180]



MEMÓRIA DO CONTABILISTA ORÇAMENTAL DA RECEITA

ENTIDADE CIM-TTM - Cím das Terras de Trás - Os - Montes Período: 2019/01/01 a 2019/12/31 Ano 2019 Pág. 2

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL		PREVISÕES CORRIJIDAS	RECEITAS POR CONTRATO DO INÍCIO DO ANO	RECEITAS LIQUIDADAS	LIQUIDAÇÕES ANULADAS	RECEITAS CORRIJIDAS ANULADAS	REEMBOLSOES/RESTITUIÇÕES		RECEITA CORRIDA LIQUIDADA	RECEITAS POR CONTRATO DO FIM DO ANO	GRANDE EXEC. FINANC. (12)a
CÓDIGO	DESCRIÇÃO						INÍCIO	FIM			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10 = 7 - 9)	(11 = 4 + 5 - 6 - 7)	(12)a
1005010105	MUNICÍPIO DE MIRANDELA	51.849,00									
1005010106	MUNICÍPIO DE NOGALÓDIO	43.256,00		12.900,11		12.900,11			12.900,11		29.9
1005010107	MUNICÍPIO DE VILA PLATA	27.558,00		0.223,03		0.223,03			0.223,03		29.9
1005010108	MUNICÍPIO DE VIMIEIRO	29.703,00		0.063,71		0.063,71			0.063,71		29.9
1005010109	MUNICÍPIO DE VIMIEIRO	43.256,00		13.073,70		13.073,70			13.073,70		20.2
TOTAL		6.045.965,00		2.997.029,12		2.997.029,12			2.997.029,12		49.9

(a) (12 = 10 / 3 = 200)

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____

WBAI-TV

[illegible]

Cinco Nueve Cero de Fiebre - Da - Chocotes

Periodo: 2015/01/01 a 2015/12/31

END 2019
PAGE 1

[illegible]

© 1999 by John Wiley & Sons, Inc.



Nota de síntese sumária da situação da administração autárquica

PERÍODO: 2019/01/01 - 2019/12/31

CIM-TTM - Cão dos Rios de Trás-os-Montes

Período: 2019/01/01 a 2019/12/31

ANO: 2019
PÁG. 2

Classificação		Descrição	Dotações	Componentes Assentados			Despesa Total	Despesas			Saldo de Execução Orçamental em Despesa (11) a)
				Ordens	Subordens	Total		Ordem	Subordem	Componentes	
Código (1)	Descrição (2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	
0002002	SISTEMA DE APOIO ÀS AÇÕES COMUNITÁRIAS (SAC)	472.296,40	441.973,05		441.973,05	369.510,52	32.325,53	103.795,05	75.400,50	38,34	
0002003	PLANO JORNADA DE CONTACTO AO INICIUM DO ANO	294.869,00	294.869,00	294.875,00	772.942,07	215.741,40	325.911,40	504.258,40	278.736,72	36,36	
0002004	INICIUM DO ANO - PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA INTERMUNICIPAL	146.965,00	146.965,00		146.965,00	34.608,50		132.356,50	132.356,50	90,00	
0002005	PLANO DE APOIO ÀS AÇÕES COMUNITÁRIAS (SAC)	192.100,00	55.811,25		55.811,25	55.811,25	136.288,75	136.288,75		21,85	
0002006	PLANO DE APOIO ÀS AÇÕES COMUNITÁRIAS (SAC)	92.250,00	30.750,00	12.300,00	43.050,00	13.000,00	61.500,00	72.500,00	11.500,00	21,31	
0002007	PLANO DE APOIO ÀS AÇÕES COMUNITÁRIAS (SAC)	57.500,00	57.500,00		57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	57.500,00	100,00	
0002008	PLANO DE APOIO ÀS AÇÕES COMUNITÁRIAS (SAC)	20.000,00	138.750,00		138.750,00	105.207,40	51.207,40	60.750,00	31.500,00	22,71	
000209	PRODUÇÃO	20.000,00	17.500,00		17.500,00	1.900,00	2.000,00	10.000,00	16.000,00	90,91	
000210	PRODUÇÃO, EXERCÍCIOS E SIMULADOS	40.000,00	23.500,00		23.500,00	23.500,00	16.127,17	16.127,17		40,25	
000211	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000212	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000213	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000214	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000215	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000216	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000217	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000218	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000219	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000220	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000221	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000222	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000223	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000224	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000225	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000226	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000227	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000228	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000229	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000230	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000231	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000232	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000233	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000234	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000235	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000236	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000237	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000238	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000239	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000240	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000241	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000242	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000243	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000244	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000245	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000246	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000247	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000248	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000249	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000250	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000251	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000252	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000253	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000254	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000255	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000256	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000257	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000258	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000259	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000260	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000261	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000262	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000263	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000264	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000265	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000266	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000267	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000268	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000269	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000270	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000271	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000272	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000273	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000274	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000275	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000276	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000277	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000278	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000279	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.400,00	9.225,00	12,55	
000280	PRODUÇÃO	213.400,00	167.500,00		167.500,00	253.700,00	60.811,44	50.40			



ANEXO 20 - CONTAS ANUAIS DE GESTÃO POR CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

ENTIDADE: CIM-TTM

Com as Terras de Trás - Os - Montes

Período: 2019/01/01 a 2019/12/31

ANO: 2019
FOLHA: 3

CLASSIFICAÇÃO		ANOTAÇÕES ORÇAMENTAIS (1)	COMPROMISSOS ASSUMIDOS			DESPESA POR COMPARAÇÃO (8 = 3 - 4)	SALDO		VALOR DE ANULAÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA (11 a)
CÓDIGO (1)	DESCRIÇÃO (2)		ANULAÇÃO (4)	REVERSÃO PARCIAL (5)	TOTAL (6)		INICIAL (3 = 2 - 4)	FINAL (9 = 3 - 5)	
07025	MATERIAL DE TRANSPORTE - LOCAÇÃO FINANCEIRA	5.400,00					5.400,00	5.400,00	
TOTAL		4.805.045,00	3.822.151,20	291.175,00	4.213.726,20	3.002.066,00	2.263.713,72	3.002.000,50	738.284,04
									50,66

(a) (11 = 7 / 3 + 100)

De ____ de ____ de ____

De ____ de ____ de ____

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'h' and 'p'.



Terras de
Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

PPI

Page: 1

ANEXA	CATEGORIA	CATEGORIA DE ACTIVITATE	NOMENCLATOR	CANTITATE	CANTITATE		VALORI MONETARE			VALORI MONETARE			TOTAL	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
					CANTITATE		VALORI MONETARE			VALORI MONETARE							
					KG	MT	MT	MT	MT	MT	MT						
1.																	
1.1.																	
1.1.1.																	
1.1.1.1.																	
01/01/2015	01	2015	2	Proiect general	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	02	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	03	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	04	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	05	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	06	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	07	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	08	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	09	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	10	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	11	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	12	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	13	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	14	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	15	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	16	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	17	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01/01/2015	18	2015	10	Proiect general de amenajare peisaj	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0								

1820

© Hanser Music Publishing GmbH & Hanser Musikverlag AG, München 2010 / Vertrieb: Universal Music

© 2006 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 260: 105–112



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

FLUXOS DE CAIXA



RESUMO DOS FLUÍDOS DE CAIXA

ENTIDADE CIM-TTM

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

ANO 2019

PÁG. 1

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gestão anterior		147.765,64	Despesas orçamentais		3.082.866,44
Execução orçamental	127.159,66		Correntes	1.906.913,03	
Operações de tesouraria	20.605,98		Capital	1.095.953,41	
Receitas orçamentais		2.997.029,12	Operações de tesouraria		70.798,95
Correntes	2.248.329,93		Saldo para a gestão seguinte		51.214,71
Capital	748.699,19		Execução orçamental	41.322,34	
Outras			Operações de tesouraria	19.082,37	
Operações de tesouraria		70.075,34	Total		3.234.870,10
Total		3.214.870,10			

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

[Handwritten signatures and initials]



FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CIM-TTM
Período 2019/01/01 A 2019/12/31

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

ANO 2019
Pág. 1

RECEBIMENTOS		
SALDO DA GERAÇÃO ANTERIOR		147.765,64
RECUPERAÇÃO ORÇAMENTAL	127.159,66	
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	20.605,90	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		2.997.029,12
05 REQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE	2,50	
0502 JUROS - SOCIEDADES FINANÇEIRAS	2,50	
050201 BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANÇEIRAS	2,50	
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.247.243,27	
0603 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.945.939,89	
060301 ESTADO	474.589,50	
06030199 OUTRAS	474.589,50	
0603019901 IMPL	227.789,00	
0603019902 OUTRAS	246.790,50	
060306 ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	1.970.964,39	
06030601 FIDEJUS (CORRENTE)	1.399.219,72	
06030602 FSE (CORRENTE)	163.744,67	
0605 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	402.699,30	
060501 CONTINENTE	402.699,30	
06050101 MUNICÍPIOS	402.699,30	
0605010101 MUNICÍPIO DE ALPAREGA DA FÉ	22.189,50	
0605010102 MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	19.500,00	
0605010103 MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALHEIROS	41.999,96	
0605010104 MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	33.000,00	
0605010105 MUNICÍPIO DE MIRANDELA	43.999,96	
0605010106 MUNICÍPIO DE MOGADOURA	42.000,00	
0605010107 MUNICÍPIO DE VILA FLOR	30.999,96	
0605010108 MUNICÍPIO DE VIMIOGO	30.100,00	
0605010109 MUNICÍPIO DE VINHAIS	42.000,00	
09 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.094,07	
0901 OUTRAS	1.094,07	
090199 OUTRAS	1.094,07	
09019999 DIVERSAS	1.094,07	
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	748.699,19	
1003 ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	660.581,77	
100307 ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	660.581,77	
10030701 FIDEJUS (CAPITAL)	660.581,77	
1005 ADMINISTRAÇÃO LOCAL	88.117,42	
100501 CONTINENTE	88.117,42	
10050101 MUNICÍPIOS	88.117,42	
1005010102 MUNICÍPIO DE BRAGANÇA	20.670,78	
1005010103 MUNICÍPIO DE MACEDO DE CAVALHEIROS	14.500,43	
1005010104 MUNICÍPIO DE MIRANDA DO DOURO	9.069,06	
1005010106 MUNICÍPIO DE MOGADOURA	12.908,11	
1005010107 MUNICÍPIO DE VILA FLOR	8.223,03	
1005010108 MUNICÍPIO DE VIMIOGO	8.063,71	
1005010109 MUNICÍPIO DE VINHAIS	13.073,70	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	2.246.329,93	
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	748.699,19	
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS		
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		70.075,34
TOTAL		3.214.870,10

PAGAMENTOS		
DESEMBOLSOS ORÇAMENTAIS		3.082.866,44
01 ADMINISTRAÇÃO	3.082.866,44	
0101 ADMINISTRAÇÃO INTERMUNICIPAL	6.345,56	
0101 01 DESPESAS COM O PESSOAL		3.708,20
0101 0102 DESPESAS VARIÁVEIS DO PESSOAL		3.708,20
0101 010213 OUTROS SUPLEMENTOS E PRÊMIOS		3.708,20
0101 01021302 OUTROS		3.708,20



FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CIM-TTM
Período 2019/01/01 A 2019/12/31

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

ANO 2019
Pág. 2

PAGAMENTOS

0101	02	ADQUIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		2.637,36
0101	0202	ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS		2.637,36
0101	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		2.637,36
0102		CONSELHO INTERMUNICIPAL	3.076.520,80	
0102	01	DESPESAS COM O PESSOAL		262.114,46
0102	0101	RESCISÓRIOS CANCELADOS E PREVIDENTES		203.029,32
0102	010102	ÓRÇÃOS SOCIAIS		57.658,45
0102	010103	PESSOAL DOS JUÍZOS - AÇÃO DE FUNÇÃO PÚBLICA		22.370,28
0102	01010301	PESSOAL EM FUNÇÕES		22.370,28
0102	010104	PESSOAL DOS JUÍZOS - SAÚDE DE CONTRATO INDIVIDUAL		36.263,33
0102	01010401	PESSOAL EM FUNÇÕES		36.263,33
0102	010106	PESSOAL CONTRATADO A TERMO		39.997,38
0102	01010601	PESSOAL EM FUNÇÕES		39.997,38
0102	010111	REPRESENTAÇÃO		15.100,10
0102	010113	SUBSÍDIO DE RESPEÇÃO		7.937,28
0102	010114	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL		23.084,93
0102	0102	ALUGUELOS VARIÁVEIS DE IMOBILIÁRIO		6.794,00
0102	010202	HORAS EXTRAORDINÁRIAS		2.082,34
0102	010204	AJUDAS DE CUSTO		4.651,66
0102	0103	SEGURANÇA SOCIAL		52.350,74
0102	010302	OUTROS ENCARGOS COM A SAÚDE		1.180,81
0102	010305	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL		47.952,12
0102	01030502	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL DE REGIME DE CONTRATO		47.952,12
0102	0103050201	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES		22.214,45
0102	0103050202	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL		25.737,67
0102	010309	IMPOSTOS		2.377,24
0102	01030901	SEGURO DE ACIDENTES NO TRABALHO E DOENÇAS PROFISSI		2.377,24
0102	010310	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		840,57
0102	01031099	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL		840,57
0102	02	ADQUIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS		1.424.279,96
0102	0201	ADQUIÇÃO DE BENS		117.099,87
0102	020102	CONSTRUTIVAS E SUPRIMENTOS		3.817,35
0102	02010202	GASTOS		3.817,35
0102	020108	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		1.054,97
0102	020112	MATERIAL DE TRANSPORTES- PEÇAS		386,81
0102	020120	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO		108.014,99
0102	020121	OUTROS BENS		3.825,75
0102	0202	ADQUIÇÃO DE SERVIÇOS		1.307.180,09
0102	020209	COMUNICAÇÕES		2.624,11
0102	020210	TRANSPORTES		3.307,18
0102	020211	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		34.425,42
0102	020213	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		21.428,22
0102	020214	ESTUDOS, RECURSOS, INDIQUELÓRIOS E COMERCIALIZAÇÃO		971.179,50
0102	02021401	PARQUE - PLANO AÇÃO MOBILIDADE URBANA SUSTENTADA		138.067,50
0102	02021402	SISTEMA DE APOIO ÀS AÇÕES COLETIVAS (SAAC)		369.510,55
0102	02021403	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR		215.741,40
0102	02021404	AVALIÇÃO DE RISCOS - PRODUÇÃO DE CARTOGRAFIA INT		14.698,50
0102	02021405	TRAS-OS-MONTES NATURA		55.811,25
0102	02021406	PROVERE		19.480,00
0102	02021407	TRAS-OS-MONTES COMESTADO		52.422,64
0102	02021499	OUTROS		105.247,66
0102	020215	FORMAÇÃO		1.968,00
0102	020216	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		23.876,83
0102	020217	PUBLICIDADE		153.370,66
0102	020220	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS		70.288,92
0102	02022002	PROVERE		45.952,80
0102	02022099	OUTROS		24.336,12
0102	020225	OUTROS SERVIÇOS		24.711,25
0102	02022502	OUTROS SERVIÇOS - OUTROS		24.711,25
0102	03	JUNTAS E OUTROS ENQUENHOS		217,20
0102	0303	JUNTAS DE AÇÃO FINANCEIRA		217,20
0102	030306	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS		217,20
0102	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		293.945,85
0102	0401	SOCIEDADES E GRUPO-SOCIEDADES NÃO TRANSFERIDAS		83.013,53
0102	040102	PRIVADAS		83.013,53
0102	0402	ADMINISTRAÇÃO LOCAL		210.942,32
0102	040201	COMUNIDADES		210.942,32
0102	04020104	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS		210.942,32
0102	0405010402	ACTIV		144.678,94
0102	0405010403	ACTIV		66.263,36
0102	07	ADQUIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		1.095.953,41



FLUXOS DE CAIXA

ENTIDADE CIM-TTM
PERÍODO 2019/01/01 A 2019/12/31

Cim Das Terras de Trás - Os - Montes

ANO 2019
Pág. 3

PAGAMENTOS			
0102	0701	INVESTIMENTOS	1.005.993,41
0102	070107	EQUIPAMENTO DE SUPORTE	704.414,17
0102	07010701	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	577.569,54
0102	07010705	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA - GERAL	19.448,71
0102	07010708	PLANO INOVADOR DE COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR	197.395,92
0102	070108	SOFTWARES EDUCACIONAIS	145.496,20
0102	07010801	PLATAFORMA TRÁS-OS-MONTES CONECTADO	105.056,20
0102	070110	EQUIPAMENTO BÁSICO	275.693,04
0102	07011002	OUTRO	175.693,04
0102	0701100201	EQUIPAMENTO BÁSICO - GERAL	175.693,04
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES			1.006.913,02
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL			1.095.953,41
OPERAÇÕES DE TESOURARIA			70.790,85
SALDO PARA A EXERCÍCIO SEQUENTE			61.204,71
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL			41.322,34
OPERAÇÕES DE TESOURARIA			19.882,37
TOTAL			3.214.870,10

ÓRGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ÓRGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____

Handwritten notes in blue ink, possibly "ky" and "hi".

Handwritten notes in blue ink, possibly "G" and "quity".



Terras de
Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "R.", "ps.", and "93".

OPERAÇÕES DE TESOURARIA



ENTIDADE	OPERAÇÕES DE GESTÃO						TAXA	ANO	PÁGINA
COD-CTR	PERÍODO : 2019/01/01 a 2019/12/31						2020/05/07	2019	1
CÓDIGO CONTÁBIL	FUNÇÃO	DESIGNAÇÃO	SALDO DA GESTÃO ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GESTÃO SEGUINTE		
			DEVEDOR	CRÉDITO	DEBITO	CRÉDITO	DEVEDOR	CRÉDITO	
24		Dotação à Gestão de Recursos Humanos		5.825,54	70.790,95	70.075,34		5.105,45	
24.2		Dotação de Impostos e Benefícios		3.746,00	44.505,00	41.809,50		3.130,50	
24.2.1		Trabalho Dependente		3.746,00	44.505,00	41.802,00		3.123,00	
24.2.2		Trabalho Independente				7,50		7,50	
24.5		Contribuições para a Segurança Social		2.043,54	26.293,95	24.185,40		1.975,45	
24.5.1		Quota Geral de Aposentação		677,62	10.263,73	10.412,34		828,23	
24.5.1.1		Quota Geral Aposentação - dependentes de Pensões		677,62	10.263,73	10.412,34		828,23	
24.5.2		Aluguer		324,40	4.438,30	4.496,73		309,39	
24.5.2.1		A.B.V.S. - dependentes de Pensões		324,40	4.438,30	4.496,73		309,39	
24.5.3		Instituição Gestora Financiariza Segurança Social		1.041,90	11.600,91	11.276,77		757,83	
24.5.3.1		Seguros - dependentes de Pensões		1.041,90	11.600,91	11.276,77		757,83	
26		Outras Despesas e Rendimentos		14.776,42				14.776,42	
26.0		Outras		14.776,42				14.776,42	
26.0.9		Valores Retidos com Cessão e Garantias		14.776,42				14.776,42	
26.0.9.9		Requisito Cessão		14.776,42				14.776,42	
26.0.9.9.0		Associação Centro de Ciência Viva de Bragança		14.776,42				14.776,42	
TOTAL ...				20.605,90	70.790,95	70.075,34		75.002,37	

Em ____ de ____ de ____

Em ____ de ____ de ____



Terras de
Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE
RESULTADOS**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ANO 2019

As notas apresentadas visam facultar aos respetivos órgãos da **CIM DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES** a informação necessária para um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidos no ponto 2 do Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro.

As notas respeitam a numeração sequencial prevista no ponto n.º 9 do Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro. As notas não incluídas neste anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras, mantendo-se a referida ordenação.

8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1 – Identificação

A **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes**, contribuinte n.º 510957544, tem a sua sede na Rua Visconde da Bouça, apartado 239, 5300-319 Bragança.

O regime financeiro da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes é o consagrado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, pretendendo assegurar uma efetiva coordenação entre a administração central e local no plano financeiro, e contribuir para o controlo orçamental e para a prevenção de situações de instabilidade e desequilíbrio financeiro.

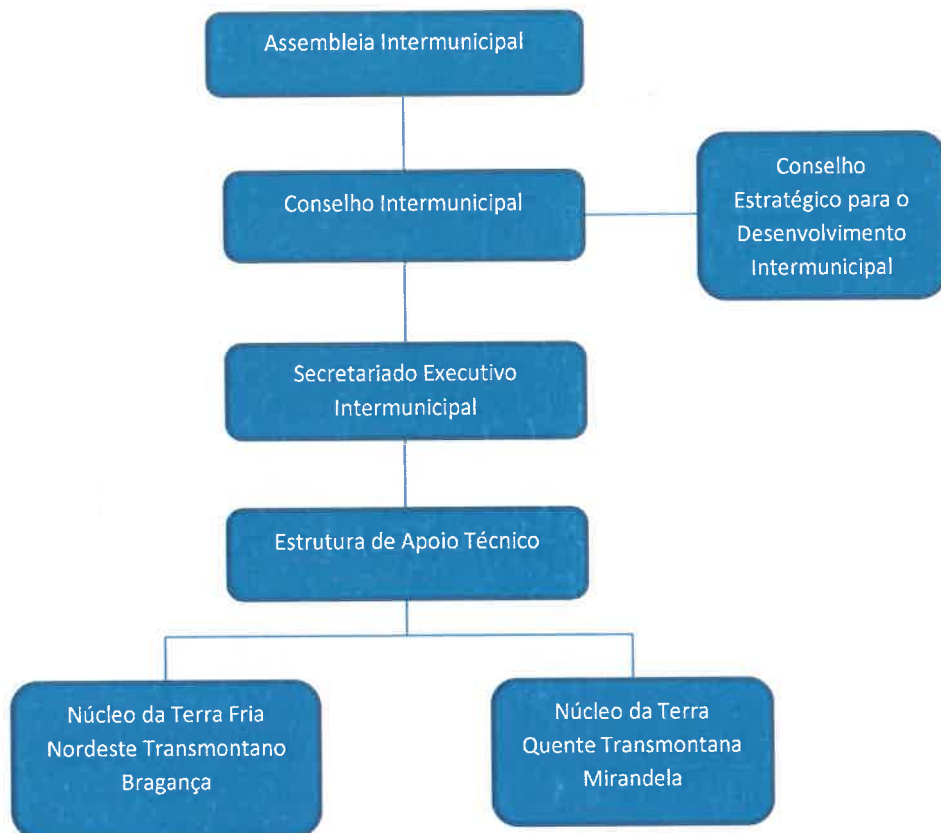
8.1.2 – Legislação

A **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes** foi constituída em 29/10/2013 e os seus estatutos foram publicados no Diário da República em 26-09-2014.

A **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes** está sujeita aos princípios consagrados na Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 29 de agosto, e pelas Leis n.º 23/20013, de 2 de julho, n.º 49/2004, de 24 de Agosto, n.º 49/2010, de 19 de outubro, n.º 22/2011, de 20 de maio, e n.º 52/2011, de 13 de outubro, e alterada e republicada pela Lei n.º 37/2013, de 14 de junho.

Os documentos de prestação de contas são apresentados com base no estabelecido no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

8.1.3 – Estrutura organizacional efetiva



8.1.4 – Descrição sumária das atividades

A Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes tem por objeto a promoção do desenvolvimento equilibrado dos municípios seus associados, participando ativamente na realização de quaisquer interesses específicos comuns compreendidos nas atribuições dos municípios que a integram, salvo os que pela sua natureza ou disposição legal, devam ser diretamente prosseguidos por estes.

A Comunidade Intermunicipal destina-se à prossecução dos seguintes fins públicos:

- Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional, designadamente no âmbito do QREN;
- Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

Cabe à comunidade intermunicipal assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central, nas seguintes áreas:

- Redes de abastecimento público, infraestruturas de saneamento básico, tratamento de águas residuais e resíduos urbanos;
- Rede de equipamentos de saúde;
- Rede educativa e de formação profissional;
- Ordenamento do território, conservação da natureza e recursos naturais;

- e) Segurança e proteção civil;
- f) Mobilidade e Transportes públicos;
- g) Redes de equipamentos públicos;
- h) Promoção de desenvolvimento económico, social e cultural;
- i) Rede de equipamentos culturais, desportivos e de lazer.

Cabe à comunidade intermunicipal exercer as atribuições transferidas pela administração central e o exercício em comum das competências delegadas pelos municípios integrantes, nos termos da presente lei, bem, como designar os representantes das autarquias locais em entidades públicas empresariais sempre que a representação tenha natureza intermunicipal.

8.1.5 – Recursos humanos

ORGÃOS SOCIAIS DE 01.01.2019 A 31.12.2019

NOME	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REMUNERAÇÃO LÍQUIDA AUFERIDA	PERÍODO DE RESPONSABILIDADE	MORADA
Artur Manuel Rodrigues Nunes	Presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2018 a 31.12.2018	Largo D. João III 5210-190 Miranda do Douro
Berta Ferreira Milheiro Nunes	Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2020 a 09.10.2019	Largo D. Dinis 5350-014 Alfândega da Fé
Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues	Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	13.11.2019 a 31.12.2019	Jardim 1.º de Maio 5340-218 Macedo de Cavaleiros
Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues	Vice-presidente do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2019 a 31.12.2019	Praça do Município 5370-288 Mirandela
Hernâni Dinis Venâncio Dias	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2019 a 31.12.2019	Forte S. João de Deus 5301-902 Bragança
Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2019 a 12.11.2019	Jardim 1.º de Maio 5340-218 Macedo de Cavaleiros
Francisco José M. Albuquerque Guimarães	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2019 a 31.12.2019	Convento S. Francisco 5200-244 Mogadouro
Fernando Francisco Teixeira de Barros	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2019 a 31.12.2019	Av. Marechal Carmona 5360-303 Vila Flor
António Jorge Fidalgo Martins	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2019 a 31.12.2019	Praça Eduardo Coelho 5230-315 Vimioso
Luís dos Santos Fernandes	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	01.01.2019 a 31.12.2019	Rua das Freiras, 13 5320-326 Vinhais
Eduardo Manuel Dobrões Tavares	Vogal do Conselho Intermunicipal	Não remunerado	09.10.2019 a 31.12.2020	Largo D. Dinis 5350-014 Alfândega da Fé

PESSOAL

NOME	SITUAÇÃO NA ENTIDADE	REMUNERAÇÃO LÍQUIDA AUFERIDA	PERÍODO DE RESPONSABILIDADE	MORADA
Rui Afonso Cepeda Caseiro	Primeiro Secretário	34 414,71	01.01.2019 a 31.12.2019	Rua Dr. José Morais Carmona n.º 44 5300-302 Bragança
Maria Manuela Dias de Oliveira	Secretária Executiva	12 254,74	01.01.2019 a 31.05.2019	Rua Amália Rodrigues L.93 7º Esq. 5300-430 Bragança
Lígia Maria Ribeiro Santos Borba	Técnica Superior	7 522,07	01. 07.2019 a 31.12.2019	Caminho do Cimo dos Prados nº15 5340-248 Macedo de Cavaleiros
Sónia Maria Ferreirinha Lavrador	Técnica Superior	15 684,94	01.01.2019 a 31.12.2019	Rua do Lamelrão n.º 47 4º Dto. 5340-909 Macedo Cavaleiros
Elizabete Vaz Afonso	Técnica Superior	21 165,98	01.01.2019 a 31.12.2019	Rua Visconde Ribeira Brava n.º 9 5300-003 Bragança
Isabel Cristina da Cruz Andrade	Técnica Superior	15262,75	16.01.2019 a 31.12.2019	Rua Conde de Areães, N.º100 5300-114 Bragança
Cristina de Fátima Nunes Curralo	Técnica Superior	14 086,45	16.01.2019 a 31.12.2019	Alameda Sta. Apolónia nº4B 5ºDt 5300-000 Bragança
Susana Filipa Penarroias P. Guerra	Técnica Superior	15 348,03	01.07.2019 a 31.12.2019	Largo da Igreja nº 1 5370-152 Lamas de Orelhão
José Tiago Pereira Ribeiro	Técnico Informática	5 311,54	02-09-2019 a 31-12-2019	Rua das Casas n.º 53 3º Dto 5370-567 Mirandela

8.1.6 – Organização contabilística

Os softwares informáticos utilizados na Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes são os seguintes:

- SigmaGest (módulo: POCAL); e
- PMR (módulos: Gestão de ativos e pessoal).

8.2 – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

8.2.1 – Indicação e justificação das disposições do POCAL que, em casos excecionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da autarquia local

O POCAL obriga à existência de três sistemas de contabilidade: orçamental, patrimonial e de custos. A contabilidade de custos não se encontra implementada. No entanto, a ausência deste sistema não tem efeitos relevantes sobre o balanço e a demonstração de resultados, pelo que estes documentos refletem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da instituição.

8.2.2 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

No exercício de 2019 não foram alterados procedimentos, regras ou políticas contabilísticas relativamente ao exercício anterior que tornem incomparáveis as contas do balanço e demonstração de resultados.

8.2.3 – Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões

A. Critérios de Valorimetria

- **Imobilizações;**

O ativo imobilizado foi valorizado ao custo de aquisição ou produção.

- **Dívidas a Terceiros;**

As dívidas a terceiros foram registadas pelo valor à data da fatura.

- **Disponibilidades;**

O montante de disponibilidades em caixa reflete o montante do valor em numerário, não incorporando qualquer montante em moeda estrangeira.

O montante de depósitos bancários reflete o valor do saldo contabilístico das referidas contas, estando justificadas as diferenças em relação ao extrato bancário à data de 31-12-2019.

- **Acréscimos e Diferimentos**

Os acréscimos e diferimentos foram contabilizados com base no princípio da especialização do exercício.

B. Método de cálculo de Amortizações e provisões.

As amortizações foram calculadas com base no método das quotas constantes, aplicando as taxas de amortização para cada bem do ativo Imobilizado previsto na Portaria n.º 671/2000 de 17 de abril.

8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, encontram-se representados nos quadros seguintes:



Resumo Movimentos nos Activos Imobilizados

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições		Saldo Final
			Alienação	Trnsf. Abate	
41 Investimentos Financeiros	734,92	629,68			1 364,60
42 Imobilizações Corpóreas	1 102 873,74	895 295,35			1 998 169,09
43 Imobilizações Incorpóreas	515 607,89	180 072,00			695 679,89
44 Imobilizações em Curso	103 578,30	54 046,20		157 624,50	0,00
Total	1 722 794,85	1 130 043,23	0,00	157 624,50	2 695 213,58

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Saldo Final
48 Amortizações	852 837,26	583 717,12	0,00	1 436 554,38
49 Provisões		0,00	0,00	0,00
Total	852 837,26	583 717,12	0,00	1 436 554,38

8.2.9 – Desagregação de cada uma das rubricas do ativo imobilizado

Activo Bruto						
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES			Período: 2019/01/01 a 2019/12/31			Página : 1
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transf. E abates	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						
EDIFÍCIOS						
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS						
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL						
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO						
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
DESPESAS DE INSTALAÇÃO						0,00
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	27 675,00					27 675,00
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	487 932,89		180 072,00			668 004,89
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	103 578,30		54 046,20		157 624,50	0,00
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						0,00
	619 186,19	0,00	234 118,20	0,00	157 624,50	695 679,89
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						0,00
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES						0,00
EQUIPAMENTO BÁSICO	117 342,00		175 883,04			293 225,04
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	409 368,60		0,00			409 368,60
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS						0,00
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	531 827,79		719 412,31			1 251 240,10
TARAS E VASILHAME						0,00
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	44 335,35		0,00			44 335,35
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						0,00
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						0,00
	1 102 873,74	0,00	895 295,35	0,00	0,00	1 998 169,09
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS						0,00
PARTES CAPITAL						0,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO						0,00
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS						0,00
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS						0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES						0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	734,92		629,68			1 364,60
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS						0,00
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA						0,00
OUTROS TÍTULOS						0,00
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO						0,00
ADIANTAMENTOS POR CONTA DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS						0,00
	734,92	0,00	629,68	0,00	0,00	1 364,60
Total	1 722 794,85	0,00	1 130 043,23	0,00	157 624,50	2 695 213,58

Amortizações e Provisões

CIM-TTM

Período : 2019/01/01 a 2019/12/31

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS				
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS				
BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL				
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO				
	0,00	0,00	0,00	0,00
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO				
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	27 675,00	0,00		27 675,00
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	226 956,62	193 525,43		420 482,05
	254 631,62	193 525,43	0,00	448 157,05
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				0,00
EQUIPAMENTO BÁSICO	23 468,40	52 788,09		76 256,49
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	102 342,15	102 342,15		204 684,30
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS				0,00
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	445 793,88	226 194,38		671 988,26
TARAS E VASILHAME				0,00
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	26 601,21	8 867,07		35 468,28
	598 205,64	390 191,69	0,00	988 397,33
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
PARTES CAPITAL				0,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO				0,00
INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS				0,00
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS				0,00
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				0,00
TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA				0,00
OUTROS TÍTULOS				0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Total.....	852 837,26	583 717,12	0,00	1 436 554,38

8.2.25 – Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora

Os montantes inscritos nas demonstrações financeiras relativamente à conta de estado e outros entes públicos reportam-se a valores apurados no mês de dezembro de 2019. Não existem dívidas incluídas na conta em situação de mora.

Estado e Outros Entes Públicos				
Conta	Designação	Activo	Passivo	Observações
2421	IRS Trabalho Dependente		3 123,00	Retenções Dezembro
2422	IRS Trabalho Independente		7,50	Retenções Dezembro
24511	Caixa Geral de Aposentações		828,23	Descontos Dezembro
24512	ADSE		389,39	Descontos Dezembro
24531	IGFSS - Descontos		757,83	Descontos Dezembro
Total			5 105,95	

8.2.29 – Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo Patrimonial», constantes do balanço

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 Património	83 761,29	138 581,16	0,00	222 342,45
55 Ajustamentos partes capital empresas				0,00
56 Reservas de reavaliação				0,00
Reservas:				0,00
57.1 Legais	20 665,29	7 293,75	0,00	27 959,04
57.2 estatutárias				0,00
57.3 Contratuais				0,00
57.4 Livres				0,00
57.5 Subsídios				0,00
57.6 Doações				0,00
57.7 Reservas decorrentes de Transf.Activos				0,00
59 resultados transitados	115 594,58	0,00	0,00	115 594,58
Sub Total	220 021,16	145 874,91	0,00	365 896,07
88 Resultado Líquido	145 874,91	209 697,42	145 874,91	209 697,42
Total Fundos Próprios	365 896,07	355 572,33		575 593,49

- **Conta 51 – Património** – Aumento de 138 581,16.
- **Conta 57.1 – Reservas Legais** – Aumento de 7 293,75.
- O aumento nestas duas contas ocorre por força da deliberação de 10 de abril de 2019, afetação do Resultado Líquido de 2018 (145 874,91).

8.2.31 – Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
681-Juros suportados			781-Juros obtidos	2,59	2,58
682-Perdas Ent. Participadas			782-Ganhos Ent. Participadas		
683-Amort.Desinv.em Imóveis			783-Rendimentos de Imóveis		
684-Provisões Apl. Financeiras			784-Rendimentos Part.Capital		
685-Diferenças Cambio Desfav.			785-Diferenças cambio Fav.		
687-Perdas Ali.Apl.Tesouraria			785-Descontos PP Obtidos		
688-Outros Custos Perd.Financeiras	554,22	2,05	787-Ganhos Alien.Apl.Tesouraria		
			788-Outros Prov.Ganh.Financeiros		
Resultados Financeiros	-551,63	0,53		2,59	2,58
Total	2,59	2,58		2,59	2,58

8.2.32 – Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	N	N-1		N	N-1
691-transf.capital Conc.			791-Restituição de Impostos		
692-Dívidas Incobráveis			792-Recuperação de Dívidas		
693-Perdas existências			793-Ganhos em existências		
694-Perdas Imobilizações			794-Ganhos Imobilizações		
695-Multas e Penalidades			795-Benef.Penal.Contratuais		
696-Aumentos Amort.Prov.			796-Reduções Amort.Provisões		
697-Corr.Relat.Exerc.Anteriores			797-Corr.Relat.Exerc.Anteriores		
698-Outros Custos e perdas Ext.			798-Outros prov.Ganhos Ext.	563 831,35	415 237,53
Resultados Extraordinários	563 831,35	415 237,53			
Total	563 831,35	415 237,53		563 831,35	415 237,53

8.2.33 – Divulgações exigidas por diplomas legais

De acordo com a obrigação prevista no Art.º 66-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se em seguida o montante dos honorários faturados, IVA incluído, pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas:

	Doze meses findos em 31 dez 2019 Euro	Doze meses findos em 31 dez 2018 Euro
Certificação Legal das Contas	2.177,10	2.177,10
	<u>2.177,10</u>	<u>2.177,10</u>

8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

8.3.1- Modificações do Orçamento

RECEITA

CIM-TTM						
Classificação Económica		Dotações da Receita				Observações
Código	Descrição	Previsões Iniciais	Modificações orçamentais		Previsões Corrigidas	
			Inscrições/Reforços	Diminuições/anulações		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(3)+(4)-(5)	
0603019902	ESTADO OUTRAS	184 307,70	190 865,00	0,00	375 172,70	
	FSE (CORRENTE)	0,00	0,00	0,00	0,00	
	FEDER (CAPITAL)	0,00	0,00	0,00	0,00	
	FSE (CAPITAL)	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	
	Total	184 307,70	190 865,00	0,00	375 172,70	

DESPESA

CIM-TTM						
Classificação Económica		Despesa			Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas
Código	Descrição	Dotações Iniciais	Modificações orçamentais			
			Inscrições/Reforços	Diminuições/anulações		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)-(5)+(6)
010102	Órgãos Sociais	49 534,00	8 400,00	0,00	0,00	57 934,00
01010401	Pessoal em Funções	33 792,00	9 675,00	7 200,00	0,00	36 267,00
01010601	Pessoal em Funções	41 636,00	4 300,00	6 300,00	0,00	39 636,00
010111	Representação	14 011,00	1 500,00	0,00	0,00	15 511,00
010113	Subsídio de Refeição	9 235,00	840,00	0,00	0,00	10 075,00
010114	Subsídio de Férias e de Natal	28 950,00	1 805,00	3 000,00	0,00	27 755,00
010202	Horas extraordinárias	1 200,00	1 600,00	0,00	0,00	2 800,00
010204	Ajudas de Custo	2 750,00	2 700,00	0,00	0,00	5 450,00
010302	Encargos com a Saúde	1 000,00	500,00	0,00	0,00	1 500,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	20 615,00	2 300,00	0,00	0,00	22 915,00
0103050202	Segurança Social - Regime Geral	23 137,00	2 800,00	0,00	0,00	25 937,00
01030901	Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	2 500,00	350,00	0,00	0,00	2 850,00
020108	Material de Escritório	1 000,00	340,00	0,00	0,00	1 340,00
020121	Outros Bens	1 000,00	15 000,00	0,00	0,00	16 000,00
020209	Comunicações	2 000,00	1 000,00	0,00	0,00	3 000,00
020211	Representação dos Serviços	47 500,00	15 000,00	0,00	0,00	62 500,00
020213	Deslocações e Estadas	25 000,00	3 250,00	0,00	0,00	28 250,00
02021401	PAMUS - Plano ação Mobilidade Urbana Sustentada	165 000,00	24 661,10	0,00	0,00	189 661,10
02021402	Sistema de Apoio as Ações Coletivas (SAAC)	285 000,00	187 296,60	0,00	0,00	472 296,60
02021403	Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar	735 000,00	0,00	15 000,00	0,00	720 000,00
02021404	Avaliação de Riscos - Produção de Cartografia Intermunicipal	165 000,00	0,00	18 015,00	0,00	146 985,00
02021499	Outros	140 000,00	50 000,00	0,00	0,00	190 000,00
020215	Formação	5 000,00	15 000,00	0,00	0,00	20 000,00
020217	Publicidade	412 000,00	17 950,00	218 542,70	0,00	211 407,30
02022001	Organização do Festival de Turismo de Natureza das TTM	75 000,00	0,00	74 300,00	0,00	700,00
02022002	PROVERE	287 820,00		110 500,00	0,00	177 320,00
02022099	Outros	25 000,00	13 000,00	0,00	0,00	38 000,00
02022502	Outros Serviços -Outros	30 000,00	36 800,00	0,00	0,00	66 800,00
030306	Outros Encargos Financeiros	150,00	200,00	0,00	0,00	350,00
040102	PRIVADAS	0,00	160 119,00	0,00	0,00	160 119,00
04050101	Municípios	0,00	15 836,00	0,00	0,00	15 836,00
0405010402	Associações de Municípios -AMTQT	90 000,00	55 000,00	0,00	0,00	145 000,00
0405010403	Associações de Municípios -AMTFNT	70 000,00	31 500,00	35 000,00	0,00	66 500,00
07010701	Plataforma Trás-os-Montes Conetado	1 625 000,00	0,00	127 710,00	0,00	1 497 290,00
07010705	Equipamento Informática - Geral	12 500,00	26 000,00	0,00	0,00	38 500,00
07010801	Plataforma Trás-os-Montes Conetado	168 000,00	18 000,00	0,00	0,00	186 000,00
07010899	Outro - Software	10 000,00	70 110,00	0,00	0,00	80 110,00
0701100201	Equipamento Básico - Geral	241 315,00	13 600,00	0,00	0,00	254 915,00
	Total	4 846 645,00	806 432,70	615 567,70	0,00	5 037 510,00



Terras de Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal

8.3.2 -MODIFICAÇÕES AO PLANO DE INVESTIMENTOS

Ano 2019

Ano:2019	Objectivo/ Programa/ Acção	Projecto/ Acção		Identificação do Projecto/ Acção	Descrição	Responsável	Datas		Ex	Código Organizacional orgânica	Código Organizacional económica	Valor Realizado	2019					Área Seguintes					Modificações																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																									
							Total	Financiamento Definido					Financiamento em 2019 Dado																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
								0						0	0	0	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
1.			0	0	Funções gerais							0																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				

Handwritten signatures and initials:
- Top right: "R."
- Middle right: "P."
- Bottom right: "Jm".

8.3.3 Contratação Administrativa

Ano: 2019

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Entidade	Data	Valor	Visto do T. G.	Data do Primeiro Pagamento	Pagamentos da 1ª Parcela		Pagamentos da 2ª Parcela		Pagamentos da 3ª Parcela		Pagamentos da 4ª Parcela		Observações
					Trabalho Realizado	Parcela de Pagamento	Trabalho Realizado	Parcela de Pagamento	Trabalho Realizado	Parcela de Pagamento	Trabalho Realizado	Parcela de Pagamento	
ACHAMEN	21-05-2019	29.800,00 (C/F)		12-05-2019	38.400,00	0,00	38.400,00	0,00	38.400,00	0,00	38.400,00	0,00	38.400,00
Fernando António Fernandes	13-05-2019	19.400,00 (C/F)		20-05-2019	19.400,00	0,00	19.400,00	0,00	19.400,00	0,00	19.400,00	0,00	19.400,00
Imedilico	13-05-2019	1.300,00 (C/F)		14-05-2019	1.300,00	0,00	1.300,00	0,00	1.300,00	0,00	1.300,00	0,00	1.300,00
Imedilico	13-05-2019	1.300,00 (C/F)		30-05-2019	1.715,00	0,00	1.715,00	0,00	1.715,00	0,00	1.715,00	0,00	1.715,00
Imedilico	28-05-2019	8.120,00 (C/F)		14-05-2019	7.827,00	0,00	7.827,00	0,00	7.827,00	0,00	7.827,00	0,00	7.827,00
Imedilico	09-05-2019	1.350,00 (C/F)		14-05-2019	1.350,00	0,00	1.350,00	0,00	1.350,00	0,00	1.350,00	0,00	1.350,00
Imedilico	09-05-2019	23.381,74 (C/F)		20-05-2019	23.370,00	0,00	23.370,00	0,00	23.370,00	0,00	23.370,00	0,00	23.370,00
Centro Nacional de Competências Dos Frutos Secos	13-05-2019	10.000,00 (A/D)		09-05-2019	13.907,40	0,00	13.907,40	0,00	13.907,40	0,00	13.907,40	0,00	13.907,40
Centro Nacional de Competências Dos Frutos Secos	13-05-2019	11.380,00 (A/D)		09-05-2019	37.884,00	0,00	37.884,00	0,00	37.884,00	0,00	37.884,00	0,00	37.884,00
Simulação de Ideias e Materiais Produção de Eventos Culturais	13-05-2019	30.000,00 (C/F)		09-05-2019	4.803,10	0,00	4.803,10	0,00	4.803,10	0,00	4.803,10	0,00	4.803,10
Publicidade - Campanha 6 Preços Publicidade, Lda	08-05-2019	3.000,00 (A/D)		28-05-2019	5.378,10	0,00	5.378,10	0,00	5.378,10	0,00	5.378,10	0,00	5.378,10
Idéias Melhores Imagem	09-05-2019	4.370,00 (A/D)		28-05-2019	5.065,30	0,00	5.065,30	0,00	5.065,30	0,00	5.065,30	0,00	5.065,30
Idéias Melhores Imagem	09-05-2019	4.110,00 (A/D)		28-05-2019	46.870,00	0,00	46.870,00	0,00	46.870,00	0,00	46.870,00	0,00	46.870,00
Idéias Melhores Imagem	09-05-2019	17.220,00		28-05-2019	17.220,00	0,00	17.220,00	0,00	17.220,00	0,00	17.220,00	0,00	17.220,00
Idéias Melhores Imagem	09-05-2019	14.000,00 (A/D)		28-05-2019	17.220,00	0,00	17.220,00	0,00	17.220,00	0,00	17.220,00	0,00	17.220,00
Idéias Melhores Imagem	09-05-2019	14.000,00 (A/D)		28-05-2019	17.220,00	0,00	17.220,00	0,00	17.220,00	0,00	17.220,00	0,00	17.220,00
Idéias Melhores Imagem	09-05-2019	73.000,00 (C/F)		28-05-2019	58.910,70	0,00	58.910,70	0,00	58.910,70	0,00	58.910,70	0,00	58.910,70
Idéias Melhores Imagem	09-05-2019	1.200,00 (A/D)		30-05-2019	1.680,70	0,00	1.680,70	0,00	1.680,70	0,00	1.680,70	0,00	1.680,70
Idéias Melhores Imagem	09-05-2019	4.725,00 (A/D)		30-05-2019	6.611,70	0,00	6.611,70	0,00	6.611,70	0,00	6.611,70	0,00	6.611,70
Idéias Melhores Imagem	09-05-2019	1.815,00 (A/D)		19-05-2019	2.202,40	0,00	2.202,40	0,00	2.202,40	0,00	2.202,40	0,00	2.202,40
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	8.940,00 (A/D)		19-05-2019	10.500,20	0,00	10.500,20	0,00	10.500,20	0,00	10.500,20	0,00	10.500,20
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	2.965,00 (A/D)		19-05-2019	3.600,00	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00	0,00	3.600,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	600,00 (A/D)		19-05-2019	600,00	0,00	600,00	0,00	600,00	0,00	600,00	0,00	600,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	190,70 (A/D)		19-05-2019	184,80	0,00	184,80	0,00	184,80	0,00	184,80	0,00	184,80
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	360,00 (A/D)		19-05-2019	430,50	0,00	430,50	0,00	430,50	0,00	430,50	0,00	430,50
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	360,00 (A/D)		19-05-2019	430,50	0,00	430,50	0,00	430,50	0,00	430,50	0,00	430,50
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	1.140,00 (A/D)		19-05-2019	1.771,20	0,00	1.771,20	0,00	1.771,20	0,00	1.771,20	0,00	1.771,20
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	1.200,00 (A/D)		19-05-2019	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00	0,00	1.200,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	57.800,00 (C/F)		19-05-2019	70.725,00	0,00	70.725,00	0,00	70.725,00	0,00	70.725,00	0,00	70.725,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	14.000,00 (A/D)		19-05-2019	35.424,00	0,00	35.424,00	0,00	35.424,00	0,00	35.424,00	0,00	35.424,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	10.000,00 (A/D)		19-05-2019	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	11.000,00 (C/F)		19-05-2019	13.000,20	0,00	13.000,20	0,00	13.000,20	0,00	13.000,20	0,00	13.000,20
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	1.000,00 (A/D)		19-05-2019	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	872,00 (A/D)		19-05-2019	1.180,00	0,00	1.180,00	0,00	1.180,00	0,00	1.180,00	0,00	1.180,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	300,00 (A/D)		19-05-2019	470,70	0,00	470,70	0,00	470,70	0,00	470,70	0,00	470,70
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	820,00 (A/D)		19-05-2019	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	194.500,00 (A/D)		19-05-2019	230.340,00	0,00	230.340,00	0,00	230.340,00	0,00	230.340,00	0,00	230.340,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	3.400,00 (A/D)		19-05-2019	4.240,00	0,00	4.240,00	0,00	4.240,00	0,00	4.240,00	0,00	4.240,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	4.000,00 (A/D)		19-05-2019	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	4.000,00 (A/D)		19-05-2019	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	6.000,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	1.600,00 (A/D)		19-05-2019	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	1.600,00	0,00	1.600,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	3.861,30 (A/D)		19-05-2019	3.861,30	0,00	3.861,30	0,00	3.861,30	0,00	3.861,30	0,00	3.861,30
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	500,00 (A/D)		19-05-2019	616,00	0,00	616,00	0,00	616,00	0,00	616,00	0,00	616,00
Idéias Melhores Imagem	19-05-2019	71.000,00 (C/F)		19-05-2019	81.000,00	0,00	81.000,00	0,00	81.000,00	0,00	81.000,00	0,00	81.000,00

SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

8.3.3 Contratação Administrativa

Ano: 2019

Entidade	Data	Valor	Mod. Adm.	Visto do T. C.	Data do Primeiro Pagamento	Pagamento de Gestão		Pagamento de Execução		Observações
						Trabalhos Normais	Trabalhos a Mais	Trabalhos Normais	Trabalhos a Mais	
Soc. N. Carvalhos	08-10-2018	13 295,72	AD		30-10-2018	13 295,72	0,00	13 295,72	0,00	13 295,72
Realidade	22-10-2018	1 700,00	ADRS		05-11-2018	2 091,00	0,00	2 091,00	0,00	2 091,00
Fidalgos Print Graphic Design, Unipessoal, Lda	05-11-2018	220,00	ADRS		18-12-2018	307,00	0,00	307,00	0,00	307,00
Quimica - Viagens e Turismo, Lda	08-10-2018	5 935,00	AD		10-10-2018	6 600,00	0,00	6 600,00	0,00	6 600,00
Cap. MACELLAN	01-10-2018	3 150,00	AD		04-10-2018	3 874,50	0,00	3 874,50	0,00	3 874,50
Video Institucional - Promoção do espólio Empresarial	28-09-2018	2 090,00	AD		04-10-2018	2 578,00	0,00	2 578,00	0,00	2 578,00
Material Promocional Memória UDI etnográfica	26-09-2018	3 919,00	AD		04-10-2018	4 698,00	0,00	4 698,00	0,00	4 698,00
Material Promocional Power Bank	26-09-2018	3 000,00	ADRS		04-10-2018	3 600,00	0,00	3 600,00	0,00	3 600,00
Desenvolvimento gráfico de imagem gráfica da Plataforma Espólio Empresarial	26-09-2018	400,00	ADRS		04-10-2018	628,00	0,00	628,00	0,00	628,00
Material Promocional - Porta Carões	26-09-2018	320,00	ADRS		04-10-2018	392,00	0,00	392,00	0,00	392,00
Leção de vídeo em Língua Inglesa - Inglês	19-11-2018	1 320,00	AD		19-12-2018	1 320,00	0,00	1 320,00	0,00	1 320,00
Aquisição de serviços no âmbito "Promoção do trabalho em rede - Visita Mitológica"	15-11-2018	258,00	AD		18-12-2018	318,00	0,00	318,00	0,00	318,00
Aquisição de serviços no âmbito "Promoção do trabalho em rede - Visita Mitológica"	30-09-2018	244,00	AD		18-10-2018	300,00	0,00	300,00	0,00	300,00
Aquisição de 10kg de amendoim despalado e 15kg kg misto de amendoim despalado em porções regionais e transporte das mesmas para 1 ano no âmbito da Gala Magustos	24-09-2018	900,00	ADRS		04-10-2018	615,00	0,00	615,00	0,00	615,00
Criação de Selo das Terras de Trás-os-Montes	18-10-2018	700,00	ADRS		30-10-2018	891,00	0,00	891,00	0,00	891,00
Aquisição de Têis para Pop Up 40m	23-10-2018	813,00	AD		30-10-2018	1 000,00	0,00	1 000,00	0,00	1 000,00
Promoção de produtos DOP e IGP das TTM na MacCena	11-11-2018	2 805,00	ADRS		12-11-2018	2 873,30	0,00	2 873,30	0,00	2 873,30
Promoção da TTM no País S. Martinho - Aquisição de castanhas	25-11-2018	2 225,00	ADRS		18-12-2018	2 739,00	0,00	2 739,00	0,00	2 739,00
Campaña Publicitária - Transportes gratuitos	25-11-2018	1 200,00	ADRS		18-12-2018	1 478,00	0,00	1 478,00	0,00	1 478,00
Campaña Publicitária - Transportes gratuitos	25-11-2018	1 200,00	ADRS		18-12-2018	1 478,00	0,00	1 478,00	0,00	1 478,00
Campaña Publicitária - Transportes gratuitos	25-11-2018	1 200,00	ADRS		18-12-2018	1 478,00	0,00	1 478,00	0,00	1 478,00
Elaboração e implementação do Plano Intermunicipal de Mobilidade de Transportes Públicos na CIM-TTM	05-10-2018	52 570,00	CP		16-12-2018	64 681,10	0,00	64 681,10	0,00	64 681,10
Ruário Sotó - Património Natural	16-12-2018	3 650,00	AD							
PROGRAMA DE APOIO À REDUÇÃO DA FARTURA VINAIS	27-09-2018	7 920,00	CP							
Instalação de uma solução MPLS para backbone da RCRIL	02-01-2019	313 407,00	CP		26-03-2019	385 589,00	0,00	385 589,00	0,00	385 589,00
Aquisição de Software para implementação de plataforma de gestão de Transportes Públicos	12-12-2018	57 000,00	CP		19-02-2019	70 110,00	0,00	70 110,00	0,00	70 110,00
PROMOÇÃO DE EMPREENDEDORISMO	01-12-2018	58 538,00	CP		17-01-2019	72 000,00	0,00	72 000,00	0,00	72 000,00
Atualização	12-12-2018	4 750,00	ADRS		04-01-2019	5 942,00	0,00	5 942,00	0,00	5 942,00
Produção e Criação de elementos multimédia para a divulgação e promoção das Terras de Trás-os-Montes	02-01-2019	72 200,00	CP		17-01-2019	79 881,00	0,00	79 881,00	0,00	79 881,00
Inventário e Criação de Guia e Mapa Temático Zonas de Trás-os-Montes	02-01-2019	30 800,00	CP		19-02-2019	28 516,00	0,00	28 516,00	0,00	28 516,00
Aluguer, Transporte, Montagem e Desmontagem stand com 54 m2 na BTL 2019	07-01-2019	16 900,00	AD		28-04-2019	20 285,00	0,00	20 285,00	0,00	20 285,00
Envolvimento do Plano de Conservação do Projeto "Trás-os-Montes Natura"	17-01-2019	61 900,00	CP		05-12-2019	19 034,20	0,00	19 034,20	0,00	19 034,20
Aquisição de serviços para a realização "Manual de Boas práticas de castanharia"	25-01-2019	12 000,00	AD		23-12-2019	14 780,00	0,00	14 780,00	0,00	14 780,00
Desenvolvimento de uma aplicação para monitorização de interpretação de trilhos pedestres para o projeto "Trás-os-Montes Natura"	25-01-2019	19 600,00	AD		06-12-2019	6 119,20	0,00	6 119,20	0,00	6 119,20
Promoção das Competências Científicas e Tecnológicas	06-12-2019	235 628,00	CP		12-09-2019	23 620,00	0,00	23 620,00	0,00	23 620,00

[Handwritten signatures and initials]



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

8.3.4 – Transferências e subsídios

8.3.4.1 – Transferências correntes (Despesa)

CIM-TTM					2019
Entidade Beneficiária	Finalidade	Montante Orçado	Transferências Efetuadas	Grau da execução da despesa	Observações
AMTQT	Afetação dos Recursos Humanos	145 000,00	144 678,94	99,78%	
AMTFNT	Afetação dos Recursos Humanos	66 500,00	66 263,38	99,64%	
PART	Programa Apoio Redução Tarifária	160 119,00	83 013,53	51,84%	
Total		371 619,00	293 955,85		

8.3.4.4 – Transferências correntes (Receita)

Corrente

CIM-TTM			2019
Entidade Financiadora	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
Estado	602 971,70	474 589,50	
FEDER	1 724 059,64	1 209 219,72	
FSE	824 446,66	161 744,67	
Município de Alfandega da Fé	29 586,00	22 189,50	
Município de Bragança	88 500,00	88 500,00	
Município de Macedo de Cavaleiros	49 000,00	48 999,96	
Município de Miranda do Douro	33 000,00	33 000,00	
Município de Mirandela	64 000,00	63 999,96	
Município de Mogadouro	42 000,00	42 000,00	
Município de Vila Flor	31 000,00	30 999,96	
Município de Vimioso	30 000,00	30 000,00	
Município de Vinhais	42 000,00	42 000,00	
Total	3 560 564,00	2 247 243,27	

CAPITAL

CIM-TTM			2019
Entidade Financiadora	Transferências Orçadas	Transferências Obtidas	Observações
FEDER	1 566 343,70	660 581,77	
Município de Alfandega da Fé	27 120,00	0,00	
Município de Bragança	69 269,00	20 670,78	
Município de Macedo de Cavaleiros	48 619,00	14 508,43	
Município de Miranda do Douro	33 072,00	9 868,86	
Município de Mirandela	51 849,00	0,00	
Município de Mogadouro	43 256,00	12 908,11	
Município de Vila Flor	57 559,00	8 223,83	
Município de Vimioso	29 703,00	8 863,71	
Município de Vinhais	43 256,00	13 073,70	
Total	1 970 046,70	748 699,19	

8.3.6. ENDIVIDAMENTO

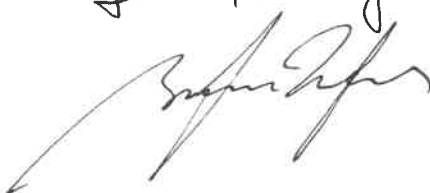
A CIM-TTM não tem empréstimos, não tem dívidas em mora para com o fisco, segurança social e trabalhadores.

9.1 – Avaliação da Continuidade da Atividade Desenvolvida em Função da Pandemia COVID-19

A pandemia da Covid 19 está a gerar uma crise económica sem precedentes, nunca houve uma crise assim por isso é difícil antecipar como irá acabar e quais as verdadeiras consequências económicas que teremos. Os cenários apontam para uma recessão global que poderá ser tão ou mais grave que a crise financeira de 2008, esta recessão muito provavelmente irá afetar a alocação de verbas da CIM e dos fundos Comunitários. No ano de 2020 a CIM já gastou 24.350,00€ na aquisição de máscaras para distribuir pela IPSS's e muito provavelmente outras medidas se seguirão.

A DIREÇÃO

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Júlia Rodrigues


Algo

B.
p.
f.
p.
x
g.
h.



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

E.
G.
P.



Terras de
Trás-os-Montes
Comunidade Intermunicipal

4
ty
de.

pe.
4
2

8

9
if

fin

**SÍNTESE DAS RECONCILIAÇÕES
BANCÁRIAS**



MUNICÍPIO DE TRÁS-OS-MONTES									
PERÍODO DE 2019/01/02 A 2019/12/31									
									Pág. 1

Banco	N.º de Conta	Movim. não contabilizados		Saldo do Extracto Bancário	Valores em trânsito		Outras Operações		Total	Saldo Contabilístico
		A Somar	A Abater		Cheques	Depósitos	A Adicionar	A Subtrair		
0010	0336279792020									
0010	0336610619020			306.100,83	303.779,35				12.329,20	12.329,20
0010	0337660967020			33.809,71					33.809,71	33.809,71
0035	0769045002730			14.712,90					14.712,90	14.712,90

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'A' and a signature that appears to be 'J. M.'.



**Terras de
Trás-os-Montes**
Comunidade Intermunicipal

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized 'C' and a signature that appears to be 'J. M.'.



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de **2.057.812 euros** e um total de fundos próprios de **575.594 euros**, incluindo um resultado líquido de **209.697,42 euros**), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de **3.082.866,44 euros** de despesa paga e um total de **2.997.029,12 euros** de receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes** em **31 de dezembro de 2019**, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com POCAL.

Bases para a opinião

3. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
4. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

5. Chamamos a atenção para o facto de, não obstante o ponto 2.8.3 do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo ainda não se encontrar plenamente instalado inviabilizando o apuramento dos custos pelo seu destino.
6. Chamamos atenção para o facto de a execução orçamental em 2019 ter sido de apenas 49,25% na receita total e 50,66% na despesa total.
7. A pandemia provocada pelo COVID-19 vai ter um impacto muito negativo na economia mundial, europeia e portuguesa, o que se vai refletir numa contração dos negócios e num impacto negativo na





estrutura económico-financeira de todas as entidades públicas e privadas. Tal circunstância, apesar de não permitir fazer uma estimativa objetiva sobre os possíveis efeitos ao nível deste Município, faz antever uma contração da atividade a todos os níveis face às previsões já feitas sobre a maior recessão económica dos últimos 100 anos.

8. A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão executivo

9. O órgão executivo é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com POCAL;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

10. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

11. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

12.A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

13.Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Bragança, 13 de maio de 2020



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.



Fernando Peixinho & José Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

**RELATÓRIO ANUAL
DE
AUDITORIA
EM**

31 de dezembro de 2019

**COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE
TRÁS-OS-MONTES**



RELATÓRIO ANUAL DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Ex.^{mo} Membros da Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

Ex.^{mo} Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

Ex.^{mos} Senhores,

Introdução

1. O presente relatório é emitido de acordo com o previsto na alínea d) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2015, de 03 de setembro, e tendo por base os deveres de acompanhamento, vigilância e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e, ainda dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante da Lei n.º 140/2015, de 07 de setembro.

Âmbito

2. Procedemos à revisão legal das demonstrações financeiras da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas, cujo conteúdo se dá aqui como integralmente reproduzido.

Trabalhos efetuados

3. Durante o período em que desempenhámos funções e em especial na fase em que decorreram as operações de determinação dos resultados e encerramento das contas, efetuámos um conjunto de procedimento, dos quais destacamos:
 - a) Acompanhamento dos aspetos essenciais da gestão da entidade, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com o responsável administrativo e financeiro, e simultaneamente contabilista certificado e, em algumas situações, com a Administração, com quem reunimos, sempre que necessário, para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações;



- b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela entidade tendo, neste particular, sido feitos testes à valorização dos diferentes elementos do ativo. Verificámos ainda a sua adequada divulgação, ou não, no Anexo;
- c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o respetivo Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa, com as normas constantes no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e demais normas contabilísticas aplicáveis;
- d) Verificação da execução orçamental de acordo com o orçamento e plano aprovados e tendo em atenção as alterações e revisões orçamentais efetuadas;
- e) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- f) Tratamentos de todos os dados do imobilizado extraído da aplicação POCAL e Património, para efetuar a respetiva consonância de registos entre as duas aplicações;
- g) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - g.1) Análise e teste às conciliações bancárias preparada pela entidade;
 - g.2) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (instituições financeiras, fornecedores, outros devedores e credores, advogados, seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das conciliações subsequentes preparadas pela entidade, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - g.3) Inspeção documental dos principais elementos do imobilizado corpóreo, designadamente das aquisições efetuadas no decurso do exercício, confirmação direta da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e bem assim a consistência da política de depreciações;
 - g.4) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, deferimento e acréscimo;
 - g.5) Análise das situações justificativas da constituição de provisões para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - g.6) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos em que intervém a entidade;
 - g.7) Verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis, à assunção da despesa.



Informações/Anotações da auditoria e revisão das contas

4. Em consequência do trabalho efetuado, e para além dos aspetos referidos na certificação legal das contas entendemos dever relatar o seguinte:

4.1- Sistema de controlo interno

Do levantamento que fizemos quanto ao sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) Com relação ao controlo interno, e no que se refere à segregação de funções, os procedimentos de registo inerentes ao ciclo orçamental da receita (inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento) e ao ciclo orçamental da despesa (inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento) são efetuados por um único interveniente (contabilista externo). Somos de opinião que a insuficiente segregação de funções impede o acesso informático à aplicação contabilística (patrimonial e orçamental) pelos vários intervenientes nos procedimentos administrativos relacionados com o ciclo das operações orçamentais. A definição de perfis de acesso poderia contribuir para melhorar a eficácia e controlo das operações orçamentais. Contudo, através de indagações efetuadas, tal procedimento encontra-se em curso para o exercício de 2020;
- b) As instalações não são propriedade da CIM-TTM, não existindo pagamento de qualquer renda ou taxa pela sua utilização, para além de não existir qualquer tipo de contrato de cedência das instalações a título gratuito (do tipo contrato de comodato);
- c) No que concerne ao controlo do imobilizado, inclusive por se tratar de uma área com grande significado material, recomendamos a existência de medidas de controlo interno específicas, como a verificação física periódica dos bens do ativo imobilizado, de modo a controlar a integridade e a permanência dos bens do ativo imobilizado em propriedade da CIM-TTM e que garantam a fiabilidade dos valores constantes nas contas da CIM-TTM;
- d) Recomendamos a utilização da plataforma do património para controlo do imobilizado, por sua vez conectada com a aplicação da contabilidade, de modo a manter devidamente atualizadas as folhas do imobilizado (aquisições/abates/transferência), inclusive de modo a permitir um maior controlo sobre o imobilizado em curso. Sublinhamos o facto de, através de indagações efetuadas, tal procedimento se encontrar em curso para o exercício de 2020;
- e) Recomendamos que todos os bens do ativo imobilizado deveriam estar etiquetados (dispositivo de identificação e controlo), o que não se verifica;
- f) Dos testes efetuados à área de pessoal, e do que pudemos verificar aquando da realização dos nossos trabalhos, quer para a presença física dos funcionários, quer para o controlo das entradas e



saídas, o mesmo é efetuado através de livro de ponto, o que revela uma vulnerabilidade do controlo interno. Recomendamos a utilização de um dispositivo de controlo biométrico;

- g) Anotamos o facto de, não obstante o ponto 2.8.3 do POCAL estabelecer a obrigatoriedade de implementar o sistema de contabilidade analítica, o mesmo ainda não se encontrar plenamente instalado o que inviabiliza o apuramento dos custos pelo seu destino;
- h) A CIM-TTM tem, por imperativo legal, de, em 2020, passar a preparar a informação contabilística de acordo com um novo referencial contabilístico designado por "Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)", o qual impõe mecanismos de controlo interno, designadamente de controlo contabilístico, que deverão ser adequadamente preparados e testados.

4.2- Definição da materialidade

O risco da auditoria é o risco de o auditor/revisor dar uma opinião inapropriada sobre as demonstrações financeiras.

Nesse contexto, o nosso trabalho foi planeado com base na avaliação de um risco global de controlo médio, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global, ou seja, há áreas com menor risco de controlo do que outras. Foi com base nessa avaliação do risco que planeamos/determinámos o risco de deteção (risco de o auditor não detetar erros, omissões ou fraudes de efeito material relevante). Assim, tendo por base os valores retirados das Demonstrações Financeiras de 2018, incluindo os mapas de execução orçamental da receita e da despesa, ajustámos a materialidade global em € 20.932 e uma materialidade de execução de € 14.652 em relação às rubricas de maior expressão (credores, acréscimos e diferimentos e imobilizado) e de € 6.343 nas rubricas de menor expressão (Estado e pessoal) e uma materialidade de zero nas rubricas de depósitos em bancos, já que verificámos a integralidade dos saldos. Com efeito, a materialidade é o nível de tolerância em relação a erros e omissões que possam afetar as demonstrações financeiras com impacto considerado relevante, ou seja, que modificam as condições de análise dos interessados nas contas da entidade.

4.3- Notas sobre os trabalhos efetuados e respetivas conclusões

11 – CAIXA

Em relação à conta caixa efetuámos a sua validação através de procedimentos de análise da folha de caixa, o que nos permitiu concluir que a rubrica se encontra sobrevalorizada em € 263,61. Todavia, tal valor é imaterial.





12 – DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A CIM-TTM prepara conciliações bancárias para todas as contas de depósitos em Instituições Financeiras. O saldo global desta rubrica ascende, a 31 de dezembro de 2019, a € 60.931,97.

Procedemos à circularização de todas as Instituições Bancárias com quem a CIM-TTM tem operações ativas. Das duas entidades circularizadas não obtivemos qualquer resposta.

O trabalho desenvolvido consistiu em procedimentos alternativos de auditoria, onde foram confrontados os movimentos dos extratos bancários com os movimentos dos extratos contabilísticos das respetivas contas. Não obstante, efetuámos ainda testes de conformidade aos procedimentos e testes de verificação substantiva aos itens das conciliações bancárias preparadas pela CIM-TTM, o que nos permitiu concluir que as 3 (três) contas bancárias estão adequadamente conciliadas. Do teste de seguimento aos itens de reconciliação verificámos que foram descontados, regra geral, em janeiro de 2020.

22 – FORNECEDORES

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 14 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade, foram enviadas cartas circulares a solicitar a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade.

Dessas 14 entidades, não obstante, terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida a nossa carta e enviada a conta corrente, não obtivemos qualquer resposta. Das entidades circularizadas foi possível conciliar os saldos através de testes alternativos de auditoria, nomeadamente análise da conta corrente do exercício de 2019 e início de 2020, permitindo-nos obter a evidência considerada necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado na contabilidade.

24 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica inclui as relações financeiras da CIM-TTM com o Estado e Segurança Social, nomeadamente, no que concerne a retenção de impostos e às contribuições resultantes do pagamento de remunerações (Segurança Social, ADSE e CGA). Da análise efetuada verificámos que as contribuições e impostos retidos foram pagos pontualmente e dentro dos prazos estipulados na lei, assim como não detetámos divergências materialmente relevantes entre os valores registados na contabilidade e o valor das guias que serviram de pagamento aos diferentes tributos.



25 – DEVEDORES E CREDITORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO

Em relação à conta «25 – Devedores e credores pela execução do orçamento», procedemos à verificação documental, baseada numa amostra considerada significativa, a processos de despesa, ou seja, o nosso trabalho incidiu na verificação da rubrica «25.2 – Credores pela execução do orçamento». O trabalho realizado nesta área baseou-se, essencialmente, na verificação da classificação económica, patrimonial e de todo o processo que acompanha a realização da despesa, nomeadamente, no que se refere à sua autorização, compromisso e ao seu cabimento e, bem assim, a verificação dos fundos disponíveis subjacentes a cada operação de aquisição. Da análise documental efetuada não verificámos situações de incumprimento procedimental e processual no que concerne às diversas fases da despesa.

26 – OUTROS DEVEDORES E CREDITORES

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de entidades inscritas na rubrica geral de “outros devedores e credores”, seleccionámos 6 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos.

Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos e foi pedido a cada uma dessas entidades credoras que nos respondesse a confirmar o saldo e enviasse a respetiva conta corrente. Dessas 6 entidades, não obstante, terem sido feitas várias insistências para que nos fosse respondida à nossa carta e enviada a conta corrente, não obtivemos qualquer resposta. Das entidades circularizadas foi possível conciliar os saldos através de testes alternativos de auditoria, nomeadamente análise da conta corrente do exercício de 2019 e início de 2020, permitindo-nos obter a evidência considerada necessária para formarmos opinião sobre a razoabilidade do saldo relevado na contabilidade.

27 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em relação a esta rubrica verificámos todos os procedimentos de especialização de exercícios (custos e proveitos), nomeadamente as suas estimativas e respetiva consistência. Dos testes realizados pela equipa de auditoria às contas de acréscimos e diferimentos não foram detetados erros ou omissões, para além do já referido, que ponham em causa o princípio da especialização e, concomitantemente, foi-nos possível obter a evidência necessária ao nível das asserções corte, mensuração e existência.



4 – IMOBILIZADO

INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante o ano de 2019 esta rubrica registou, unicamente, as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho.

IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS/INCORPÓREAS/EM CURSO

Estas rubricas apresentam, a 31 de dezembro de 2019, um saldo global no valor de € 1.257.294,60. Dos trabalhos de auditoria efetuados procedemos à verificação das aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte, assim como as transferências/correções de imobilizado. Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes e, em relação aos restantes valores, usámos procedimentos analíticos, o que nos permitiu concluir, por razoabilidade, a verificação das asserções mensuração e valorização.

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS

Procedemos à realização do teste às amortizações do exercício realizando o cruzamento dos dados da aplicação POCAL com os da aplicação do Património. Dos testes efetuados não foi detetada nenhuma divergência material. Do teste realizado às taxas de amortização e, consequentemente, às amortizações do período não verificámos distorções de expressão material relevante.

5 – FUNDO PATRIMONIAL

Em relação aos Fundos Próprios procedemos à análise e decomposição do saldo das diferentes rubricas, assim como verificámos a afetação do resultado líquido do exercício de 2018 à rubrica «51 – Património» (€ 138.581,16) e «571 – Reservas legais» (€ 7.293,75).

6 – CUSTOS E PERDAS

1. Conteúdo

Título	SALDO 2019	SALDO 2018	Varição	% Variação
Custos	2 402 076,47	1 315 941,16	1 086 135,31	82,54
Fornecimentos e serviços externos	1 238 373,44	494 372,25	744 001,19	150,49
Custos com o pessoal:	267 281,74	291 767,21	-24 485,47	-8,39
Remunerações	215 834,75	237 978,44	-22 143,69	-9,30
Encargos sociais	51 446,99	53 788,77	-2 341,78	-4,35
Transferências e subsídios correntes conc	312 047,95	89 771,44	222 276,51	247,60
Amortizações do exercício	583 717,12	440 028,21	143 688,91	32,65
Outros custos e perdas operacionais	102,00	0,00	102,00	100,00
RESULTADOS OPERACIONAIS	-353 582,30	-269 363,15	-84 219,15	31,27
Custos e perdas financeiros	554,22	2,05	552,17	26 935,12
RESULTADOS FINANCEIROS	-551,63	0,53	-552,16	-104 181,13
RESULTADOS CORRENTES	-354 133,93	-269 362,62	-84 771,31	31,47
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	209 697,42	145 874,91	63 822,51	43,75



2. Trabalho efetuado

Procedemos à verificação das principais rubricas tendo em atenção a sua variação em relação ao ano anterior e, em função dessa análise, procedemos à verificação e análise dos principais documentos de suporte de modo a obtermos a evidência julgada necessária nas circunstâncias.

3. Situações detetadas

Dos testes realizados pela equipa de auditoria às diferentes rubricas de custos do exercício de 2019 não foram detetados erros ou distorções que possam influenciar, de forma materialmente relevante, as demonstrações financeiras. Em resultado dos testes realizados entendemos nada haver a relatar, permitindo-nos aferir sobre o cumprimento das asserções existência e mensuração.

Em termos gerais a rubrica de custos registou um acréscimo, face ao período homólogo de 2018, no montante de € 1.086.135,31, o que corresponde a 82,54%.

7 – PROVEITOS E GANHOS

1. Conteúdo

Título	SALDO 2019	SALDO 2018	Variação	% Variação
Proveitos	2 611 773,89	1 461 816,07	1 149 957,82	78,67
Transferências e subsídios obtidos	2 047 939,95	1 046 575,96	1 001 363,99	95,68
RESULTADOS OPERACIONAIS	-353 582,30	-269 363,15	-84 219,15	31,27
Proveitos e ganhos financeiros	2,59	2,58	0,01	0,39
RESULTADOS FINANCEIROS	-551,63	0,53	-552,16	-104 181,13
RESULTADOS CORRENTES	-354 133,93	-269 362,62	-84 771,31	31,47
Proveitos e ganhos extraordinários	563 831,35	415 237,53	148 593,82	35,79
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	209 697,42	145 874,91	63 822,51	43,75

2. Trabalho efetuado

Procedemos à realização de testes de conformidade e análise substantiva do conteúdo e extensão das contas e dos saldos relevados. Verificámos, de entre outros, as variações ocorridas nos principais elementos destas rubricas através da análise documental. Com referência ao teste ao corte de operações verificámos o cumprimento da especialização dos exercícios.

3. Situações detetadas

Dos testes realizados pela equipa de auditoria às diferentes rubricas de proveitos, do exercício de 2019, não foram detetados erros ou distorções que possam influenciar, de forma materialmente relevante, as demonstrações financeiras. Em resultado dos testes realizados entendemos nada haver a relatar. Em suma, a equipa de auditoria conseguiu obter a evidência considerada necessária nas circunstâncias sobre as asserções existência e mensuração.

9



Em termos globais, a rubrica de proveitos registou um acréscimo, face ao período homólogo de 2018, no montante de € 1.001.363,99, ou seja, 95,68%.

4.4- Acontecimentos subsequentes

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura. Todavia, a pandemia provocada pelo COVID-19, cujos efeitos nesta data são imprevisíveis mas, seguramente, muito negativos ao nível da economia do país, das empresas e outras entidades e das famílias, virá a ter repercussões impactantes na estrutura económico-financeira dos países atingidos e, em geral, do mundo, já se prevendo a maior recessão dos últimos 100 anos, afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições públicas e privadas.

4.5- Cumprimento das metas orçamentais

Os quadros que a seguir se apresentam evidenciam o conteúdo dos agregados da despesa e da receita:

DESPESA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Pago	Variação	%
01-Despesa com pessoal	286 420,00	268 460,02	-17 959,98	-6,27%
02-Aquisição de bens e serviços	2 884 050,00	1 424 279,96	-1 459 770,04	-50,62%
03-Juros e outros encargos	2 150,00	217,20	-1 932,80	-89,90%
04-Transferências correntes	387 460,00	293 955,85	-93 504,15	-24,13%
05-Subsídios	100,00	0,00	-100,00	-100,00%
06-Outras despesas correntes	500,00		#VALOR!	#VALOR!
	3 560 680,00	1 986 913,03	-1 573 766,97	-44,20%
Capital				
07-Aquisições de bens de capital	2 525 185,00	1 095 953,41	-1 429 231,59	-56,60%
08-Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
09-Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
10-Amortização de empréstimos	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
11-Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	2 525 185,00	1 095 953,41	-1 429 231,59	-56,60%
Total da Despesa	6 085 865,00	3 082 866,44	-3 002 998,56	-49,34%

Como se pode apurar da análise do quadro supra as despesas correntes, face ao orçamentado, apresentam um desvio, para menos, de € 1.573.766,97, sendo a rubrica «02 – Aquisição de bens e serviços» onde se registou a variação mais favorável, com um desvio de € 1.459.770,04.

Relativamente às despesas de Capital verifica-se uma diminuição face ao orçamentado de € 1.429.231,59, correspondendo integralmente à rubrica «07 – Aquisições de bens de capital».

RECEITA				
Corrente	Valores			
	Orçado	Cobrado	Variação	%
01-Impostos diretos	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
02-Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
04-Taxas, multas e penalidades	50,00	0,00	-50,00	-100,00%
05-Rendimentos de propriedade	50,00	2,59	-47,41	-94,82%
06-Transferências correntes	3 560 570,00	2 247 243,27	-1 313 326,73	-36,89%
07-Vendas de bens e serviços	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
08-Outras receitas correntes	10,00	1 084,07	1 074,07	#####
Capital	3 560 680,00	2 248 329,93	-1 312 350,07	-36,86%
09-Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
10-Transferências de capital	2 525 185,00	748 699,19	-1 776 485,81	-70,35%
11-Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
12-Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
13-Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!
	2 525 185,00	748 699,19	-1 776 485,81	-70,35%
15-Outas receitas	0,00	0,00	0,00	
	2 525 185,00	748 699,19	-1 776 485,81	-70,35%
16-Saldo gerência anterior	0,00	0,00		
Total da Receita	6 085 865,00	2 997 029,12	-3 088 835,88	-50,75%

No que concerne às receitas correntes verifica-se uma diminuição face ao orçamentado no valor de € 1.312.350,07 conforme se alcança através do quadro acima. A rubrica que mais contribui para a diminuição das receitas correntes foi a «06 – Transferências correntes» (€ 1.313.326,73).

Ao nível das receitas de capital verifica-se um decréscimo face ao orçamentado de € 1.776.485,81, integralmente da rubrica «10 – Transferência de capital».

4.6- Análise à Execução Orçamental

À data de 31 de dezembro de 2019 a execução orçamental correspondia, genericamente, aos seguintes valores:

Rubricas	Valores Absolutos		Prev/Exec
	Previsão	Execução	%
1 - Saldo inicial	0,00	0,00	#DIV/0!
2 - Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	#DIV/0!
3 - Receita corrente	3 560 680,00	2 248 329,93	63,14%
4 - Despesa corrente	3 560 680,00	1 986 913,03	55,80%
5 - Receita de capital	2 525 185,00	748 699,19	29,65%
6 - Despesa de capital	2 525 185,00	1 095 953,41	43,40%
7 - Receita total (1+2+3+5)	6 085 865,00	2 997 029,12	49,25%
8 - Depesa total (4+6)	6 085 865,00	3 082 866,44	50,66%



Em relação ao controlo orçamental da receita verifica-se que a execução das receitas de capital ficou aquém do orçamentado, com uma execução de 29,65%.

Relativamente ao controlo orçamental da despesa verifica-se um desvio negativo de 49,34%, pelo facto de ter sido baixa a execução da despesa de capital, situando-se em aproximadamente 43,40%.

Em síntese, verificámos que a execução orçamental global relativa ao exercício ficou, aproximadamente, em 49,96% da estimativa efetuada, o que nos leva a concluir que o nível de execução orçamental ficou aquém das projeções da despesa e da receita inscritas no orçamento de 2019.

Do quadro anterior verifica-se, ainda, que a execução orçamental não põe em causa o princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que a receita corrente efetivamente cobrada foi superior à despesa corrente do mesmo período.

4.7- Fundos disponíveis

Da análise efetuada não apurámos diferenças materialmente relevantes entre os fundos disponíveis constantes da aplicação POCAL e os fundos disponíveis enviados para a DGAL através da plataforma do portal Autárquico – SIIAL. Dos testes realizados não detetámos a assunção de compromissos sem fundos disponíveis cumprindo-se o disposto na alínea f) do art.º 3.º e art.º 5.º da Lei 8/2012, de 21/2.

4.8- Investimentos Financiados pelo Portugal 2020

Das indagações efetuadas e, inclusive, dos mapas a que a equipa de auditoria teve acesso, verificamos que os níveis de execução de projetos de investimento em curso apresentam melhorias face ao período anterior. Contudo, a CIM-TTM tem alguns projetos que foram objeto de reprogramação, pelo que, tal circunstância, tem levado ao pedido de prorrogação de prazos para a finalização dos investimentos que, regra geral, têm sido concedidos.

4.9- Análise económico-financeira

- Em síntese, verificámos que a CIM-TTM apresenta equilíbrio ao nível do seu desempenho económico, uma vez que, em relação ao exercício de 2018, os custos aumentaram € 1.086.135,31 e os proveitos aumentaram € 1.149.957,82, originando um resultado líquido do exercício de € 209.697,42, o qual teve um acréscimo em relação a 2018 de € 63.822,51 e com os cash-flow (meios libertos) positivos em € 793.414,54.



4.10- Observações

- Face ao facto de o nível de execução orçamental ter ficado muito aquém das projeções da receita e da despesa constantes do orçamento aprovado para 2019, onde os maiores desvios se verificaram na execução das despesas correntes e de capital, recomendamos a necessidade de um controlo adicional para que os acontecimentos futuros sejam projetados/orçamentados com base em pressupostos mais fiáveis.

Conclusões

Em nossa opinião, salvo as disposições e considerações constantes na certificação legal das contas e no presente relatório de auditoria, o relatório e contas apresentado pela CIM-TTM apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da CIM-TTM e o resultado das suas operações.

Cumpre-nos ainda agradecer a disponibilidade dos órgãos sociais e dos demais colaboradores da entidade que prestaram sempre a melhor colaboração e facilitaram a execução do nosso trabalho.

Bragança, 13 de maio de 2020

Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.



RELATÓRIO E PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ex.^{mo} Membros da Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

Ex.^{mo} Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes

Ex.^{mos} Senhores,

Introdução

1. De acordo com o preceituado na alínea e) do n.º 2 do art.º 77.º da Lei n.º 73/2015, de 03 de setembro, cumpre-nos submeter à apreciação de V. Exas o Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Âmbito

2. No âmbito das atribuições estipuladas no referido preceito, relativas aos documentos de prestação de contas do exercício:

- 2.1. Acompanhámos a atividade da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes tendo recebido do Órgão Executivo e dos responsáveis pela gestão e controlo financeiro da atividade intermunicipal as informações e esclarecimentos solicitadas;
- 2.2. Verificámos a regularidade dos livros e registos contabilísticos neles constantes e a adequabilidade e conformidade dos documentos que lhes serviram de suporte;
- 2.3. Verificámos o cumprimento das disposições legais aplicáveis à atividade da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, com especial destaque para a Lei n.º 8/2012 e a Lei n.º 73/2013;
- 2.4. Efetuámos os procedimentos conducentes à obtenção da prova sobre a titularidade dos bens e valores da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, assim como dos valores sob a sua custódia;
- 2.5. Verificámos a conformidade dos critérios valorimétricos que serviram de base à mensuração dos diferentes elementos do ativo, passivo, custos e proveitos com as divulgações feitas no anexo ao balanço e à demonstração de resultados;
- 2.6. Confirmámos que o balanço, a demonstração de resultados e o respetivo anexo foram preparados de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites, constantes do POCAL, à exceção das anotações constantes da certificação legal das contas;



2
fpeixinho
4

- 2.7. É nossa convicção que os documentos que integram a prestação de contas traduzem, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, à data do encerramento da contas, sob a condição das limitações e ou desacordos expressos na certificação legal das contas;
- 2.8. É nossa opinião que o Relatório de Gestão está em conformidade com as demonstrações financeiras e que a proposta de aplicação de resultados do Órgão de Gestão cumpre os preceitos legais aplicáveis.

Parecer

3. Face ao anteriormente exposto somos de parecer que a Assembleia da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes, enquanto Órgão Deliberativo, proceda à apreciação do Relatório de Gestão e Contas referentes ao exercício de 2019, e ainda aos Mapas de Execução Orçamental da Receita e da Despesa, com as ênfases constantes da Certificação Legal das Contas.

Bragança, 13 de maio de 2020

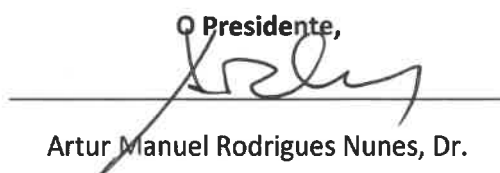
Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS – 2019

ENCERRAMENTO

O presente relatório de Gestão e contas e Documentos anexos, que antecedem, devidamente rubricados e assinados, foram aprovados na reunião ordinário do Conselho Intermunicipal realizada no dia 13 de Maio de 2020.

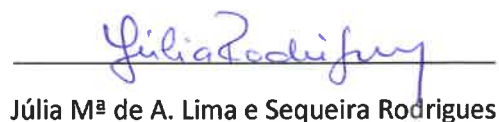
O Presidente,



Artur Manuel Rodrigues Nunes, Dr.

Os Vice-Presidentes,

Benjamim do Nascimento Rodrigues


Júlia Mª de A. Lima e Sequeira Rodrigues

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

O relatório de Gestão que antecede, foi aprovado por unanimidade, pela Assembleia Intermunicipal, na sessão ordinária realizada no dia 22 de Junho de 2020, tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pela mesa, que abaixo assinam.

O Presidente,



Os Vice-Presidentes,





